

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE  
DARCY RIBEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS.

DANIEL LUIZ ARREBOLA

**DANÇAS, FESTAS E RECONHECIMENTO:**  
ESTUDO DE CASO DA MICROPOLÍTICA DOS CONGADOS DE  
DORES DO INDAIÁ - MG

CAMPOS DOS GOYTACAZES  
JANEIRO, 2020

DANIEL LUIZ ARREBOLA

**DANÇAS, FESTAS E RECONHECIMENTO:**  
ESTUDO DE CASO DA MICROPOLÍTICA DOS CONGADOS DE DORES DO  
INDAIÁ - MG

Dissertação apresentado ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientadora: Professora Doutora Lilian Sagio Cezar

CAMPOS DOS GOYTACAZES

JANEIRO, 2020

Dedico este trabalho acadêmico a todas as pessoas que possuem na sua pele as marcas históricas do sofrimento vivido pelos seus ancestrais escravizados que vieram, contra sua vontade, a estas terras brasis e que, além de deixar suas casas e vilas, foram obrigados também a abandonar sua fé e aceitar uma religião que nem ao menos compreendiam. A estas pessoas, que hoje dançam, cantam, louvam, respiram, comem, bebem e vivem o Congado, dedico cada capítulo, frase, palavra e letra desta pesquisa.

Dedico também este trabalho a todas as pessoas que ainda não se apaixonaram pelo folclore brasileiro. Dedico a elas as cores das fitas dos mastros de São Benedito, as bênçãos dos capitães de Moçambique, o aroma dos doces da barraca na Praça de Nossa Senhora do Rosário, o brilho dos fogos da Missa Solene de abertura da Festa de Dores do Indaiá, o som das gungas chorosas, o Congado.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não foi feito e escrito somente por Daniel Luiz Arrebola. Sua conclusão é graças a muitas pessoas que atravessaram o caminho deste antropólogo e o auxiliaram de alguma forma. Por isso, destaco meu profundo agradecimento a cada um deles.

Agradeço a cada um dos congadeiros, capitães e devotos de Dores do Indaiá que não mediram esforços em nada do que me foi necessário durante meu tempo de pesquisa nesta cidade. Me levaram a todos os locais importantes para a expressão folclórica, me cederam entrevistas durante seu mínimo tempo de descanso entre uma atividade e outra, me deram de comer e beber, me colocaram em todos os lugares que precisei para fazer uma imagem, me acolherem em suas casas e, principalmente, dividiram comigo as mais belas histórias.

Agradeço ainda, de forma especial, toda a família do lendário Antônio Martins, sobretudo seu neto, William, que contribuíram com inúmeras informações que estão presentes nesta dissertação. Também, de maneira especial, agradeço ao Secretário de Cultura de Dores do Indaiá, que me apresentou toda a cidade, contou sobre o histórico da vila e me cedeu todas as informações de cunho do poder público que eu precisava. Agradeço a Rainha Perpétua Ivanir, que docilmente me recebeu em sua casa e me apresentou, não só a sua história, mas sua contagiante paixão pelos Congados. E não posso deixar de esquecer da casa que me acolheu, da devota Viviane, sempre de braços abertos e que me possibilitou conhecer essa Festa a partir do olhar da fé popular.

Agradeço minha valorosa amiga, Sandra Miscali, que me apresentou o Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, bem como minha atual orientadora, Dra. Lilian Sagio Cezar. Com sua ajuda pude conhecer e ingressar este programa.

Agradeço também a todos os professores e colegas de turma do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. Com especial carinho agradeço a orientadora, Dra. Lilian Sagio Cezar, que compreendeu meus anseios de antropólogo em formação e soube me dar o que eu mais precisava: espaço para arriscar.

Agradeço ao Prof. Dr. Giovane do Nascimento pela leitura atenta, sugestões generosas e contribuições para o texto e para minha formação! Obrigada também a Prof.<sup>a</sup> Dra. Andrea Lúcia da Silva Paiva pelas sugestões dadas durante a qualificação e por ter se disponibilizado a participar da defesa final da dissertação. A ela, juntamente à Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Clareth Gonçalves Reis e ao Prof. Dr. Rubens Alves da Silva expesso o meu mais profundo agradecimento diante do aceite para participar de minha banca de defesa no mês de janeiro.

Por fim, agradeço minha família que sempre me apoiou, em especial minha mãe, que hoje não se surpreende mais com minhas loucuras e sabe que tudo o que faço é com paixão pelo exercício da antropologia. O meu falecido pai, que mesmo sem compreender a graduação que eu me aventurava a 400 km de distância de sua casa, foi o responsável por me fazer apaixonar pelos estudos do folclore brasileiro. E por último, mas muito mais que especial, minha esposa Ana Paula Araujo Pereira, por sua paciência, por aceitar se aventurar comigo no cerrado mineiro em dias exaustivos de pesquisa e por seu amor a este antropólogo que aprende todos os dias com suas falhas, por isso, sempre acredita em mim.

## RESUMO

Esta dissertação tem como propósito apresentar a pesquisa sobre as micropolíticas em festas e expressões culturais a partir do estudo de caso do congado Dores do Indaiá, MG. A partir de pesquisa qualitativa, realizada por meio de observação participante, entrevistas narrativas e imagens, descrevo e analiso a organização de mestres da cultura popular e seus dançadores enquanto estratégia endógena de organização dos grupos, negociação, manutenção e salvaguarda de sua festa frente aos poderes públicos locais e Igreja Católica. O estudo de caso foca a análise dos Estatutos da Associação Geral de Congadeiros e da Comissão de Congadeiros da Comunidade Antônio Martins para falar sobre as relações estruturais micropolíticas e discutir como o ICMS Cultura do estado de Minas Gerais auxilia a salvaguarda destes grupos, percebendo a eficiência e efetividade desta organização para manutenção de um modelo que pode ser replicado em outros locais e com outras atividades culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Micropolítica, Expressões culturais, Cultura popular, Congado.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to present the research on micropolitics in parties and cultural expressions from the case study of the congado Dores do Indaiá, MG. From qualitative research, conducted through participant observation and photographic images, I describe and analyze the organization of masters of popular culture and their dancers as an endogenous strategy of group organization, negotiation, maintenance and safeguarding of their party before local authorities and Catholic Church.

**KEYWORDS:** Micropolitics, Cultural expressions, Popular Culture, Congado.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

|         |  |
|---------|--|
| 3 E's   | Eficiência, Eficácia e Efetividade   |
| CGU     | Controladoria Geral da União   |
| CONEP   | Conselho Estadual de Patrimônio Cultural   |
| DD      | Danças Dramáticas  |
| ICMS    | Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação |
| ICB     | Igreja Católica Brasileira   |
| ICR     | Igreja Católica Romana   |
| IEPHA   | Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artísticos  |
| IPHAN   | Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional   |
| IPI     | Impostos sobre Produtos Industrializados   |
| LDB     | Lei de Diretrizes e Bases  |
| N. S.   | Nossa Senhora  |
| N. Sra. | Nossa Senhora  |
| PPA     | Plano Plurianual   |
| PNA     | Plano Nacional de Artes  |
| SPHAN   | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional   |
| TCU     | Tribunal de Contas da União  |
| UENF    | Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  |
| UNESCO  | sigla em inglês de Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura  |



## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 - Moçambique do bairro Juiz de Fora.....   | 35  |
| Figura 2 - Congo Real do bairro Juiz de Fora .....  | 37  |
| Figura 3 - Congo Real Tamboril do bairro Juiz de Fora .....   | 38  |
| Figura 4 - Contra-dança do reino São Sebastião .....  | 40  |
| Figura 5 - Catupé Pampas Gaúcho.....  | 41  |
| Figura 6 - Terno de enfeito feminino Pérolas do Rosário, da comunidade São Sebastião .....                  | 42  |
| Figura 7 - Sequência dos grupos na procissão congadeira .....   | 44  |
| Figura 8 - Capela de São José.....  | 50  |
| Figura 9 - Cavalhada do bairro Juiz de Fora .....   | 51  |
| Figura 10 - Capitão C. S., do Moçambique do reino Juiz de Fora, dá a benção a um devoto em sua cozinha..... | 55  |
| Figura 11 - Coroação de Nossa Senhora do Rosário na saída do Moçambique do bairro Juiz de Fora .....        | 56  |
| Figura 12 - Benção da bandeira de promessa do ano .....   | 59  |
| Figura 13 - Visita do Catupé do Tamboril na casa da devota V.M .....  | 63  |
| Figura 14 - Procissão congadeira.....   | 66  |
| Figura 15 - Mapa do percurso da Procissão Congadeira .....  | 67  |
| Figura 16 - Apresentação dos congados em frente ao palco, em reverência a Nossa Senhora do Rosário .....    | 68  |
| Figura 17 - Devota V.M. paga promessa. ....   | 70  |
| Figura 18 - Bandeireira da Contra-dança do reino São Sebastião .....  | 72  |
| Figura 19 - Construção da Igreja Brasileira.....  | 79  |
| Figura 20 - Congo Real de Antônio Martins.....  | 80  |
| Figura 21 - Padre A.C. – O Padre congadeiro.....  | 82  |
| Figura 22 - Rainha Perpétua I.C.....  | 103 |

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1 - Modelo hierárquico dos ternos de Congado de Dores do Indaiá .....                  | 43 |
| Quadro 2 - Cronograma geral da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Dores do Indaiá, MG ..... | 48 |

## LISTA DE MAPA

|  |    |
|--|----|
| Mapa 1 - Mapeamento de políticas culturais ..... | 21 |
|--|----|

## Índice

|  |     |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO .....   | 13  |
| De onde parte a pesquisa .....   | 18  |
| O Congado na cidade mineira de Dores do Indaiá.....  | 22  |
| Trajetoira da pesquisa .....   | 25  |
| Porque falar em micropolítica nos estudos folclóricos?.....  | 28  |
| CAPÍTULO 1 – OS GUARDIÕES NEGROS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO .....   | 32  |
| 1.1 – O tempo da festa e das visitas .....   | 46  |
| 1.2 - Dores do Indaiá tomada de cores, cantos e danças .....   | 48  |
| 1.3 – As Sagradas Bandeiras .....  | 70  |
| CAPÍTULO II - MICROPOLÍTICAS E AS EXPRESSÕES FOLCLÓRICAS .....   | 74  |
| 2.1 - Antônio Martins – Herói Congadeiro da resistência e a construção de um nós coletivo! .....                                 | 77  |
| 2.3 - Micropolítica e folclore - A Diretoria Plena dos Congadeiros e a Comissão dos Congados da Comunidade Antônio Martins ..... | 81  |
| 2.3 - Micropolítica e folclore - A Diretoria Plena dos Congadeiros e a.....  | 81  |
| 2.3.1) Estatuto da Diretoria Plena das Associações e Comissões dos Congadeiros.....  | 82  |
| 2.3.2) Estatuto da Comissão dos Congadeiros da Comunidade Antônio Martins.....   | 95  |
| 2.4 – A Rainha Perpétua .....  | 100 |
| CAPÍTULO III - A EFETIVIDADE DA MICROPOLÍTICA FOLCLÓRICA .....   | 106 |
| 3.1 – Porque falar em Políticas Culturais? .....   | 106 |
| 3.2 – Políticas Culturais Hoje .....   | 111 |
| 3.2 - O ICMS de Patrimônio Cultural .....  | 116 |
| 3.3 – Efetividade e Eficácia em políticas sociais culturais – Porque abordar e avaliar?.....                                     | 120 |
| 3.4 – É possível medir eficácia e efetividade na esfera da micropolítica folclórica em Dores do Indaiá? .....                    | 122 |
| 3. 5 – Como replicar esse modelo em outros lugares? .....  | 124 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 128 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 132 |
| ANEXOS .....   | 140 |

## INTRODUÇÃO

*“Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” João Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas, 1994, p. 86*

Entre os anos de 2011 a 2015, dediquei minha vida acadêmica a graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com foco na antropologia, especificamente no recorte dos estudos de cultura popular.

Nesse período, meu principal estudo de caso foram as Folias de Reis, onde tratei, principalmente, de temas sobre imaterialidade, performance e juventude. Realizei o trabalho monográfico intitulado “Conhecimento e performance nos Folia de Reis - as relações imateriais do ritual”. Entre 2015 a 2016, realizei a Pós-graduação Lato Sensu em Juventude e Adolescência no Mundo Contemporâneo, pela Faculdade de Filosofia e Teologia dos Jesuítas de Belo Horizonte-MG. Finalizei este curso com o trabalho intitulado “Juventude e ressignificação do saber popular nas Folias de Reis”. Esse tempo de pesquisa foi um período frutuoso de descobertas, no recorte cultural popular, dessa riquíssima dança dramática brasileira.

Dentro das observações que pude fazer em minhas pesquisas de campo, uma sempre me trouxe muita curiosidade, no qual o fato raro do ressurgimento de grupos de Folia de Reis que tenham “desaparecido”, deixado de se reunir, independentemente de quais os motivos. Entre 2011 a 2016, realizei pesquisas em todos os estados da região Sudeste, entrevistando mais de 75 grupos de folias, seja pela fala dos mestres ou de outros componentes dos grupos, de todas essas entrevistas apenas na cidade de Cordisburgo, região do sertão mineiro, encontrei a história de um grupo que vivenciou tal retomada.

A antiga Folia do Souza, fundada por membros da família de José Souza, encerrou suas atividades em meados dos anos 1980. Por decisão do então prefeito da cidade e grande devoto de Folia de Reis, o senhor Agnaldo Santana, o grupo de Folia de Reis foi retomado nos anos 1990 e permanece vivo até hoje, existindo a mais de 150 anos. Contudo, esse foi um fato isolado e continua sendo

um fenômeno raro nos grupos, sendo que muitos deles simplesmente deixam de se organizar.

Muitas vezes os grupos não são retomados, mas sim, são feitos novos grupos, como, por exemplo, na situação vivenciada na cidade de São José dos Campos, Vale do Paraíba paulista, onde o grupo de Folia de Reis de Boca da Onça foi encerrado por desavenças entre o mestre e seus integrantes que questionavam o uso indevido de dinheiro público que o grupo havia ganho. Este grupo encerrou-se e nunca mais voltou, ao invés disso, o antigo mestre, em outra cidade, criou um grupo com novos integrantes, novo nome e novo santo padroeiro.

Essa pode ser uma estratégia de manutenção dos grupos, pois vendo a impossibilidade de manter-se em determinado local, ao até mesmo com a atual estrutura de componentes, alguns mestres acabam por formar novos grupos, entretanto, não podemos deixar de notar que nem sempre essas estratégias surtem efeito para a salvaguarda das expressões culturais populares, ou mesmo, que isso ocorra necessariamente como uma estratégia. No exemplo citado, o mestre perdeu todo seu prestígio entre as folias da região, mesmo após 40 anos na função de mestre.

Além disso, observei também que o poder público local pouco se interessa com a retomada de grupos culturais populares. Na prática, muitos municípios brasileiros demonstram pouco ou nenhum interesse por suas expressões, principalmente aquelas pautadas por matrizes culturais de extração afro-brasileiras. Caso os próprios participantes ou outras instituições culturais não estejam interessadas nessa manutenção, o poder público e suas autarquias acabam não tendo ciência disso tão cedo e/ou não terá interesse em auxiliar seu retorno. Isto é ainda herança de uma sociedade onde o racismo institucional define “pesos e medidas” as culturais de origem europeia contra as culturais de matrizes afrodescendentes e indígenas.

Há também municípios onde o poder público está preocupado com a realização das expressões culturais locais, geralmente denominadas de atividades folclóricas. Eles auxiliam com recursos e potencializam a discussão da cultura popular nos espaços de controle social da cidade, como os Conselhos Municipais de Cultura e Patrimônio Cultural. Há determinado interesse político-

partidário na realização de tais encontros, pois são espaços onde podem acontecer a exibição pública de prefeitos, secretários e vereadores, bem como, o uso desses momentos como trampolim político em suas plataformas de campanha.

A palavra folclore foi usada inicialmente no século XIX, pelo escritor britânico Willian John Thom. Grafada folk-lore, foi concebida a partir da composição de duas palavras de origem saxônica que significavam, respectivamente, *folk* (povo) e *lore* (saber), ou seja, o saber do povo. Entre os primeiros interessados em estudar o tema, ainda no século XIX, houve discussões visando construir consenso sobre a nascente área de estudos, a demarcação do objeto dessas pesquisas, se esses estariam ligados apenas ao campo imaterial ou incluiria também a produção material, bem como discussões e argumentos que ora defendiam, ora negavam a abordagem conceitual a partir da discussão sobre raça, classe e estrutura social.

No Brasil, o interesse pelo folclore justificou as primeiras pesquisas que tematizaram as culturas ditas primitivas, bem como as expressões produzidas nos mais diversos cantos do país, por camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores etc.

Entre os principais folcloristas brasileiros podemos citar Mario de Andrade, Luís da Câmara Cascudo, Ático Vilas-Boas da Mota, Basílio de Magalhães, Edison Carneiro, Silvio Romero, Arthur Ramos, Amadeu Amaral e muitos outros que realizaram pesquisas focais em suas regiões. Foi justamente a partir da ação de Mário de Andrade, na criação da primeira Secretaria de Cultura, no município de São Paulo, que se constituiu em 1936 a Sociedade de Etnografia e Folclore tendo como seus primeiros integrantes professores e alunos, também recém-criada, Universidade de São Paulo.

Em 1951, uma comissão de folcloristas brasileiros realiza em agosto o I Congresso Brasileiro de Folclore, no Rio de Janeiro, do qual origina o primeiro documento orientador dos estudos folclóricos nacionais, a Carta do Folclore Brasileiro. Por muito tempo essa primeira carta foi usada como documento de referência para os estudos da área. Segundo o texto, o conceito de folclore compreendido era:

“Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica” (CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO, 1951, p.1)

O texto tem influência marxista, e tende a não reconhecer os intercâmbios, bricolagens e articulações entre culturas, principalmente as eruditas, de elite, as culturas de massa e as culturas populares.

Por folclore e expressões folclóricas Brandão (1984) que, por sua vez se baseia em Gramsci, compreende as culturas das classes subalternas, contrapostas a uma dita cultura “oficial”, que tende a ser hegemônica. Ainda segundo Brandão (1984, p. 102), o “folclore é parte do que alguns chamam “o poder dos fracos”: seus modos de expressar a vida, as lutas das classes populares, a defesa de formas próprias”. Historicamente, o conceito de folclore, que antes se referia somente à cultura do povo, ganha novos sentidos, abarcando as subjetividades desenvolvidas nas expressões nacionais. Diz ainda o autor:

“Pouco a pouco, mas não em todos os lugares, a ideia de folclore como apenas a tradição popular, as sobrevivências populares, estendeu-se a outras dimensões.

- capacidade de um povo de criar e recriar;
  - expressões materiais do saber, do agir, fazer populares;
  - o mito revivido através do rito;
  - não apenas o rito, mas a própria vida cotidiana e seu produtos
- (...);
- o processo de fazer com o saber de uma cultura típica”
- (BRANDÃO, 1984, p.28).

Brandão (1984) enfatiza ainda que as mudanças nas tradições existem, dependendo de vários fatores como mudanças de local, de número de componentes de uma dança, de acesso a ingredientes ou outras matérias-primas, assim, as tradições são culturalmente ativas. Silva (2012) mostrou em seus estudos sobre as tradições de matriz negra, em Minas Gerais, modificações regionais conforme a narração mítica, influências de outras culturais locais e globais que são adicionadas as expressões folclóricas.

Câmara Cascudo, assim como Brandão, caminhando suas pesquisas também pelo eixo do tradicional, conceitua folclore enquanto “cultura do popular



tornada normativa pela tradição” (CASCUDO, 1980). Pensando nas culturas tradicionais, Taylor afirma que elas:

“(…) articularam o sentido de bem, de sagrado, de excelente – possuem, é quase certo, algo que merece a nossa admiração e respeito, mesmo que possuam, simultaneamente, algo que condenamos e rejeitamos” (TAYLOR, 1998, p. 93).

As culturas populares podem ser consideradas tradicionais uma vez que:

“(…) há nisso um forte e dinâmico teor de resistência política às inovações impostas pelo colonizador ou pelas classes dominantes. O conteúdo e a forma tradicionais dos modos de “sentir, pensar e agir” do índio, do povo colonizado, da comunidade camponesa são uma forma de resistir a padrões equivalentes, modernos e incorporados à força como instrumentos de dominação através da destruição de valores próprios de cultura.” (BRANDÃO, 1984, p.40).

Em 1995, um novo grupo de estudiosos se reúne no VIII Congresso Brasileiro de Folclore, realizado na cidade de Salvador, para fazer a primeira atualização da Carta do Folclore Brasileiro, surgindo, assim a nova Carta, a qual conceitua o folclore como:

“Folclore é o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade. Ressaltamos que entendemos folclore e cultura popular como equivalentes, em sintonia com o que preconiza a UNESCO. A expressão cultura popular manter-se-á no singular, embora entendendo-se que existem tantas culturas quantos sejam os grupos que as produzem em contextos naturais e econômicos específicos” (CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO, 1995, p.1).

Na última versão da Carta do Folclore Brasileiro, não há necessariamente, no conceito geral, algo que ligue o folclore às classes menos favorecidas, mas sim, um conceito mais amplo e que ressoa o debate promovido pela UNESCO, entendendo que “cultura popular” e “folclore” são sinônimos. A abordagem antropológica da cultura, como quer Geertz, compreende que o conceito:

“(…) denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (GEERTZ; 1989: 103).

Rocha (2009) aponta que com o tempo o termo folclore passa a ser deixado de lado pela academia e utiliza-se o termo cultura popular como referência do tema, sobretudo a partir do avanço dos estudos da antropologia do patrimônio e da ideologia política da cultura popular.

Para esta pesquisa, tanto o conceito de cultura, cultura popular e folclore me permitiram, a partir de experiência prévia de pesquisa junto às festas de Folias de Reis, buscar compreender a festa do congado enquanto expressão cultural popular católica e afro-brasileira por meio da qual acontece ações micropolíticas de manutenção de seus específicos conhecimentos, religiosidades e narrativas míticas que eu passo a descrever e analisar ao longo da dissertação que se apresenta.

### **De onde parte a pesquisa**

Em 2017, dialogando com uma colega de trabalho, tomei conhecimento do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Ao saber sobre as linhas de atuação e o corpo docente do curso, tomei a iniciativa de escrever-me no programa. Apresentei como pré-projeto para o processo seletivo uma pesquisa tematizando os grupos de Folia de Reis que param sua organização e atividades festivas e devocionais. Fui aprovado no programa e em 2018 iniciei as matérias bem como a orientação com a Prof.<sup>a</sup> Dra. Lilian Sagio Cezar<sup>1</sup>. Decidi usar como estudo de caso o município de Quissamã, cidade do Norte Fluminense, vizinha de Campos dos Goytacazes.

Nessa época eu trabalhava em Quissamã, num projeto de compensação ambiental. Um dos meus colegas de trabalho, W. N.<sup>2</sup> era presidente do Quilombo de Machadinho e havia me contado que, além de outras expressões culturais existentes na cidade, há aproximadamente 30 anos havia um grupo de Folia de Reis na zona rural quissamaense. Em conversa posterior com o então Secretário de Cultura, O. S., tive a confirmação da existência deste grupo e que, para minha

---

<sup>1</sup> O nome da orientadora responsável permanece original.

<sup>2</sup> Este trabalho irá utilizar as iniciais dos nomes, em maiúsculos, como forma de preservação dos agentes entrevistados aos leitores que não os conhecem, já que, mesmo que fosse usado pseudônimos a comunidade local da pesquisa saberia de quem se trata.

surpresa, os atuais cantadores do Fado<sup>3</sup> de Quissamã eram os antigos cantadores da Folia de Reis de outrora. Pela minha proximidade com o local e facilidade de diálogo com os antigos cantadores da Folia de Reis, decidi que Quissamã seria um bom caso a ser estudado.

Meu objetivo então era buscar alguma política pública cultural, elaborada e realizada em esfera municipal, feita em outra cidade, cuja efetividade em valorizar, promover e incentivar uma possível re-organização das Folias de Reis, me trouxessem dados consistentes para servir de subsídios para pautar a discussão com os festeiros e representantes da Folia de Rei de Quissamã, visando a elaboração de um plano estratégico voltado para uma possível retomada dessa festa no município, pesquisando a efetivação de uma política de salvaguarda para grupos culturais populares que viabilizasse também a retomada de grupos não mais existentes.

Naquele momento, acreditava que seria necessário a busca de uma experiência de política cultura “exitosa” em outros municípios. Ainda no primeiro semestre 2018, uma das tarefas que iniciei para a pesquisa foi realizar o mapeamento de políticas culturais nas esferas municipais, independentemente se essas fossem desenvolvidas por Secretarias de Cultura ou por outras fundações, ou institutos locais como museus e casas de cultura.

Comecei a construção deste mapeamento junto aos municípios que já tinha conhecimento que existiam equipamentos públicos que auxiliassem grupos culturais populares. Realizei também visitas em municípios onde tinha ciência que acontecem grandes atividades culturais populares, pensando que esses ajudariam a compor o mapeamento por, provavelmente, atuarem com políticas locais. Realizei visitas nas cidades de Aparecida do Norte-SP, São José dos

---

<sup>3</sup> Expressão cultural popular existente unicamente na cidade de Quissamã – RJ. Existe duas versões que explicam sua existência. A primeira afirma ser o fado uma ressignificação do fado português pelos escravos das fazendas açucareiras, sendo produzida a partir de pares que executam bailados acompanhados pelo som de viola e pandeiro. Para mais informações acessar <<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/grupo-de-fado-quissama>>. Uma segunda explicação afirma que o fado é uma dança e expressão cultural mestiça, ibérica e afro-brasileira, produzida por estivadores e trabalhadoras das cercanias do porto do Rio de Janeiro que, levada a Portugal por marinheiros, ali ganha expressividade própria e específica, sendo hoje reconhecida como legítima expressão cultural portuguesa. Ver Ribeiro (2019) <[https://grupovisagem.org/revista/edicao\\_v5\\_n1/downloads/Dossi%C3%AA\\_04.Jos%C3%A9%20da%20Silva%20Ribeiro.pdf](https://grupovisagem.org/revista/edicao_v5_n1/downloads/Dossi%C3%AA_04.Jos%C3%A9%20da%20Silva%20Ribeiro.pdf)>

Campos-SP, Cardoso Moreira-RJ, Cabo Frio-RJ, Muqui-ES, Cordisburgo-MG e Dores do Indaiá-MG.

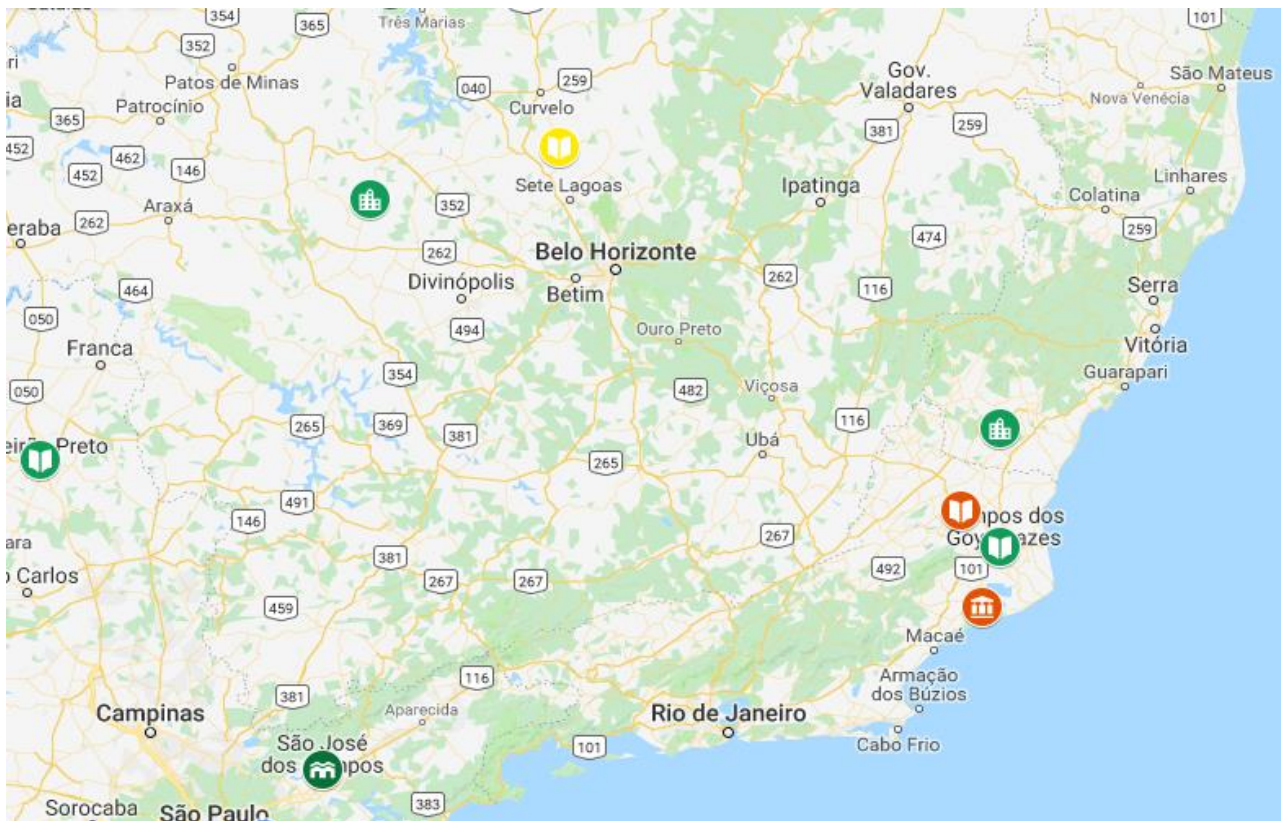
Durante as primeiras atividades de campo, realizei entrevistas pautadas em três questões principais feitas aos próprios participantes das expressões culturais: 1) como era o acesso deles às políticas e auxílios do governo municipal? 2) se essas políticas eram realmente colocadas em prática na cidade? 3) como é a facilidade de acesso ao poder público e os gestores de cultura para requisitar apoios em geral?

Escolhi essas questões por compreender que encontrar uma política cultural municipal não seria fácil, portanto a melhor forma de mapeá-las seria observando, a partir do olhar dos participantes das expressões culturais populares, se eles verdadeiramente conseguiam ser beneficiados, de alguma forma, por essas políticas. Assim, busquei construir o mapeamento e mensurar se as políticas funcionavam ou não através da avaliação dos próprios impactados pelas mesmas.

Nessa primeira atividade exploratória cheguei a infeliz constatação de que mesmo nesses municípios onde a cultura popular acontece com uma determinada visibilidade para os seus habitantes ou participantes, não existem efetivas políticas municipais, mas sim, no máximo, políticas estaduais ou federais que beneficiam os grupos de alguma forma trazendo contribuições financeiras que lhes permitem dar continuidade às suas expressões culturais.

Como, por exemplo, o município de Dores do Indaiá, no Centro Oeste Mineiro, o qual é auxiliado com repasses de verbas do Governo do Estado de Minas Gerais, através do ICMS cultural, onde promove, além da Festa de Nossa Senhora do Rosário, o Encontro Anual de Carros Antigos e auxilia os grupos locais de Folias de Reis. Sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário, está é realizada concomitante as apresentações dos grupos de congados, que são danças dramáticas de herança negra do período escravocrata que realizam devoção a Nossa Senhora com cantos e danças.

Até agosto de 2018 o foco das minhas atividades no mestrado esteve centrado no cumprimento dos créditos e na pesquisa visando a realização desse mapeamento que segue na imagem abaixo.



Mapa 1 - Mapeamento de políticas culturais

Legenda:



Municípios com leis voltadas para a cultura folclórica ou menção nas leis orgânicas;



Municípios que recebem recursos estaduais para investimentos em cultura e as usam em culturas populares;



Municípios que possuem espaços próprios para uso de cultura popular.

Cores:

- Políticas efetivas;
- Políticas não efetivas;
- Não foi possível mensurar a efetividade das políticas.

Neste processo, constatei que seria difícil encontrar uma política cultural municipal que pudesse ser adaptada ao cenário singular do município de Quissamã. Decidi então modificar a estratégia inicial da pesquisa e realizar uma abordagem diferente, discutindo como a atuação dos próprios participantes das expressões culturais populares, dentro da dinâmica de suas festas e rituais, são importantes estratégias para re-existência dos próprios grupos e construção de uma micropolítica que faça com que essas organizações permaneçam atuantes.

Outra constatação desse período de pesquisa de campo foi a dificuldade encontrada em tematizar a organização e micropolítica de um grupo que não

existe mais e que permanece somente enquanto memória dos habitantes locais e seus antigos integrantes.

Eu precisaria fazer uma pesquisa que articulasse história e antropologia, pautada em narrativas, relatos e possíveis documentos, para buscar responder se e como o poder público pode atuar no estímulo e incentivo ao resgate da organização das expressões folclóricas, ou, de forma mais ampliada buscar minimamente descrever o que foi aquele grupo.

Decidi então construir outro recorte investigativo que pudessem auxiliar não só Quissamã, mas outros municípios a realizarem um diálogo visando estimular, questionar e acompanhar a efetividade da salvaguarda da cultura popular local, focalizando as ações políticas desenvolvidas pelos próprios realizadores de expressões.

Retomando aos dados do mapeamento escolhi o município mineiro de Dores do Indaiá para o desenvolvimento da pesquisa de campo devido ao fato das atividades culturais desse município, em especial de seu Congado, acontecerem com expressiva participação dos capitães, dançadores, realezas e de munícipes em geral, ainda que tenha particularidades quanto às suas expressões e aos formatos de participação dos integrantes das expressões culturais populares.

### **O Congado na cidade mineira de Dores do Indaiá**

A cidade de Dores do Indaiá, MG, localizada a 250 km a leste da capital Belo Horizonte, é amplamente conhecida pela sua secular tradição do Congado. Segundo informações do Secretário de Cultura da gestão 2016/2020, E. V., estima-se que atualmente 3 a 4mil moradores da cidade atuam nestes grupos culturais, sendo a população estimada da cidade 13.541, segundo dados do IBGE<sup>4</sup>. O primeiro registro documental das Congadas dorenses é feito em 1943, por João Dornas Filhos, contudo o mesmo observa que as manifestações no local são “já centenárias” (RABAÇAL, 1976, p.26).

---

4 Dores do Indaiá - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/dores-do-indaia>, acessado em 29/01/2019, as 20h10.

Cheguei ao Congado de Dores do Indaiá-MG por meio de uma página da rede social Instagram, por sugestão de um amigo fotógrafo. A página é @festadorosario.doresdoindaia, nela é possível conhecer por fotos e vídeos os relatos do cenário da Festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada no mês de agosto, onde esta pequena cidade ganha múltiplas cores pelos cortejos e apresentações dos congados, moçambiques, cavlhadas e contradanças que constroem juntos a festa em homenagem e louvor a Nossa Senhora do Rosário.

No mês de abril, quando comecei a fazer a pesquisa para o mapeamento de políticas culturais municipais, decidi que precisava ir a essa Festa para conhecer mais e poder estabelecer um diálogo com os festeiros, dançadores e representantes do poder público local<sup>5</sup>.

Em contato com o atual Secretário de Cultura, E. V., que consegui ligando para a Prefeitura Municipal, ele estabeleceu diálogo com uma devota que recebe anualmente os grupos de congado em sua casa, seja para pagar promessas, fazer refeições, ou simplesmente utilizar o banheiro da casa de V. M., me passou o contato dela para que eu a ligasse.

Ao conversar com ela, prontamente fui convidado para me hospedar em sua casa durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário, naquele ano realizado dentre os dias 8 a 11 de agosto. Resolvi então que esse mês seria dedicado a pesquisas de campo mais intensas, a iniciar pela Festa de Congado de Dores do Indaiá.

Cheguei no município na manhã no dia 9 de agosto, pegando o ônibus na rodoviária de Belo Horizonte e, permaneci em Dores até o dia 11. Apesar de curto, esse foi um período de intensa e frutífera pesquisa de campo por meio de observação participante em que pude acompanhar as atividades dos grupos mais tradicionais da cidade, entre eles os cortejos realizados pelo Moçambique do bairro Juiz de Fora, liderado pelo C.S.

Em conversa com outros capitães e com o Secretário de Cultura, pude perceber como aquela Festa, que movimenta não só Dores do Indaiá, mas todos os municípios ao seu entorno, é construída anualmente por uma equipe formada,

---

<sup>5</sup> Aqui são usados os termos festeiros compreendendo os devotos que preparam os banquetes em suas casas para receber os Congados e também apoiadores financeiros da festa como um todo. Dançadores são os participantes dos 4 grupos folclóricos da cidade, que, conforme Silva, podem ser abarcados todos no termo congadeiros (SILVA, 2010).

em sua maioria, pelos integrantes dessas expressões culturais populares, que se fazem representar por meio da organização de cinco associações de congadeiros, cada uma condizente a um bairro da cidade, chamados por eles de “os cinco reinos”, são eles: Juiz de Fora, São Geraldo, São Sebastião, São José e Antônio Martins.

Existe também a participação do poder público e da Igreja Católica, porém essas duas instâncias, mesmo com poder de fala importante, devem estar sempre atentas às regras que os membros dos congados estabelecem. Dos municípios visitados durante esse tempo de pesquisa, Dores do Indaiá merece destaque, tanto pela sua forte expressividade na região como pela participação dos membros desses grupos na atividade do período da Festa de Nossa Senhora do Rosário.

Nas entrevistas que realizei com os antigos capitães da cidade, fui informado que seus ancestrais dançavam o congo desde o século XIX, antes da abolição. Rubens Silva (2010), também abordou Dores do Indaiá em seus estudos e destacou a existência de registros datados de 1930 notando, contudo, que informações oralmente transmitidas apontam se tratar de expressão cultural bem mais antiga.

Minha proposta inicial era apenas de conhecer a estrutura de políticas públicas de Dores do Indaiá para o meu mapeamento de políticas culturais municipais, entretanto, logo que conheci a Festa de Nossa Senhora do Rosário e a magnitude dos Congados dorenses vi que ali estava um amplo cenário de pesquisa antropológica.

O objetivo principal desta pesquisa é, a partir do campo das Políticas Culturais, descrever e analisar, por meio do ponto de vista dos festeiros, as específicas formas de negociação e organização políticas entabuladas pelos dançadores ao longo da Festa do Congado de Dores do Indaiá, MG frente as demandas, contingências e hierarquias sociais instituídas pela própria Festa.

Além disso, esta pesquisa deve analisar possíveis formas de salvaguarda das expressões culturais populares a partir da focalização da dimensão micropolítica preparada pelos próprios festeiros e problematizar a possibilidade de replicação deste modelo em outras cidades.



## Trajectoria da pesquisa

Para compreensão do leitor sobre as estratégias e instrumentais metodológicos que foram usadas nos estudos de caso, bem como as formas que as relações incidem sobre as festas e rituais tematizados, escolho como técnica central para a realização dessa pesquisa a observação participante.

Assim, a técnica utilizada é fundamentalmente qualitativa uma vez que este trabalho não focalizou a construção de dados estatísticos, por estar interessado em investigar as formas como os conhecimentos tradicionais dos participantes das expressões culturais populares são agenciados ao longo dos processos de negociação, produção de hierarquias e possíveis conflitos por eles entabulados. Esse exercício, feito no campo de pesquisa, a partir de um olhar disciplinado e distanciado, permite ao antropólogo a possibilidade de enxergar e descrever minucias sobre as relações sociais encontradas no campo de estudo (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998).

Somado a observação participante, faço uso também da produção de imagens fotográficas enquanto importante estratégia de representação do mundo visível. Quando falamos de cultura popular, falamos de expressões codificadas que se materializam esteticamente e que são riquíssimas em cores, detalhes, gestos, símbolos e conhecimentos que se reportam a uma África ancestral e a memória da escravidão.

A imagem revela muito ao leitor do que está sendo tratado e da sua importância. Segundo Peter Loizos (2002) a importância de se trabalhar com imagens em pesquisa social diz respeito a três fatores. São eles: (1) a imagem, com ou sem som, oferece representação para ações temporais de acontecimentos reais, concretos e materiais; (2) apesar das pesquisas sociais estarem tipicamente a serviço de questões teóricas e abstratas, as imagens podem trazer informação visual que não necessita de escrita nem de números; por fim, (3) o mundo em que vivemos é influenciado pelos meios de comunicação, cujos resultados muitas vezes dependem de elementos visuais.

Boris Kossoy (1980) afirma que imagens fotográficas são eficientes detonadores de memória coletiva por estimularem a emergência de reminiscências de um determinado momento no tempo e espaço permitindo que o

processo de rememoração seja também uma forma de se re-viver, permitindo a re-construção de subjetividades num novo instante.

Essa característica permite, ainda segundo Kossoy (1980) e Lowenthal (2010) que imagens fotográficas constituam espécie de chave de acesso a um passado que, apesar de desejado, só pode ser conquistado por meio da memória.

O uso de imagens nesse trabalho é também uma forma de contribuição para a comunidade dos agentes das expressões culturais populares ao retornar a suas mãos, o que compreendo é o dever do antropólogo e tenho feita de formas onde meus agentes consigam minimamente compreender os debates científicos que faço em meus trabalhos.

No caso das imagens, desde 2017 tenho realizado exposições fotográficas que tragam as comunidades o olhar do antropólogo através da câmera, como as exposições “Viva Santos Reis” (Cabo Frio 2017, Quissamã, 2018 e Silva Jardim 2018) e a exposição “Pedro e os Filhos do Mar” (Cabo Frio 2019). Para Cezar, a possibilidade do uso da imagem é, para o antropólogo:

“(…) em suas pesquisas de campo proporcionou a ampliação do campo de reflexões teóricas sobre a Antropologia Visual, exigindo que a natureza, o status e os lugares do observador, do observado, da palavra e, principalmente da escrita no processo de pesquisa fossem questionados, oferecendo a possibilidade de execução de experimentos e processos de *mise en scène* do real” (CEZAR, 2010, p. 21)

O processo posterior de descrição e uso conceitual da imagem feita não está isento de interpretações, que segundo Baxandall, descrição e explicação se interpretam, de maneira que “o conceito aprofunda a percepção do objeto e o objeto aprofunda a referência da palavra” (BAXANDALL apud CEZAR, 2010, p. 21).

Portanto, neste trabalho, usar imagens correspondem a uma forma eficiente de representar as expressões culturais populares tematizadas na pesquisa, em um determinado recorte espaço-temporal, contribuindo tanto para meu próprio uso na interpretação da experimentação do campo, posteriormente para os próprios participantes dos grupos culturais na reconstrução de importantes fatos de sua trajetória enquanto fazedores e narradores de suas histórias.

Por fim, a terceira técnica utilizada e, dentre todas, talvez a que traga maior número de informações e detalhes a este estudo sobre essas expressões culturais populares, são as entrevistas.

As entrevistas foram realizadas tanto com o congadeiros, participantes dos grupos culturais e com agentes que estão envolvidos nas festas e rituais de alguma forma, como expectadores, pesquisadores, devotos e outros participantes das atividades que têm papéis específicos, como o caso da rainha Perpétua do Congado de Dores do Indaía, MG. Foi realizado entrevistas com os agentes públicos responsáveis pela criação e manutenção das políticas públicas culturais, sendo meus principais interlocutores os Secretários de Cultura de Dores do Indaía e Presidentes de Associações de Congadeiros dos Reinos da cidade.

Segundo Jovchelovitch e Martin W. Bauer, as entrevistas narrativas são formas de garantir a importância da memória e subjetividade dos agentes entrevistados, potencializando assim o uso da tradição oral como objeto científico (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

Desse modo, as entrevistas narrativas foram realizadas com os congadeiros, festeiros, poder público e lideranças da respectiva festa e tratadas comparativamente a partir de análise de conteúdo das mesmas. Minhas principais portas de entrada para as entrevistas foram o Secretário de Cultura, a devota que me acolheu, V. M. e, e o neto de Antônio Martins e Presidente da Comissão do reino Antônio Martins, W. M.

A partir deles fui levado para conversar com as pessoas que, segundo julgamento deles, eram as peças essenciais para compreender o Congado Dorense. Optei por fazer todas as entrevistas com gravação de áudio e vídeo para ter material a ser consultado durante a escrita deste trabalho. Os locais escolhidos foram, de maneira a menos impactar o cotidiano e organização da Festa por parte dos entrevistados, os de mais fácil acesso para eles e o que lhes fosse mais rápido.

Em algumas entrevistas, como da Rainha Perpétua, escolhi sua residência em um horário mais tranquilo, em outras, como do Capitão C.S., optei por entrevista-lo enquanto ele preparava a saída do Moçambique, já que os dados que eu precisava naquele momento era justamente os que aconteceriam no primeiro dia de visitas do seu terno.

Portanto, a soma dessas metodologias qualitativas traz para este trabalho um panorama da visão dos participantes das expressões culturais populares sobre suas micropolíticas de construção das suas tradições. Com o trabalho de observação em campo, preservando e garantindo valor as memórias individuais e, apresentando em forma de registro imagético as tradições culturais populares, é que analisei a dinâmica de tais grupos e das festas e rituais.

### **Por que falar em micropolítica nos estudos de cultura popular?**

As festas e expressões culturais brasileiras têm, a cada ano, enfrentado maiores dificuldades para garantir a sua existência. Em muitos municípios, os poderes públicos locais não veem o investimento em cultura popular como algo necessário ou importante.

Em contrapartida, realizam investimentos em grandes shows, produção de programas de rádio e TV de difusão local, incentivo a esportes, etc. Fato esse que pode ser comprovado, por exemplo, nas cidades da região dos Lagos Fluminenses, onde moro a quatro anos, e em todos os períodos de temporada de verão são realizados, principalmente, show nas principais praias, mas nunca uma apresentação de cultura popular foi feita.

Acionar o conceito de micropolítica enquanto categoria analítica para essa investigação constitui uma tentativa de abordar variadas formas de organização de pessoas, em escala diminuta, atuando em pequenas redes, comunidades, associações, grupos culturais populares, pequenos mutirões de festeiros, grupos de mestres de cultura popular local, dentre outros, tendo como foco não somente as mais distintas formas de poder que incidem sobre o corpo de quem festeja, mas seus específicos saberes, memórias, segredos, formas de transmissão e distribuição de conhecimentos e poderes produzidos historicamente a partir e por meio da própria Festa.

Michel Foucault, nas obras *Microfísica do poder* (1971), *História da Sexualidade* (1976) e *Vigiar e Punir* (1976), bem como nas palestras feitas entre 1978 e 1979, trata o tema da micropolítica, ou micropoder, ao debater sobre as relações de poder, que está dissimulado em todo o mundo, em todas as relações físicas e sociais. Para o autor, a micropolítica é a maneira de desvencilhar a vida

e as relações das esferas de poder criadas pelo mercado e consecutivamente dos governos, à medida que, seja sozinho ou em pequenos coletivos, os cidadãos tomam suas próprias iniciativas e fazem suas escolhas sobre seus modos de vida (FOUCAULT, 1971).

Foucault inicia esse debate para tratar sobre a temática do corpo, começando pela obra *História de Sexualidade* (1976), em que o tema central é a matriz conhecimento-poder. A micropolítica do corpo, em segundo polo tratado como biopolítica da população, está relacionado ao homem, enquanto espécie. Onde, os seres humanos, conforme constituem uma massa global, são afetados por processos como o nascimento, morte, produção, doenças e outros.

A partir das conferências de 1976, o autor retorna a temática do Estado e da Soberania, seguindo nas conferências de 1978 e 1979. Para o autor a população não é mais um alvo do controle estatal, mas um “princípio de limitação” sobre a atividade do Estado. Portanto, o exercício da micropolítica sobre o próprio corpo, e por extensão, a vida social, seria a forma do sujeito se desvencilhar das estruturas de poder governamental/estatal.

Deleuze e Guattari afirmam que todas as relações humanas são segmentarizadas: “habitar, circular, trabalhar, brincar, etc” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 83). Os autores enfatizam que a sociedade vive em segmentos que podem permitir aos indivíduos recusar os dualismos sociais.

Já o Estado possui seus próprios segmentos e segmentariedade. Para os autores a segmentariedade do indivíduo e a do Estado são inseparáveis, pois “tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo, macropolítica e micropolítica” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 90).

As relações de ambas as esferas se influenciam mutuamente. Entretanto, apesar dessas influências de uma esfera para a outra, estudar os agenciamentos complexos a partir do molecular (micro) é suscetível a erros, tanto no campo teórico como prático. Ligando novamente a microfísica foucaultiana, Deleuze e Guattari (1996) reforçam que a micropolítica não é simplesmente a pequenez dos elementos, mas a natureza da massa, o fundo de toda a sociedade.

Essas relações micropolíticas nas expressões culturais populares acontecem principalmente por conta das festas. São elas, segundo Roberto DaMatta (1997), um momento que está acima do tempo, carregado de valores,

relações sociais e ideologias. Devido à centralidade de festas, paradas, desfiles e procissões para a construção e representação da cultura brasileira o autor aborda o carnaval comparativamente à parada militar buscando investigar as contradições da sociedade brasileira, a saber, as abissais diferenças hierárquicas construídas e mantidas no cotidiano em que preconceitos raciais, privilégios e desigualdades econômicas são afirmadas de maneira simbolicamente violentas.

DaMatta afirma que a quebra do cotidiano realizada pela instauração espaço-temporal das festas, permite, momentaneamente, a suspensão e inversão das hierarquias sociais a partir do que se constrói experiências de igualdade e formas não discriminatórias de convivência social que, apesar do potencial libertário, não chega a ameaçar as estruturas de manutenção de poder (DAMATTA, 1997).

Lançar mão do conceito de micropolítica e buscar descrever e analisar processos políticos observados ao longo da realização do congado dorense entre 2018 e 2019 pode permitir ampliar o debate sobre festas, fugindo de preconceitos que pairam sobre a temática, associando sua realização à desordem, depravação, bagunça e outros adjetivos negativos.

Ao longo do século XX e início do século XXI o congado recebeu atenção de pesquisadores das mais distintas formações e atuação: folcloristas, antropólogos, geógrafos, historiadores, sociólogos. Apesar disso e das políticas de reconhecimento, registro e patrimonialização das expressões culturais datarem do início dos anos 2000, vale salientar que até o momento essas festas não receberam do IPHAN o mesmo tratamento de outras expressões culturais afro-brasileiras como o samba e o jongo.

Apesar disso o Congado têm recebido o apoio intelectual e acadêmico de diversas instituições que buscam realizar levantamento de dados sobre a temática, como o projeto Memória Digital do Congado Paulista, mantido pela Faculdade de Humanidades da USP e também o Centro de Preservação Cultural - Casa de Dona Yaya, mantida pela mesma instituição<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Para mais informações acessar < <http://mdcsp.com.br/sobre-o-mdcsp/>>, acessado em 17/02/2019, as 16h20.

O IPHAN informa que está realizando o inventário para registro da expressão cultural<sup>7</sup>. Pesquisar e debater, a partir do conceito de micropolítica, as demandas dos grupos produtores dessa expressão cultural, das consequências da demora no reconhecimento e registro dessa expressão como patrimônio imaterial pode contribuir para ampliar o acesso dos congadeiros às instâncias de mediação e negociação junto aos poderes públicos locais e a construção de diálogos simétricos entre atores em suas mais distintas instâncias e interesses.

O Centro de Estudos Folclóricos e da Cultura Popular (CCEP), com sede na cidade de São José dos Campos, tem realizado estudos sobre os Congados com foco na conquista de seu reconhecimento como patrimônio imaterial.

---

<sup>7</sup> Para mais informações acessar < <http://portal.iphan.gov.br/mg/galeria/detalhes/333/>>, acessado em 17/02/2019, as 16h.

## CAPÍTULO 1 – OS GUARDIÕES NEGROS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

*“- Oh, que bandeira é essa?  
Meus soldados, que bandeira é essa?  
- Oh, de promessa, oh, de promessa, oh!”  
Ponto de Moçambique do Mestre C. S. –  
Dores do Indaiá – MG.*

As festas das congadas, também conhecidas como congado ou congados, ou ainda reinados, podem, segundo Silva (2010) abarcar as expressões da cultura popular que envolvem a festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário e os santos negros São Benedito e Santa Efigênia. A compreensão das relações de poder e prestígio, visíveis e invisíveis na estruturação das festas, foco dessa investigação, constitui questão a ser desvendada a partir da pesquisa de campo em que procuro respostas para a relação efetiva de salvaguarda destas expressões em diálogo com os próprios festeiros e os poderes públicos locais.

O pequeno município de Dores do Indaiá está situado na região de Bom Despacho, oeste mineiro, possui 13.781 habitantes, sendo aproximadamente 1200 moradores da zona rural<sup>8</sup>. Dores do Indaiá surge no século XVII no caminho da famosa *Picada de Goyaz*, caminho aberto pelos bandeirantes até o extremo central do Brasil. Já no século XVIII, elevada à categoria de Vila, pela necessidade de conquistar o oeste do estado de Minas Gerais e assim avançar a exploração aurífera. Entre o final do século XIX ao início do XX recebe estradas de ferro que colocam a pequena cidade, já com 15mil habitantes dentre as principais cidades da região (CATAO, 2009).

Situada no centro-oeste mineiro, Dores do Indaiá tem um clima quente, vastamente arborizado, de terra vermelha, no curso do rio São Francisco e localizada no meio da Serra da Saudade. Todos seus atuais municípios vizinhos foram distritos dessa cidade, que foi elevada à categoria de município no ano de 1855. Atualmente a cidade vive da produção rural e de pequenas indústrias de vestuário (CORGOZINHO, 2009).

Com registros escritos que datam no século XVIII, as manifestações dos Congados estão presentes no cotidiano cultural dos dorenses, bem como sua

---

<sup>8</sup> Dados do censo 2010 – IBGE.



religiosidade mariana. Segundo Waldemar Barbosa (1964) em 1832 foi fundada a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e a partir de 1898 iniciou-se a construção da atual igreja, concluída em 1905 com as “tradicionalis danças do Rosário” e seus festejos. Silva afirma que “(...) os rituais de congados estão intrinsecamente ligados à história afrodescendente em Minas Gerais” (SILVA, 2012, p.29).

Mário de Andrade (1959), escritor e pesquisador do folclore brasileiro, conceituou as danças dramáticas enquanto bailados coletivos que seguem algum tema específico, como a retirada da Santa de dentro da gruta, para os Congados e Moçambiques. As Danças Dramáticas têm o formato de uma obra musical apresentada em danças e performances tradicionais, podem assumir o formato de cortejo ritual e possuir cunho religioso. Segundo os congadeiros mais antigos da cidade, as primeiras festas de congadas não eram realizadas no centro da cidade, mas “(...) em um rancho às margens do Ribeirão do Jorge”, como conta Capitão W. S.

A hierarquia da festa estabelece que a Rainha Perpétua é a figura central do reinado e os Reis do Mastro e Rainhas da Bandeira do Mastro são os responsáveis pela confecção e administração destes dois objetos sagrados. Também existe os Reis e Rainhas de Promessa que são os devotos que recebem os ternos em suas casas para almoço e jantar.

Os Reis e Rainhas de promessa que oferecem refeição para mais de um terno são denominados de Reis e Rainhas da Coroa Grande. Atualmente a maioria dos membros do Reinado de Promessa, os devotos, são pessoas brancas que trazem ainda esse papel do final do século XIX, onde os brancos eram os Reis e Rainhas das fazendas onde os negros das irmandades faziam o Congado (SOARES, 2000).

Na atual Dores do Indaiá, nos bairros de população de classes mais baixas, como a comunidade Antônio Martins, é possível encontrar Reis e Rainhas de Promessa negros. Já os Reis e Rainhas do Mastro, por estarem ligados a mais tempo, ou por mais gerações e, possuírem maior compreensão da expressão folclórica, são pessoas negras, em sua maioria. Para a Rainha de promessa V. M., ser Rainha é “(...) uma forma de contribuir para a existência do Congado e manter a tradição”.

No congado dorense existe cinco tipos diferentes de ternos, que “são grupos indenitários formados por pessoas, geralmente de núcleos familiares específicos, reunidas ao redor de princípios simbólicos, indenitários, religiosos, que partilham memória coletiva e padrões culturais” (CEZAR, 2012: 194), são eles os Moçambiques, os Congos (que são subdivididos em tipos específicos nomeados de Congo Vilão, Congo Penacho e o Congo Real), as Contra-Danças e os Catupés de origem e de enfeite, sendo os quatro primeiros grupos de origem.

Estes grupos originários são, em maioria, majoritariamente compostos por pessoas negras e que transmitem o saber do Congado, principalmente, entre famílias e amigos. Os Moçambiques são considerados pelos devotos o grupo mais importante de todos na hierarquia da festa. Segundo a narrativa do capitão V. S., do Congo Vilão do bairro Juiz de Fora:

“De premero tinha dentro de uma gruta, numa praia, uma imagem de Nossa Senhora. Para tirá ela de lá, primeiro chegaram os índio e fizeram cantoria e dança deles para imagem. Ai ela ficou de frente para eles. Só que quando saíram da gruta eles saíram dando as costas pra Nossa Senhora, intão ela permaneceu no local. Daí chegaram os escravos do Congo, que fizeram o mesmo ato com seus cantos e dança típicos. Novamente a imagem se virou para eles, só que ao saírem da gruta mais uma vez saíram dando as costas para Nossa Senhora que de lá ela permaneceu. Por fim, chegaram os escravos de Moçambique e sabiamente fizeram novamente cantos e danças, mas quando foram sai, dessa vez, saíram de *fasto* e olhando para Nossa Senhora e ela seguiu os escravos para o lado de fora”<sup>9</sup>

Versão semelhante é narrada pelos congadeiros e devotos mais velhos, ensinada e seguida pelos dançadores mais jovens. Essa narrativa constitui o mito de origem do congado, marco referencial por meio do qual é iniciada e justificada a tradição da louvação à Nossa Senhora do Rosário.

Segundo o relato mítico o único grupo que conseguiu retirar a imagem de dentro da gruta foi o Moçambique e este permanece sendo o mais respeitado e com as principais funções durante a festa das congadas. Brandão (1985) afirma que, para os dançadores dos congados há um sistema de razões religiosas que:

“(...) atualizam os termos e as relações do mito de origem e conservam pela vigência, no modo como são a crença de todos, os motivos consagrados, pela fé e pela tradição local, de reprodução do ritual com o envolvimento dos seus figurantes, quase sempre antigos “pagadores de promessa” a Nossa Senhora do Rosário” (BRANDÃO, 1985, p. 83).

---

<sup>9</sup> Entrevista realizada em 10 de agosto de 2018, na casa do referido capitão, aqui nomeado com pseudônimo.

Os capitães dos Moçambiques são considerados os detentores da maior sabedoria desta festa. Todos do grupo se vestem de branco, e em alguns, usam faixas coloridas cruzadas no corpo. Os dançadores do Moçambique usam presos aos pés dos gungas, instrumento semelhante a um chocalho de metal que faz alusão às correntes que os escravos usavam nos pés e que emite som melancólico, como choro.

Além disso, são os Moçambiques que são responsáveis por conduzir o Rei do Mastro, com o devido objeto, e a Rainha da Bandeira até o local da subida e descida do mastro, onde estes fazem o levantamento, sendo eles a principal guarda de segurança da Rainha da Perpétua. O Capitão C.S. diz que “sem o Moçambique não tem Congado e não tem a Festa do Rosário, porque foram us iscravos do Moçambique que foram lá tira a Santa e leva ela pra Igreja, né”.



Figura 1 - Moçambique do bairro Juiz de Fora  
Fonte: Daniel Arrebola, 2019.

Soldados do Moçambique do Bairro Juiz de Fora formam duas grandes filas paralelas e caminham em direção a primeira casa que irão visitar. Presos nos

tornozelos dos dançantes estão os gungas, espécie de chocalhos de metais que fazem som melancólico, lembrando o choro dos escravizados.

Ao centro, tocadores de tambores, bumbos, zabumbas e patangome, um tipo de chocalho de ferro em formato redondo e achatado. O grupo sai após a alvorada festiva e coroação da imagem de Nossa Senhora do Rosário. Atrás dos tocadores vem o capitão do terno.

Em seguida há os Congos, que variam de nomenclatura, de cidade para cidade, porém na região do estudo de caso existem alguns Congos que tem uma importância singular. São eles o Congo Vilão, Congo Penacho e o Congo Real.

O Congo Penacho tem esse nome porque seus dançadores costumam utilizar na cabeça um capacete feito com longas penas de pavão ou faisão que tornam o adereço exuberante. A sua dança é um passo ritmado e tocam pequenos tamboretas, triângulo ou xique-xique.

Já os Congos Reais variam muito e em Dores do Indaiá, por exemplo, há um Congo que se veste tradicionalmente como o Penacho, mas tem a nomenclatura de Real. Nestes os dançadores utilizam enormes capacetes e roupas com adereços de flores, feitas com papel crepe. As danças são semelhantes ao do Congo Penacho.

O Congo Vilão possui uma função específica de guarda real da Rainha Perpétua ou dos Reis e Rainhas que servem almoço aos congadeiros. Em Dores do Indaiá suas roupas lembram a dos cowboys de filmes de faroeste e desenvolvem um bailado lento que acompanha o ritmo do canto.



Figura 2 - Congo Real do bairro Juiz de Fora  
Fonte: Ana Paula Araujo, 2019.

Integrantes do Congo Real do Bairro Juiz de Fora se reúnem para tirar fotos antes de sua saída oficial no primeiro dia de Festa com as Fardas. Ao centro estão as bandeiras de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, onde estão os filhos e filhas de membros do terço e que hoje acompanham o grupo.

Ao lado direito o capitão do terço, enquanto, ao fundo os dançadores com seus vistosos capacetes de penachos de pavão. O grupo sai em caminhada até a casa dos devotos fazendo repentinas evoluções onde os capitães correm por dentro de duas fileiras, formadas pelos dançadores, e estes, por sua vez, seguem os capitães fazendo pequenos trotes.



Figura 3 - Congo Real Tamboril do bairro Juiz de Fora  
 Fonte: Daniel Arrebola, 2019.

Terno Congo Real Tamboril, do bairro Juiz de Fora, forma duas fileiras paralelas para entrar na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde irão reverenciar os Santos e o Altar em agradecimento e pedido de proteção para os dias da Festa do Rosário.

Ao centro o capitão, de chapéu de couro preto e camisa azul de cetim, toca seu apito que conduz as ações dos dançantes, ao lado do capitão estão tocadores de tamboril, que usam chapéu de couro e camisas no estilo cowboy.

Atrás dos tocadores estão os dançadores que usam capacetes de flores coloridas feitas com papel crepom, que descem em longas faixas até a altura de seus joelhos. Os dançadores que usam fardas pretas, roxas e brancas estão pagando promessas. O grupo chama a atenção pela beleza de suas fardas, principalmente das crianças.

Existe também os grupos de catupés. Esses ternos constituem a terceira posição na hierarquia, sendo sua principal função é o chamado “congos de luta”, conforme explica W. M., ou seja, outras guardas dos reinados do congado. Também se vestem semelhantes às roupas de faroeste e tem temáticas e danças variadas.

Além desses Congos e Catupés tradicionais existem também as Contra-Danças. Há décadas atrás as mulheres eram impedidas de participar dos congados, portanto foi formado um grupo específico onde os homens se vestiam de mulheres com saias, sapatilhas e chapéus.

A particularidade das Contra-Danças é o bailado totalmente diferente dos demais, onde os grupos utilizam pau de fitas e dançam ao seu em torno, cruzando os seus laços. W. M. explica que “estes grupos representam também as crianças, da época em que as crianças também não podiam dançar da Festa. Por isso eles dançam em volta do pau de fita”.

Silva (2010) aponta que anos após a reconciliação entre Congados e Igreja Católica Romana<sup>10</sup> outros elementos começam a ser aceitos nos ternos, entre eles a entrada gradativa das mulheres, que anteriormente tinham o papel apenas de auxiliar de maneira logística os ternos de seus familiares, esposos, pais, filhos, irmãos e tios.

Nas procissões e cortejos das Contra-Danças sempre vem a frente, anunciando de forma animada a chegada do seu reino. Enquanto os Congos e Catupés conduzem os Reis e Rainhas, as Contradanças conduzem os Príncipes e Princesas do reinado.

---

<sup>10</sup> Tema que será abordado com mais precisão no capítulo dois.



Figura 4 - Contra-dança do reino São Sebastião  
Fonte: Daniel Arrebola, 2019.

Dançadores da Contra-Dança do reino São Sebastião dança em volta do pau de fita, enquanto os instrumentistas tocam sanfona e tambores. O ritmo de dança é animado e os dançadores convidam a comunidade que assiste para dançar também. A apresentação da foto é realizada na Praça da Igreja de Nossa Senhora do Rosário enquanto o grupo sai em caminhada após o levantamento dos mastros.

Essas guardas constituem manifestações de cultura popular que agenciam específicas narrativas míticas e processos religiosos de louvação, principalmente à Nossa Senhora do Rosário e aos Santos negros, São Benedito e Santa Efigênia. A tradição remonta as formas sincréticas de manifestação dos escravos, de devoção as suas entidades africanas por meio da louvação de Santos Católicos.

Além destes quatro grupos hierárquicos da tradição congadeira, existe ainda em Dores do Indaiá um quinto elemento nas danças, que não veem da tradição mítica, mas de uma necessidade do aumento de grupos para que outras pessoas pudessem dançar na Festa.



Estes são os grupos considerados pelos congadeiros mais antigos como “ternos de enfeite”, pois não tem uma importância na manutenção da Festa do Rosário, seriam apenas para torná-la mais bela. Eles utilizam roupas das mais variadas, assim como cantos e danças.

Na região de Dores do Indaiá a vestimenta tradicional dos catupés são semelhantes aos da região dos pampas do Rio Grande do Sul, inclusive existem grupos que usam essa nomenclatura, como o grupo Pampas Gaúcho. Usam desde o chapéu até as pesadas bombachas de couro, trocadas anualmente ou a cada dois anos.

Segundo W. M. “os ternos de enfeite vieram quando não havia mais espaço para ternos nas comunidades. (...) eles não representam na história da Congada”. O interlocutor diz ainda que os ternos de enfeite femininos são mais aceitos pois antigamente as mulheres não podiam dançar nas Congadas, já que sua função era:

“(...) de ficar na cozinha fazendo comida, ou seja, extremamente machista. (...) há homens nas baterias desses grupos simplesmente por uma questão física, de força para bater o bumbo. Elas vieram para embelezar a Festa de certa maneira”



Figura 5 - Catupé Pampas Gaúcho.  
Fonte: Daniel Arrebola, 2019.

Dançantes do terno Catupé Pampas Gaúcho dançam em duas fileiras paralelas em frente ao oratório montado na porta de antada da cada do devoto. A frente das fileiras estão os tocadores de tambor, enquanto ao centro o capitão toca sanfona.

As roupas típicas são os chapéus e bombachas da região do pampa do Rio Grande do Sul. É costume dos devotos que não podem receber os ternos em suas casas com refeições, montarem um pequeno oratório com imagens e fotos de parentes em frente a suas casas para que os ternos que lá passarem façam orações e cantos para a casa.



Figura 6 - Terno de enfeito feminino Pérolas do Rosário, da comunidade São Sebastião

Fonte: Ana Paula Araujo, 2019.

Catupé feminino Pérolas do Rosário dançam em direção a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde irão fazer agradecimentos e pedir bênçãos aos Santos e ao Altar para a Festa do Rosário daquele ano.

O terno forma cinco grandes fileiras, onde nas três fileiras centrais estão concentrados os tocadores, homens, tocando tambores e sanfona. A frente está a capitão e capitão-mor que conduzem todo o grupo.

Todos os componentes usam chapéus de couro e roupas semelhantes à de cowboys. As capitãs usam roupa branca e as demais dançadoras usam verde. Todas usam saiotos de pingentes que lhe conferem um destaque em seu bailado.

Portanto, a Festa de Nossa Senhora do Rosário de Dores do Indaiá pode ser compreendida hierarquicamente conforme o quadro abaixo:

| <b>Posição hierárquica</b> | <b>Terno</b>                   | <b>Função</b>  |
|----------------------------|--------------------------------|--|
| 1°                         | Moçambique                     | Proteger e carregar a Senhora do Rosário, transportar o Rei do Mastro e a Rainha da Bandeira e subir e descer o mastro. Proteger a Rainha Perpétua |
| 2°                         | Congos (Real, Vilão e Penacho) | Guarda do Reinado, carregar São Benedito ou Santa Efigênia e conduzir Reis e Rainhas   |
| 3°                         | Catupés                        | Guarda do Reinado, carregar São Benedito ou Santa Efigênia e conduzir Reis e Rainhas   |
| 4°                         | Contra Danças                  | Anunciantes dos reinos e conduzir Príncipes e Princesas  |
| Sem posição                | Cavalhada                      | Divertimento do Reinado e devotos (não é praticado em todos os reinos)   |
| Sem posição                | Ternos de enfeite              | Enfeite da Festa   |

Quadro 1 - Modelo hierárquico dos ternos de Congado de Dores do Indaiá  
Fonte: feito pelo próprio autor.

A sequência dos ternos, usando como base a procissão congadeira, onde estão presentes os elementos da Festa:

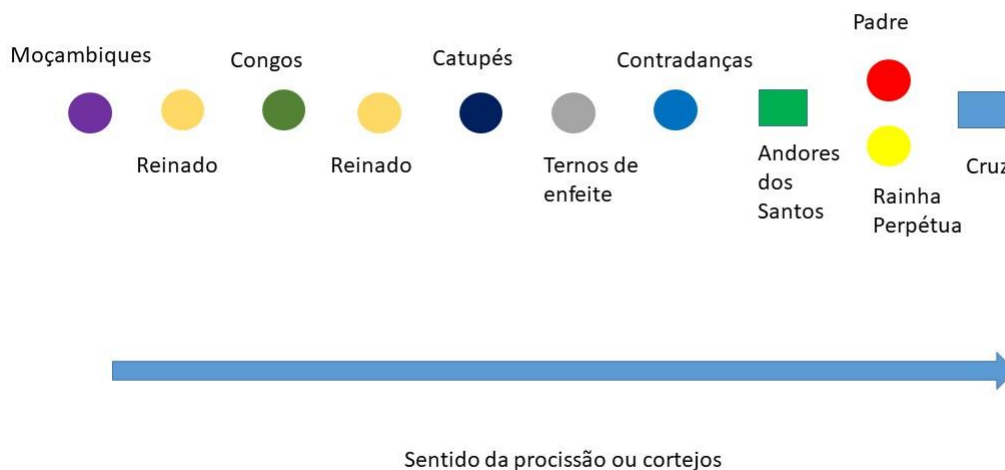


Figura 7 - Sequência dos grupos na procissão congadeira  
 Fonte: feito pelo próprio autor.

Soares (2000), ao estudar as irmandades negras, diz que no Rio de Janeiro de 1783 os escravos trazidos do atual Benin, os Mina Maki, já cuidavam de forma congregacional das irmandades presentes nas Igrejas dos Santos de preto, Santa Efigênia e São Elesbão, trazendo as particularidades da “sua África” para ser inflexionadas aos discursos de defesa da fé católica (SOARES, 2000).

Segundo Ferretti (1998), no Brasil pós-escravista o sincretismo religioso está presente principalmente da cultura popular, já que, segundo o autor, a cultura é uma maneira de resistir aos embates religiosos atuais. O antropólogo também destaca que cultura e religião estão fortemente ligados:

“(…) no ambiente religioso, a arte, a estética e a beleza, costumam estar presentes e próximos, na música, na dança, na pintura, na escultura, na literatura, na culinária, no vestuário, etc. Arte e religião constituem fenômenos difíceis de separar, tanto pela atitude de contemplação mística existente em ambos como pela teatralidade do desempenho da liturgia.” (FERRETTI, 1998, p. 184)

Esse sincretismo religioso pode ser observado nos congados dorenses, que na cidade são, visivelmente, expressões folclóricas de base profundamente religiosa, sobretudo voltadas para o catolicismo, onde todas as ações acontecem e tem seu fim no marco central da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Muitos dos Capitães e outros participantes de grupos, sobretudo do Moçambique, pode ser compreendidos a partir de possíveis influências religiosas do Candomblé e da Umbanda enquanto religiões que historicamente sistematizaram e transmitiram saberes pautados em matrizes culturais africanas. Durante a pesquisa de campo encontrei Capitães que narravam que antes de sair para Festa fazem suas orações para os Santos Católicos e para a falange dos Pretos Velhos.

Antes da saída de alguns grupos para o primeiro dia de Festa com as fardas, os soldados chegam ao alvorecer a sede do terno, em geral, a casa do capitão, e esses fazem orações conforme a predileção religiosa do grupo, que podem ser a reza de um terço, uma oração espontânea, ou até orações ligadas as religiões de matriz africana, como costuma acontecer com os Moçambiques.

No reino Juiz de Fora, os soldados do Moçambique recebem do capitão uma infusão de ervas com aguardente que pode ser bebida em um pequeno gole, ou então, unguida com o sinal da cruz na testa do componente, no qual é feito pelo próprio ao passar o dedo na infusão. Enquanto isso, o capitão realiza orações e assopra sobre o soldado a fumaça do charuto que ele fuma.

Apesar destes elementos sincréticos, destaco ainda, baseado em Silva (2010), a forte posição das referências cristãs católicas na Festa do Rosário. Além da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Igreja de São José, do Morro da Capelinha, é o marco zero de todas as ações principais da Festa, alvorada dos mastros e procissão congadeira. O pároco é a voz de comando para as ações: “podem subir os mastros”; “declaro aberta a Festa de Nossa Senhora do Rosário 2019”; “Podem pagar as promessas”; “Podem descer os mastros e assim encerra-se a Festa do Rosário de 2019”.

Na Festa do Congado dorense acontece também a apresentação das cavalhadas<sup>11</sup>, que constitui espécie de jogo equestre que dramatiza as lutas ibéricas medievais entre cristãos e mouros.

Essa apresentação consta no Estatuto da Diretoria Plena, mas não é produzido por um dos grupos de congados, ainda que constitua importante momento atrativo feito tanto para o público como, e principalmente, para alegria

---

<sup>11</sup> Ver BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cavalhadas de Pirenópolis – um estudo sobre representações de cristãos e mouros em Goiás. Goiânia: Oriente, 1974. 208p. <<http://www.apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2017/03/cavalhadas.pdf> >

dos Reis e Rainhas. Seu início é feito com um cortejo de Congos desde a casa da Rainha Perpétua até o pátio, ou praça, onde acontecem as apresentações dos cavaleiros.

Cada um dos cavaleiros carrega nas mãos uma lança em punho, com a qual devem percorrer considerável distância para lançar (pegar) uma *prenda*, fixada em uma barra de ferro acima da altura dos participantes. Isso tudo acontece enquanto o cavaleiro avança em alta velocidade, a galope, até a barra que fica na linha de chegada de cada corrida.

Barbosa (2016) explica que a origem das Cavalhadas diz respeito aos antigos torneios equestres da península ibérica e que, no Brasil, foram se espalhando com outras manifestações das culturas populares, ou então, em festas dedicadas apenas a elas e que podem durar dias<sup>12</sup>.

Desde Portugal a função desta expressão é o divertimento da corte e dos nobres, o que foi introduzido no período do Brasil colônia. Segundo o Dicionário do Folclore Brasileiro (1984), essa expressão cultural pode ser chamada também de Jogo de Canas ou Jogo de Argolinhas.

Passo agora a narrar os diferentes tempos e marcações temporais que constituem a Festa do congado a partir de observação participante junto ao processo de saída do Moçambique do reino Juiz de Fora, buscando descrever cada momento das visitas desse terno, sua dedicação aos devotos, bem como, os principais momentos tidos pelos dançadores como o ápice da Festa do Rosário de Dores de Indaiá, até o encerramento do segundo dia de Festa.

### 1.1 – O tempo da Festa e das visitas

Existe um tempo denominado por Leach (1982) de “tempo ritual” sendo permeado de simbolismos da vida social humana, como o masculino e o feminino, o sagrado e o profano, a vida e morte, etc.

Este tempo ritual é criado pelos seres humanos na dimensão do que é impalpável e inatingível, como as relações sagradas que são estabelecidas nas festas, dentre elas, as de expressões culturais populares.

---

<sup>12</sup> Para mais informações, verificar: BARBOSA, Virgínia. *Cavalhada*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 10/01/2020.

Já os rituais, segundo Turner (1974), estão às margens da estrutura social e sua ação vem para interromper o fluxo normal da vida. A partir das contribuições de Turner, Rubens Silva (2012) argumenta que os rituais consistem em “momentos extraordinários”, como os “dramas rituais”, “ritos de passagens”, ou, conforme seus estudos sobre as tradições afro-brasileiras, as encenações dramáticas.

O antropólogo Alfred Gell (2014), usando como exemplos os rituais da etnia africana Umeda, explica que existem três tipos de tempo: o tempo do processo orgânico, aquele onde as formas de vida nascem, crescem e envelhecem; o tempo de duração, que pode ser a medida que demora para que um fato ocorra, por exemplo, quantos minutos se leva para caminhar 100m; e o tempo simbólico, o tempo dos constructos socioculturais; como o tempo para alguns rituais Umedas em que tudo acontece de uma forma cíclica.

Se alguém da aldeia morre ele irá retornar a vida de outra forma e o seu tempo irá começar do zero. Sendo assim, o tempo simbólico é o que não está preso às regras do calendário ou do relógio, mas ao tempo dos Santos, das crenças, da necessidade de se dançar, orar, fardar-se de congadeiro, realizar performances, pagar promessas e assim festejar.

Existe, para além do nosso tempo cotidiano de dias, meses, anos ou de horas, minutos e segundos, um tempo carregado de simbolismo, religiosidade, crenças, ações da natureza. Nas manifestações do Congado, o momento da apresentação e da personificação da dança para os congadeiros é quando se comemora o santo específico por eles louvando. No caso de Dores do Indaia a Festa do Congado acontece em louvor à Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia.

Este tempo simbólico/religioso no Brasil é um dos elementos culturais brasileiros, compreendo, a luz de Sanchis (2008) que cultura e religião podem ser compreendidos como sinônimos. Os elementos das culturas africanas e indígenas misturaram-se ao catolicismo trazido pelos portugueses, sendo que esse já estava trazendo consigo os fantasmas, outros seres e elementos de passado medieval europeu.

A fé cristã católica se adapta e com o passar do tempo, e da leitura de correntes como a Teologia da Libertação, mescla-se com os orixás, espíritos,

danças rituais e todo um arcabouço cultural que aproxima a religiosidade ortodoxa a popular, espaço onde estão presentes das tradições populares que tão me se adaptaram a esse rico hibridismo.

## 1.2 - Dores do Indaiá tomada de cores, cantos e danças

O primeiro dia é também o início oficial da Festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário e constitui momento de espera e uma espécie de ensaio dos Congados. Nenhum grupo sai pelas ruas da cidade com as roupas oficiais do ano. Os ternos se paramentam somente com uma espécie de uniforme constituído por camiseta simples do grupo, geralmente estampada com a imagem de seu Santo padroeiro e o nome da composição.

| 1° dia  | 2° dia  | 3° dia                                | 4° dia                                |
|---|---|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Procissão de alvorada da casa dos Reis de Mastros até o Morro da Capelinha e de lá até a Igreja de Nossa Senhora do Rosário | Alvorada festiva com a saída dos ternos para a visita aos devotos | Visita dos ternos na casa dos devotos | Visita dos ternos na casa dos devotos |
| Levantamento dos mastros  | Procissão Congadeira  | Passamento das coroas                 | Descida dos mastros                   |
| Cavalhadas  |   | Pagamento de promessas                |                                       |

Quadro 2 - Cronograma geral da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Dores do Indaiá, MG.

Fonte: feito pelo próprio autor.

V. M. me informou que o motivo do uso do uniforme é para se fazer um “mistério” sobre as roupas daquele ano e que os grupos mais novos fazem questão de mudar o seu figurino anualmente, como uma espécie de disputa do grupo mais bonito, apesar de não existir nenhuma competição oficial em relação a isso.

Conforme ela me disse, o segundo dia de Festa “é praticamente um desfile de moda dos Congados”. Antes, no primeiro dia, todos os grupos caminham para



a frente da casa da Rainha Perpétua, que está sempre de prontidão em seu portão para ser acolhida e reverenciada pelos cantos dos grupos. A Rainha é a única que usa roupa “oficial de Festa”, coroa e manto, ou, roupa “oficial de Rainha”.

Os cantos proferidos pelos grupos em frente à sua casa são, inicialmente, de reverência a sua figura e, em seguida, algum canto que exalte Nossa Senhora do Rosário, aos Santos Negros ou ao próprio Congado. A Rainha me conta que para esse dia “é fundamental estar sempre pronta para receber os ternos. Eu fico o dia todo de prontidão”.

Neste dia o principal momento é a subida dos mastros, que acontece ainda durante a madrugada, às quatro horas, quando todos os devotos e os ternos de uma das comunidades, escolhida por rodízio, conduzem uma procissão que sai do Morro da Capelinha, antiga Igreja da cidade que fica no seu ponto mais alto, até a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Paralelo a essa procissão, os ternos de cada comunidade caminham até a casa de cada Rei do Mastro local e levam os mastros que serão erguidos na chegada a Igreja das Dores, após benção do pároco.

Esse é um momento que exige muita atenção dos bandeireiros dos ternos da comunidade, pois eles devem ficar atentos ao buraco do mastro para que ninguém lance nele um objeto que traga maldição a outra pessoa. O Capitão C. S. explica que:

“Si uma pessoa tiver algum desentendimento, uma desavença né, com arguém, ela pode iscreve o nome da pessoa que ela tem o desentendimento num papelinho, bem pequeno, e sem a atenção da guarda dos terno ela joga o papel dentro do buraco do mastro (...) dai vai acontece alguma coisa de ruim pra essa pessoa. Ela cai na cama, fica doente, até morre. Por isso que o Moçambique deve ta bem atento e em oração a Nossa Senhora na hora da subida dos mastro”

Além do levantamento dos mastros, a única apresentação da programação da Festa que acontece no primeiro dia é das Cavalhadas, que no início da tarde, por volta de 14h, fazem o cortejo da Rainha Perpétua com um grupo de Moçambique de um dos 5 bairros da cidade, chamados de cinco reinos, até a arena onde acontece a disputa de argolas entre os cavaleiros das Cavalhadas.



Figura 8 - Capela de São José  
Fonte: Daniel Arrebola, 2019.

Capela dedicada a São José, localizada no “Morro da Capelinha”. Ponto mais alto de Dores do Indaiá e escolhido como local central de saída das principais ações da Festa de Nossa Senhora do Rosário, a Alvorada e a Procissão Congadeira.

A pequena Igreja, restaurada em 2019, conta com apenas 6 pequenos bancos e um altar com a imagem do seu Santo Padroeira. Atrás de sua construção há um mirante de onde pode ser vista toda a cidade e seu arredores.

Na foto estão os devotos e congadeiros de frente para às três imagens centrais da Festa, N. S. do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. Todos aguardam a benção do pároco e o contato feito pelo Moçambique para a saída oficial da Procissão Congadeira.



Figura 9 - Cavallhada do bairro Juiz de Fora  
Fonte: Daniel Arrebola, 2018.

Cavaleiros do reino Juiz de Fora se posicionam para dar a largada inicial da corrida da Cavallhada, o Cavaleiro ao centro será o primeiro a correr, seguido dos que estão ao seu lado e assim sucessivamente.

No final da pista está posicionado um arco de ferro com argolas penduradas, que ao serem lançadas podem ser dadas à quem o cavaleiro quiser, têm latas fixadas onde dentro estão balas de coco artesanais.

As corridas são feitas até que findem as argolas. É de responsabilidade dos capitães do Congo Real de cada reino organizar a Cavallhada, já que tanto esse Congo como a Cavallhada têm como principal função servir e divertir o reinado.

Com seus cavalos adornados de fita coloridas de papel crepom, os cavaleiros se posicionam em fila ao final de uma pista de chão de terra batida, ou gramado de uma praça, onde no final existe um varal muito alto, que só pode ser alcançado pelos cavaleiros empunhando suas respectivas lanças, usadas para pegar algumas das várias argolas enfeitadas também com papel crepom.

Um a um, os participantes correm com seus cavalos e miram suas lanças nas argolas que assim são conquistadas como *prendas*, para serem dadas a

quem os cavaleiros quiserem. Geralmente o primeiro cavaleiro sempre oferece o prêmio a Rainha Perpétua. No bairro do Juiz de Fora algumas argolas trazem consigo latas enfeitadas e recheadas de balas de coco artesanais.

O papel da Rainha Perpétua é de suma importância para a existência e a manutenção dos congados, é a ela que todos os congadeiros se remetem e reverenciam como importante figura de um verdadeiro prestígio real para os grupos.

A atual Rainha Perpétua de Dores do Indaiá, I. C.<sup>13</sup>, assumiu esse papel por meio de convite feito pela antiga Rainha, D.A., está decidiu se mudar da cidade por questões familiares e de seu casamento e, pela proximidade com I. C. aos congados, D.A. e seu pai, também congadeiro, fizeram a ela o convite para se tornar a nova Rainha Perpétua, que aceitou, desde que pudesse fazer alguma ação para melhoria dos grupos.

Desde então I. C. é a Rainha da cidade e assumiu com afinco esse papel, assim como a antiga Rainha o fazia, ela é conhecida por auxiliar os grupos, até mesmo de maneira financeira, para que os congados perpetuem.

Além disso ela é vista como uma Rainha muito bondosa para com os congadeiros e de maneira particular auxilia alguns deles com coisas simples, como cestas básicas, roupas e cobertores. I. C. conquistou muito prestígio diante do poder público que ouve com cuidado suas recomendações e opiniões sobre a Festa. Ela também compõe que o Conselho de Cultura e Patrimônio da cidade, assim como das Associações e Comissões dos Congados de cada um dos cinco reinos.

Devido à importância da Rainha para a Festa, o primeiro dia possui como programação central as atividades em torno da louvação e reverência à Rainha. Todos os grupos devem ir a sua casa em algum momento para reverenciá-la.

Não fazer isso seria considerado uma atitude de extremo desrespeito para com toda a Festa de Nossa Senhora do Rosário, o que tornaria o grupo mal visto por toda sociedade dorense.

---

<sup>13</sup> Um tópico especial é dedicado a análise das ações da Rainha Perpétua no segundo capítulo dessa dissertação. Ver pág. 72.

Da mesma forma, dar a primeira argola da Cavalhada para Rainha Perpétua significa uma reverência de todos os cavaleiros para com a Rainha e, consecutivamente, com os congados e com Nossa Senhora do Rosário.

Após as Cavalhadas, não há outra apresentação ou algo do tipo oficial do cronograma da Festa, porém, os congados continuam a realizar seus ensaios nas casas dos Capitães ou a organizar os preparativos para o dia seguinte, no qual é muito aguardado por todos.

Instrumentos são afinados, roupas são lavadas, passadas e engomadas com muito capricho, enfeites são feitos na casa dos devotos, altares são preparados, coroas dos reis que receberam as congadas são cravejados com adornos e toda Dores do Indaiá dorme um sono mal dormido, daquele de criança que aguarda ansiosamente o dia de Natal, na casa de muitos devotos os preparativos começam ainda pela madrugada.

Na casa de minha anfitriã, V. M., as atividades começaram às quatro horas da madrugada, empregados e parentes já estavam de pé, arrumando o farto banquete que seria servido no almoço para os grupos esperados.

Na ocasião do ano de 2018, V. M. me relatou que havia comprado mais de 80 kg de frango, 60 kg de carne de porco picada, 50 kg de carne bovina, 30 garrafas de refrigerante de 2 litros e muito mais quilos de arroz, feijão, macarrão, frutas e doce de leite, para os grupos que a visitaram desde às 11 horas até meados da tarde. Naquele ano ela recebeu a visita de quatro grupos, V.M. narrava ofegante, em meio as tarefas, a difícil missão de preparar o banquete:

“Ah, é cansativo demais, Daniel. Tem que ter ajuda, tem que começar a preparar tudo bem cedo, porque senão a gente não dá conta não. Olha só o tanto de carne pra cozinha, frita, as comida pra fazer. É coisa demais. Papai fazia isso todo ano e ele fazia questão. Ele gostava muito da Congada. Então é assim né, a gente tem esse trabalho todo por causa da fé que o papai deixou pra gente”.

No segundo dia, fiz a opção de sair muito cedo da casa de minha anfitriã para acompanhar a saída de um dos grupos mais tradicionais, o grupo de Moçambique do Capitão C. S., do reino Juiz de Fora. Esse é um dos grupos mais antigos da cidade e muito respeitado por todos os congadeiros. Em todas as entrevistas que realizei o Moçambique do Juiz de Fora é sempre uma das referências citadas quando se pensa a tradicionalidade dos congados dorenses.

Na noite anterior, realizei uma entrevista com o Capitão C. S. que me autorizou a acompanhar todo o processo de saída do seu grupo, os preparativos para a Alvorada que acontece por volta das 5 horas da madrugada. Cheguei em sua casa, acompanhado de V. M. e P.R., irmã e amigo de V. M., respectivamente que naquele ano cumpririam suas respectivas promessas como Rainha e devoto que assiste todos os anos a Festa.

Gradualmente, os congadeiros e devotos chegavam a casa do Capitão, que aguardava todos na cozinha onde realizava as bênçãos para o dia que viria. O espaço da cozinha de sua casa era reservado para aquele momento.

Em respeito, nenhum dos outros integrantes do grupo entrava na cozinha para falar com ele naquele momento, a não ser que fosse para receber a bênção. Essa era realizada com uma bebida alcoólica, de infusão de ervas.

O Capitão, que fumava charuto, realizou o sinal da cruz em frente ao festeiro e proferia uma bênção. Recebida essa, o congadeiro ia para o pátio da casa aguardar o momento da saída, ou então, aguardava ao lado de fora da casa.

A convite de C. S., entrei também na fila para receber sua benção especial. Cada pessoa tinha duas opções para a infusão, bebe-la ou usar para ungir o dedo e fazer o sinal da cruz na própria testa.

Optei por tomar um gole, era uma mistura de água ardente com ervas amargas, devidamente “abençoado”, sai da casa para observar o que se realizava do lado de fora.

Os tocadores do grupo pegavam os instrumentos na sala onde todos estavam posicionados, em frente ao oratório do Capitão, com imagem de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e demais Santos Católicos, assim como outros objetos sagrados, como alguns bastões, terços, figas de madeira e outras coisas mais que o capitão considerava sagrado para sua fé.

Ao pegar os instrumentos, os congadeiros afinavam, ensaiavam rapidamente alguns cantos, ao lado de fora da casa. Conforme a hora avançava e o dia começava a raiar, mais e mais congadeiros chegavam a casa do Capitão, assim como alguns devotos que aguardavam ansiosamente a saída do Moçambique, alguns entravam em sua casa para receber a benção, o qual o Capitão não negava para ninguém.



Figura 10 - Capitão C. S., do Moçambique do reino Juiz de Fora, dá a benção a um devoto em sua cozinha  
Fonte: Ana Paula Araujo, 2019.

Capitão C. S., do Moçambique do reino de Juiz de Fora, recebe devoto em sua cozinha onde ele dá a todos os soldados e devotos uma benção. Fardado, ele segura em sua mão o cigarro que usa para tragar e dar espessas baforadas enquanto entoia orações.

Ao qual segura um copo com um líquido feito de água ardente e ervas que o devoto pode tomar um gole ou ungir seu dedo para fazer o sinal da cruz em sua testa. Todos os soldados do Moçambique recebem a benção do capitão antes da saída do grupo na alvorada.

Enquanto isso, um Saveiro branca estacionou em frente à casa do Capitão e algumas senhoras, mais velhas participantes do grupo, ornavam a traseira do carro com a imagem Nossa Senhora do Rosário, rendas brancas, bandeiras na lateral e muitas flores no andor da imagem.

Às seis horas da manhã, todos os congadeiros já haviam chegado, era um impressionante grupo de mais de 200 pessoas que formavam duas filas indianas, em frente a Saveiro, e continuavam até o final da rua.

O grupo do Moçambique parecia um grande cordão branco, cor dos trajes vestidos uniformemente por todos os seus integrantes, que traziam presos aos calcanhares o instrumento musical tradicional deiteo, a partir de latas com contas dentro, os *gungas*.

Durante a batida ritmada dos pés dos integrantes, o som do grupo era audível por todas as ruas no qual ele passava e todos sabiam que era o Moçambique que estava chegando.



Figura 11 - Coroação de Nossa Senhora do Rosário na saída do Moçambique do bairro Juiz de Fora

Fonte: Daniel Arrebola, 2018.

Criança realiza a coroação da imagem de Nossa Senhora do Rosário, colocado em um altar montado na traseira da saveiro, em frente à casa do capitão C. S., sede do Moçambique do reino do Juiz de Fora. Ao anúncio do capitão, todos os soldados e devotos se voltam para a imagem da Santa, ajoelham-se, e a criança coloca em sua cabeça a coroa.



Após esse ato são jogados sobre a imagem, papéis laminados picados e o fiscal do terno solta fogos em louvar a divindade de Maria e início das atividades sagradas do Congado.

O último a sair da casa foi o Capitão. Ele se posicionou a frente de tudo seu grupo. Instantaneamente, fez-se profundo silêncio. Todos os olhos estão atentos as ações do Capitão. Após um instante de pausa, ele agradeceu a um morador da cidade que naquele ano havia lhe doado novos tambores, em seguida ele se virou para o altar, feito na traseira da Saveiro, pegou a bandeira de São Benedito e a ergueu diante de todo o grupo e dos Devotos e entoou o seguinte canto, que era respondido pelo seu grupo:

“Oh, que bandeira é essa?  
Meus sordados, que bandeira é essa?  
Oh, de promessa, oh de promessa, oh!”  
(Capitão C. S., do Moçambique do bairro Juiz de Fora)

Proferido esse canto, o Capitão toca seu apito e imediatamente às duas fileiras de Moçambique começam a passar em frente ao altar, onde algumas congadeiras mais velhas seguram todas as bandeiras do grupo.

Os soldados beijam e reverenciam as imagens de diversas formas, alguns passam o tecido da bandeira por trás de seu pescoço, outros na testa, alguns apenas a tocam e fazem o sinal da cruz, outros ainda prendem suas fitas entre os dedos e a beijam.

Conforme fazem a referência às bandeiras, eles vão dançando em duas novas fileiras de retorno, em sentido ao final da formação do grupo, batendo ritmadamente os seus pés e andando sem nunca dar as costas para a imagem de Nossa Senhora.

Após todos os integrantes terem feito a reverência às bandeiras, continuam caminhando e dançando em torno do Capitão, que observa aquele gigantesco “cordão branco” passando em volta da figura chefe do Moçambique.

Completando estas voltas, o Capitão faz um novo sinal com a mão e apita, imediatamente todos param e ficam atentos a nova ordem que será dada. É o momento da coroação da imagem da Senhora do Rosário, uma criança de aproximadamente 10 anos, também vestida como os membros do Moçambique,

sobe na traseira da Saveiro e coloca a coroa sobre a cabeça da imagem da Virgem, feita em gesso. Integrantes do grupo jogam pétalas de rosas brancas sobre a imagem e, ao fundo, o fiscal do grupo solta fogos de artifício.

Todos os integrantes do Moçambique estão ajoelhados em frente a imagem e é nítido na expressão de muitos a emoção, como no semblante do capitão. Olhos marejados, lágrimas caindo em abundância, sinais e gestos da cruz no rosto e corpo.

Então, o capitão C.S. se levanta, faz um novo sinal com apito e começa a caminhar. Todos os moçambiqueiros agora caminham pelas ruas do bairro. Aquela espécie de cordão branco agora está se movimentando e o grande cortejo passa por ruas e avenidas da cidade; todos os carros param de imediato para olhar o grupo e deixar que passe pelas ruas.

É perceptível que durante a Festa do Rosário a cidade de Dores do Indaiá não há movimentação de muitos carros. A população realmente está dedicada a deixar que os congados sejam os donos de todos os caminhos da cidade.

Em todas as esquinas, devotos e expectadores aguardam os grupos que passam, pois em todos os lugares da cidade se ouve os barulhos de tambores e cantos dos congados que estão visitando os príncipes e princesas, reis e rainhas.

Quem não irá receber um Congado em sua casa está na rua para ver o grupo que chegará na casa do vizinho. Conforme aponta do devoto E.S., no período da Festa do Rosário “Dores do Indaiá é somente do Congado. É de Nossa Senhora”.



Figura 12 - Benção da bandeira de promessa do ano  
Fonte: Daniel Arrebola, 2018.

O capitão C.S., do Moçambique do reino do Juiz de Fora, ergue a bandeira de Nossa Senhora do Rosário e, cantando, pergunta a seus soldados que aquela bandeira, que em seguida é respondido por todo o grupo em canto harmonioso que é uma bandeira de promessa. Enquanto ergue a bandeira o capitão é observado pelas demais bandeireiras e o fiscal do terno. Esse canto é feito ritualisticamente todos os anos antes da saída do terno para o início de suas atividades.

Na primeira casa que o grupo do Moçambique parou, o Capitão e os moçambiqueiros instrumentistas param diante do portão da devota. Uma das bandeireiras dá a bandeira de Nossa Senhora do Rosário na mão da dona da casa e começam a tocar e a louvar agradecendo a casa como o seguinte canto:

“Eu cheguei no Rosário de Maria  
 Embelezou, embelezou  
 Eu cheguei no Rosário de Maria  
 Embelezou, embelezou  
 Bate tambor, bate tambor  
 Hoje é dia de alegria, hoje é dia de alegria  
 Tem um novo progresso nessa terra  
 Moçambiqueiro toca tambor  
 E está pedindo passo  
 Oh Siríaco, Oh Siríaco  
 Oh Siríaco, foi no tempo de vovô  
 Foi seu pai que me ensinou  
 Bate o pé só com sete gunga, menino  
 E segura essa N`Goma  
 Tá caindo Fulo, lá no céu, lá na terra  
 Tá caindo Fulo”

Neste momento, os devotos que estão recebendo o cortejo do Moçambique em sua casa ficam visivelmente emocionados. Todos choram e a devota que recebe em suas mãos e segura a bandeira do terno faz essa tarefa trêmula de emoção.

Enquanto isso, o fiscal, que fica com um colete com o nome desta função, e observa todo o grupo, solta fogos que anunciam que o Moçambique está naquela casa.

Após o canto de agradecimento, os donos da casa convidam o grupo para entrar e fazer um lanche. Este é característico de todas as casas que receberam os grupos de congados. Um farto lanche com sucos, café, bolos variados, sanduíches com carne moída – os famosos “buracos quentes” – queijos artesanais, biscoitos, frutas e muitas outras delícias mineiras.

As casas que optam por receber os congadeiros na hora do almoço, como V.M., fazem a farta refeição e segue espécie de padronização denominada de “comida de Congado”. Não pode faltar de forma nenhuma o frango caipira, carne de porco, carne de vaca cozida, macarrão, tutu de feijão, farofa e arroz, além de outras delícias ficam a cargo do devoto fazer seu “diferencial”.

Após ter feito o lanche, o grupo do Moçambique sai para visitar uma nova casa. Todos se posicionam em frente ao portão da casa que os acolheu, formam novamente as filas, os instrumentos se preparam e, ao sinal do apito do capitão, todos cantam e caminham *de fasto* para as imagens sacras no altar da casa. O canto de despedida é:

“Eu agora já comi, eu agora já bebi  
Só me falta agradecer esse pão que recebi  
Hoje é dia de festa no céu  
Oi, viva!

Eu agora já comi, eu agora já bebi  
Só me falta agradecer esse pão que recebi  
Hoje é dia de festa no céu  
Oi, viva!”

São visitadas, em média, de três a quatro casas no período da manhã e a mesma quantidade no período da tarde, conforme a distância percorrida pelos grupos. Segui acompanhando o cortejo do terno do Capitão C.S. da primeira até a quarta casa por eles visitada e depois me dirigi para a casa de V.M., pois tinha sido por ela convidado para participar do oferecimento de um “almoço de congadeiro” em sua casa.

Quando cheguei, um grupo de Congo Vilão, em que o capitão se vestia de laranja e os congadeiros de amarelo-claro, acabava de chegar. Este era o Congo Vilão do bairro São José. Suas roupas lembravam as roupas típicas de cowboys do faroeste americano. Muitos outros grupos da cidade se vestiam semelhantes as roupas de boiadeiro, semelhantes às usadas nas giras de boiadeiro nos rituais da Umbanda.

Em conversa com o Secretário de Cultura e outros antigos devotos das congadas e congadeiros, foi relatado que por volta da década de 1970 um conhecido congadeiro da cidade, que vinha do Rio Grande do Sul, começou o

costume de fardar seu terno com essas roupas típicas da região Gaúcha e desde então se tornou uma tradição na cidade e algumas outras cidades vizinhas.

Na casa de V.M., todos congadeiros usavam chapéus e botas longas. Cantavam ritmados com uma dança de passos pequeninos, apenas mudando o peso do corpo sobre cada pé, quase imperceptível.

Primeiro formavam duas fileiras e cantavam de frente para varanda, onde estavam o Rei e a Rainha festeiros, de promessa, no caso V.M. e seu primo S.M. Reverenciado o Rei e a Rainha, agradecido a acolhida da casa, a Rainha dá o sinal de benção e agradecimento ao falar “Viva Nossa Senhora, São Benedito e Santa Efigênia”, respondido por todos com “Viva”.

Saudados os Santos, os congadeiros formam duas novas filas de frente para o altar que havia no quintal de V.M., a direita de onde estavam o Rei e a Rainha.

Esse altar impressionava pelo capricho, pois era feito de alvenaria e com uma porta de vidro à frente, dentro havia imagens de Jesus Cristo, Nossa Senhora do Rosário, fotos de familiares e pequenas outras imagens dos santos de devoção da família. Os cantos proferidos pelo terno eram específicos a Nossa Senhora do Rosário, mas faziam alusão a todas as imagens presentes no oratório.



*Figura 13 - Visita do Catupé do Tamboril na casa da devota V.M*  
 Fonte: Ana Paula Araujo, 2019.

Terno do Catupé do Tamboril do reino São José chega cantando e dançando a casa da devota V.M. e param de frente para o altar feito em sua varanda, onde aguarda o Rei e a Rainha da coroa grande.

O grupo é conduzido pelo capitão, de roupa branca e que se posiciona no meio das duas fileiras de dançadores. Todos os membros do terno se vestem como cowboys.

O capitão entoia um canto de louvação a casa e depois todos os membros do terno se benze com as fitas das bandeiras expostas, as imagens e as coroas que estão sob o altar. Após os louvores feitos pelo grupo todos são convidados pelo reinado para fazer a refeição na casa.

Feita essa reverência ao oratório, a dona da casa V.M. seguida do rei e rainha convidaram os congadeiros a se posicionarem em volta da mesa para o almoço. Todos fazem fartos pratos e sentam-se em alguns bancos, no chão ou nas muretas do jardim do quintal de V.M. para comer.

Enquanto os integrantes do terno Congo Vilão do bairro São José comem, chega outro grupo. Dessa vez, o grupo de Moçambique da cidade vizinha, Quartel Geral. Eles fazem a reverência ao Rei a Rainha e depois ao oratório, com a

diferença que o capitão do Moçambique conduziu o grupo com apito e também com um cajado em sua mão, considerado um objeto sagrado entre os médiuns umbandistas.

Neste objeto está a força dada pela falange dos pretos velhos, o som que se ouve são dos gungas que batem nos pés dos moçambiqueiros. Após o cortejo, também realizam o almoço, os empregados e familiares de V.M. estão atentos na cozinha para o preparativo de mais comida quente, repostada constantemente a mesa.

Quando o primeiro grupo de Congado termina a refeição, novamente se reúne em duas filas de frente para varanda, onde se posicionam o rei e a rainha mais uma vez para receber agora a despedida do grupo, que agradece ao reinado e os donos da casa pela farta comida.

Em seguida saem encaminhando de fasto, da varanda da casa até o portão, que segundo os congadeiros é uma tradição que deve ser feita assim como o Moçambique fez para que Nossa Senhora do Rosário saísse da gruta.

Mal esse grupo de Congado sai e um novo grupo de Catupé Tamboril, do reino de São José, chega a casa. Eles realizam o mesmo procedimento de referência e, depois do almoço, este grupo é o que se prontifica a ficar até as 16 horas, para acompanhar o Rei e a Rainha em cortejo para compor a procissão de abertura da Festa de Nossa Senhora do Rosário, a procissão congadeira.

Este último grupo fez um tempo de descanso na casa de V.M. Todos os dias da Festa são de muita caminhada e de danças constantes. Enquanto descansavam alguns congadeiros tiravam suas botas e exibiam pés cheios de calos ou até enfaixados. Às 16 horas o grupo se preparou para sair em cortejo. Novamente os dançadores se organizaram em duas filas em frente à varanda onde o Rei e a Rainha se posicionaram. Feito o canto de despedida e agradecimento, o grupo sai da casa andando de fasto.

Ao chegar na rua o grupo se posicionou conduzindo e escoltando ritualisticamente o cortejo da realeza, que se posicionou atrás do grupo. E.M. e S.M. caminhavam paramentados com mantos brancos e segurando em mãos suas coroas depositadas em almofadas.

Parentes e amigos levam uma tenda de cetim que protege os dois do sol, como um pálio real. O Catupé fez uma caminhada passando em outras casas,



para pegar cerimonialmente outros Reis e Rainhas, vestidos alguns com mantos vermelhos, dourados, brancos, roxos ou azuis, conforme predileção individual.

Após recolhidos todos os Reis e Rainhas combinados previamente, o terno canta, dança e caminha cortejando o seu reinado de guarda até chegar à frente da Igreja de São Sebastião, localizada do outro lado da cidade em relação à Igreja do Rosário. Lá, todos os grupos de Congado da cidade, e convidados de outras cidades, estão reunidos com seus Reis e Rainhas para a realização da grande procissão.

Eles aguardam que o grupo de Moçambique da comunidade São José saia de dentro da igreja, levando a imagem de Nossa Senhora do Rosário, que irá em andor próprio à frente de toda a procissão.

Atrás são conduzidas também as imagens de São Benedito e Santa Efigênia. Nossa Senhora do Rosário está em um andor enfeitado fartamente com flores brancas e amarelas. Os demais andores são adornados com flores de cores variadas. A frente da imagem caminha o padre da paróquia da cidade de Luz, C.S., à frente de tudo está a Cruz conduzida por um acólito da paróquia de Nossa Senhora das Dores.

A procissão passa pelas ruas e avenidas principais da cidade. São tantos grupos, devotos, Reis e Rainhas que a procissão quase fecha a cidade com sua extensão. Enquanto a procissão está quase chegando na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde será feita a missa de abertura, ainda há grupos saindo do Morro da Capelinha.

É realmente impressionante a tomada das ruas da cidade de Dores do Indaiá, pelas cores variadas, diversos instrumentos e ritmos dos grupos, compassos de dança e animação.

Em um determinado ponto da segunda avenida principal que a procissão entrava, um morador da cidade me ofereceu para subir na varanda do seu prédio, no terceiro andar, para fazer alguns registros fotográficos. Era indescritível ver uma avenida, com mais de 3 km, completamente tomada pela grande procissão.

Na primeira avenida, a do Morro da Capelinha, ainda se via um número grande de grupos que se posicionavam para começar a compor aquela manifestação religiosa e, quando olhava para trás, via a ponta da procissão já

muitíssimo distante, entrando na terceira grande rua, já próximo da Igreja Nossa Senhora do Rosário.



Figura 14 - Procissão congadeira  
Fonte: Ana Paula Araujo, 2019.

Procissão congadeira passa pela Avenida Francisco Campos. Devotos caminham ao lado da cruz, das imagens e dos ternos de congado. A frente da procissão vem sempre a cruz, seguida do padre local, ao lado da Rainha Perpétua.

Nesta imagem, membros do Moçambique do reino São José são os responsáveis do ano de 2019 por carregar o andor com a imagem de Nossa Senhora do Rosário. Parte dos membros, com auxílio de paroquianos, levam o andor enquanto o restante do grupo canta e dança ritualisticamente fazendo a guarda da imagem até a Igreja.

- 1° Concentração dos reinos: Igreja de São Sebastião
- 2° Rua Irmã Inês e Caetés
- 3° Saída oficial: Morro da Capelinha (Capela de São José)
- 4° Rua Padre Luiz até Igreja Matriz de N. S. das Dores
- 5° Avenida Francisco Campos
- 6° Rua Rio Grande do Sul
- 7° Praça de N. S. do Rosário

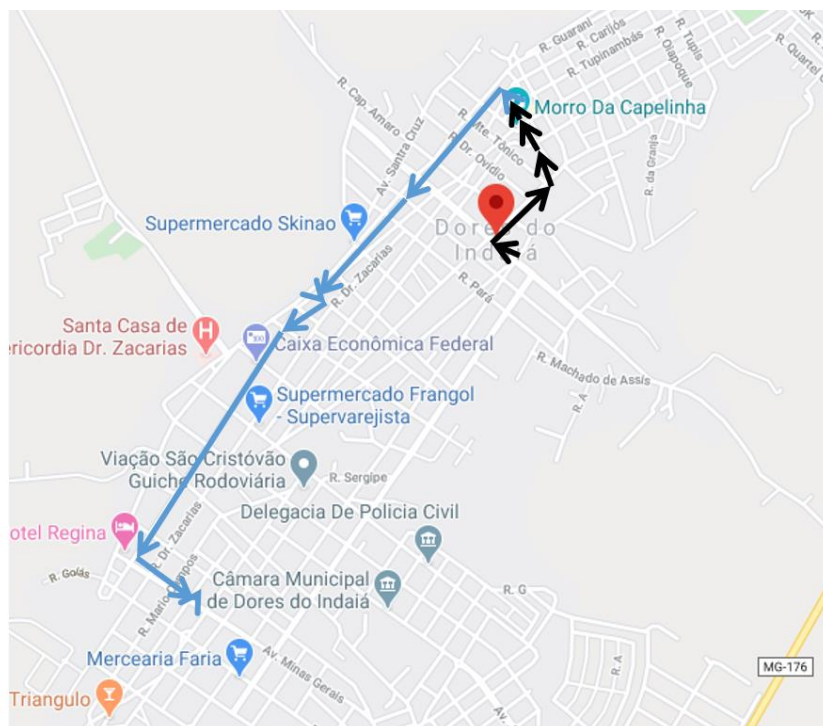


Figura 15 - Mapa do percurso da Procissão Congadeira  
Fonte: feito pelo próprio autor.

Na frente da Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi montado um palco externo, à frente entrada da igreja, com correntes de segurança colocadas em volta das principais entradas para manter o controle do espaço, já que a Igreja estaria realizando a missa campal.

A frente desse palco foi aberto um espaço entre o público e o presbitério<sup>14</sup>, para que cada um dos grupos passasse a frente e realizasse sua breve apresentação para Nossa Senhora do Rosário. Conforme os grupos chegavam à frente, faziam suas danças e referências as imagens e a Rainha Perpétua, que se sentou, com um vultuoso manto dourado, ao lado do sacerdote da celebração católica. Os Reis e Rainhas que foram conduzidos em cortejo pelos grupos se posicionaram ao lado do palco, no espaço reservado especificamente para estes.

No total, o aguardo para o início da missa oficial durou mais de três horas, tempo que levou para que todos os grupos fizessem sua breve encenação de dança e dessem a volta na Igreja, fato é considerado essencial para o término do cortejo a Nossa Senhora do Rosário.

<sup>14</sup> Nome dado ao local onde o sacerdote realiza as liturgias da missa Católica.

Todos os grupos são anunciados pelo comentarista da missa. Depois, cada grupo se posicionou em algum lugar da praça para assistir à missa campal. Após a celebração, que seguiu o rito convencional católico, encerrou-se a abertura da Festa de Nossa Senhora do Rosário com uma grande queima de fogos, disparada da torre da Igreja, onde eu me encontrava nesse momento.



Figura 16 - Apresentação dos congados em frente ao palco, em reverência a Nossa Senhora do Rosário  
Fonte: Daniel Arrebola, 2018.

Terno de catupé dança e toca enquanto passa em frente ao palco, montado em Frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde estão as imagens dos Santos, o Padre e a Rainha Perpétua. Todos os ternos da cidade e das cidades vizinhas, fazem suas reverências em frente a imagem e depois dão a volta na Igreja. Enquanto os ternos são anunciados pelo comentarista da Igreja, os membros de todo o reinado se posicionam ao lado do palco para assistir à celebração eucarística de abertura da Festa do Rosário.

Esse foi o dia da abertura central da Festa, que permaneceu com danças e apresentações durante todo domingo pela cidade, o terceiro dia, reservado ao pagamento das promessas onde todos os grupos de Congado vão à missa de

passamento de coroas aos novos Reis e Rainhas que querem receber os ternos em sua casa no próximo ano e assim, entrar para a dinâmica da dádiva de dar comida em troca de contos e danças que auxiliaram no diálogo com o sagrado.

Muitos dos Reis e Rainhas de Promessa permanecem de um ano para o outro e, no momento do *passamento da coroa*, algum familiar fica do lado oposto do presbitério, enquanto, o Rei ou Rainha atual fica ao lado do altar para realizar a entrega de sua coroa. Depois do *passamento* o pároco se posiciona do lado de fora da Igreja, no palco especialmente montado para a Festa e de lá anuncia o início do pagamento de promessas.

Divididos por comunidades, todos os ternos dão a volta na Igreja, passando em frente aos mastros oito vezes em sentido horário, dançando e acolhendo dentro das composições os devotos que desejam pagar uma promessa junto ao Congado.

Esse ritual ganha características pessoais e pode ser feito de muitas formas, com cada membro da realeza (por promessa) segurando fotos, objetos, bandeira, coroa, andando descalço, etc. W.M. conta que antigamente havia devotos e congadeiros que pagavam as promessas de joelhos.

A pedido do padre e da Diretoria Plena foi orientado que, devido ao esforço físico realizado, o pagamento das promessas não fosse mais realizado de tal forma. Para o congadeiro “essa forma era um extremo de fé e deixava as pessoas muito machucadas”.



Figura 17 - Devota V.M. paga promessa.  
Fonte: Ana Paula Araujo, 2019.

A devota V.M. paga promessa em meio ao grupo Congo Real, segurando a coroa grande, enquanto o grupo realiza oito voltas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em sentido horário. Junto ao terno estão outros familiares e devotos que, por apressado ao Congo Real, optaram em pagar promessa junto a eles.

Na segunda-feira o término oficial da Festa é marcado pela descida dos mastros com as bandeiras estampadas com as imagens dos Santos de devoção dos congadeiros. É provavelmente o momento de maior emoção de todos. Ao descer o mastro os devotos pegam os enfeites até então usados para ter um pedaço consagrado daquela Festa e da benção dos Santos.

### 1.3 – As Sagradas Bandeiras

Nos congados e muitas outras manifestações culturais brasileiras, uma das peças centrais e sagradas são as bandeiras. Um dos integrantes do grupo tem a função de carregá-la, o bandeireiro, podem ser confeccionadas em tecido ou em

madeira, no formato de um cavalete, como é comum nas Folias de Reis do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Independente do material, são sempre ricas em enfeites, lantejoulas, fitas coloridas, flores artificiais, espelhos, luzes, etc., sempre possuem uma imagem sacra, nos congados, além dos santos regionais, é comum São Benedito, Santa Efigênia e principalmente Nossa Senhora do Rosário.

As bandeiras são a presença da entidade divina através do grupo cultural. Ao chegar e adentrar a casa dos devotos, o bandeireiro está colocando lá dentro a divindade. No Congado, todos os devotos e os participantes da manifestação cultural tem o dever sagrado de se abençoar com as bandeiras, seja beijando seu tecido, suas fitas, cruzando as fitas entre os dados, tocando o tecido e fazendo o sinal da cruz, passando a bandeira sobre a nuca, e outros gestos variados.

A bandeira tem sempre ao centro a imagem de Jesus ou algum Santo e esta imagem tem de estar centralizada para representar a centralidade da entidade divina no objeto, o que faz com que ele seja, ao mesmo tempo desse mundo e do além (BITTER, 2008).

Câmara Cascudo descreve a bandeira usada nas folias do Divino em Portugal, semelhante às bandeiras brasileiras, como “Há a bandeira, com o Espírito Santo (a pomba) pintado ou desenhado, a varinha de madeira, com fitas de seda e flores artificiais e uma coroa de folha-de-flandres, ornamentado.” (CÂMARA CASCUDO, 1984, p. 384).

O bandeireiro sempre caminha à frente do grupo. Qualquer membro que passe a frente dele está cometendo grave erro, ao chegar a qualquer lugar para uma apresentação é sempre ele quem entra primeiro.

Quando a apresentação é realizada dentro de uma casa, é comum que o bandeireiro passe em cômodo por cômodo com a bandeira, passando ela por cima de objetos, deixando em cada coisa e cada local a bênção dos Santos.

É importante salientar, como ressalta Daniel Bitter, que geralmente é dada à bandeira um morador da casa para que ele faça isso, já que os manifestantes das expressões culturais populares não podem influenciar na intimidade do lar (BITTER, 2008), ser bandeireiro é uma grande responsabilidade, ao portar a bandeira ele se torna uma espécie de “xamã” da cultura popular, o portador do sagrado.

No caso dos congados, além da bandeira de cada um dos grupos, com seus elementos singulares, existe também outra bandeira de maior importância, que são as Bandeiras dos Mastros.

Elas são feitas de madeira com suporte para encaixe na porta do mastro. Seus enfeites também são diversos e podem seguir o modelo do enfeite do próprio mastro, que, em geral são de livre escolha de grupos ou comunidades. Assim como as bandeiras de grupos, as Bandeiras de Mastros também têm um bandeireiro próprio, que neste caso recebe o título de Rainha da Bandeira.



Figura 18 - Bandeireira da Contra-dança do reino São Sebastião  
Fonte: Ana Paula Araujo, 2019.

Bandeireira da Contra-Dança do reino São Sebastião caminha a frente do grupo conduzindo a bandeira sagrada de Nossa Senhora do Rosário, imagem escolhida pelo terno. Atrás caminham os instrumentistas e os dançadores, caminhando em filas ou realizando evoluções com o Pau de Fitas.

Apresentados os principais elementos estruturais e constitutivos dos congados, por meio da descrição da festa de Dores do Indaiá, o próximo capítulo



abordará a construção e distribuição de poder por meio da festa enquanto nuances da micropolítica local, produzida e agenciada pelos congadeiros para a própria manutenção de saberes, estéticas, visão de mundo codificado e pautados numa memória que se remete a uma África ancestral a partir da qual acontece a própria produção e administração do sagrado da Festa.

## CAPÍTULO II - MICROPOLÍTICAS E AS EXPRESSÕES CULTURAIS POPULARES

*“Oh, eu vou arreuni os meus sordado  
Eu vou erguer meu mastro  
Eu vou canta o preto livre”  
Ponto do Congo Real de Quartel Geral - MG*

O estudo das políticas governamentais, partidárias ou mesmo das políticas públicas, caminha ao lado das macropolíticas, sendo estas, principalmente, o conjunto de regras e normas a serem seguidos pelos entes governamentais ou aos moradores das cidades, estados e países.

As normas a serem seguidas pela macropolítica, em geral são afirmadas através de leis, estatutos, convenções, normativas, notas técnicas e demais documentos que deem peso impositivo, seja ele na garantia de direitos ou na proibição de determinadas ações, como, por exemplo, a proibição do uso de drogas ilícitas em determinados territórios, a proibição de matar, o direito ao saneamento básico, a cultural, etc.

Bobbio, Matteuci e Pasquino (1986) classificam a micropolítica, no didático *Dicionário da Política*, como as pequenas relações políticas desenvolvidas por grupos e coletivos na tomada de decisão. Para os autores, micropolítica a mais diminuta esfera de tomada de decisão, como uma simples conversa de um casal sobre as contas do lar. É, mesmo que muito simplório e diminuto, um momento de escolhas, portanto, uma célula da vida política.

Segundo Henning (2013), as macropolíticas são “orientações que emanam do Estado e de outros níveis superiores, e que pedem e esperam por um olhar orgânico e integrador” (HENNING, 2013, p. 48). Já as micropolíticas são a rota de fuga para o discurso hegemônico do exercício político pela esfera estatal. Ela é a classificação que traz a forma de se fazer política no cotidiano da vida, através das ações subjetivas mais pequenas e rasas do dia a dia. Para Foucault (1979), a micropolítica é a forma de:

“(...)captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...) Em outras palavras, captar o poder na

extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. ” (FOUCAULT, 1979, p.182)

Para o filósofo francês, debater a micropolítica é falar sobre as relações de poder e suas formas de enfrentamento diante a sociedade, divididas no que o autor chama de “tecnologias”, a do corpo – de mecanismos disciplinares – e a da população – que são os mecanismos regulamentares. A esta segunda, o autor afirma que:

“(…) de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população.” (FOUCAULT, 1999, p. 297)

Para Deleuze e Guatarri (2006) a micropolítica não pode ser compreendida de forma separada da macropolítica, uma vez que seu potencial, inclusive revolucionário, permite a construção de espaços de atuação e decisão legítimos diante de poderes socialmente hegemônicos.

Segundo os autores, as sociedades não podem ser compreendidas somente por suas contradições e conflitos, pauta central das correntes marxistas de crítica, o que demanda também múltiplas miradas sobre “suas linhas de fuga”.

Assim, Deleuze e Guatarri (2006) lançam mão do conceito de rizoma para tematizar, não somente as profundas mudanças sociais, mas o próprio devir a partir do reconhecimento da “multiplicidade das diferenças”, enfatizando o caráter inventivo, criativo e libertário necessários tanto à construção de potências de encontro como à produção de linhas de fuga que permitam romper com a própria ideia dominante de desenvolvimento, visando inventar novos modos de existência.

É importante considerar o poder de desestabilização da esfera micropolítica sobre a macro que pode acontecer em momentos de “conversa e da afecção” e em momentos de “crenças e dos desejos” sendo que ambas, de forma motivadora e cuidadosa, tendem a espalhar rizomaticamente, proliferar conjuntos aleatórios de características até se tornarem mais fortes do que a macropolítica vigente.

Lançando mão da metáfora à noção botânica que tem como característica ter suas partes constituintes poderem funcionar como ramo, talo ou raiz, os autores afirmam que para efeitos epistemológicos,

“(…) um rizoma, ou multiplicidade, não se deixa sobrecodificar, nem jamais dispõe de dimensão suplementar ao número de linhas, quer dizer, às multiplicidades de números ligados à estas linhas. Todas as multiplicidades são planas, uma vez que elas preenchem, ocupam todas as suas dimensões (...). As multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras. O plano de consistência (grade) é o fora de todas as multiplicidades. A linha de fuga marca, ao mesmo tempo: a realidade de um número de dimensões finitas que a multiplicidade preenche efetivamente; a impossibilidade de toda dimensão suplementar, sem que a multiplicidade se transforme segundo esta linha; possibilidade e a necessidade de achatar todas as multiplicidades sobre um mesmo plano de consistência ou de exterioridade, sejam quais forem suas dimensões (...) Todo rizoma compreende linhas de segmentariedade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Essas linhas não param de se remeter umas às outras. É por isso que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau. Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito – tudo o que se quiser, desde as ressurgências edipianas até as concreções fascistas.” (DELEUZE & GUATARRI: 2006; 17-18).

É nesse sentido que os processos sociais estão no tempo do devir o que, por si só, justifica sua investigação, crítica e invenção constantes. Do mesmo modo a micropolítica é um conceito em aberto, que parte de uma relação binária (micro-macropolítica) para poder ser compreendido como a construção das relações e ações políticas, que envolvem o exercício de prestígio e/ou poder, por iniciativas geralmente diminutas, pequenas e que passam pelo processo da motivação e construção de crenças, estéticas e narrativas que tomam forma e expressão no mundo da vida.

Os exemplos práticos de relações micropolíticas que são estudados nesse trabalho dissertativo são o das Associações de Congadeiros de Dores do Indaiá e da Comissão dos Congados da Comunidade Antônio Martins.

Como observado em pesquisa de campo a Festa de Nossa Senhora do Rosário está estruturada e mantida pelos próprios congadeiros dorense. Mas antes de analisar o texto dos Estatutos é preciso falar, ainda que brevemente, sobre a atuação de Antônio Martins enquanto personagem atualmente reconhecido como o responsável pelo desencadeamento do processo de

autonomização conquistada e construída de forma coletiva, a partir da organização comunitária, pelos congados de Dores do Indaiá.

### **2.1 - Antônio Martins – Herói Congadeiro da resistência e a construção de um nós coletivo**

Este trabalho escolheu a figura de Antônio Martins entre todos os outros antigos capitães de Congado de Dores do Indaiá, pois cada um deles têm sua importância emblemática, mas pelo destaque dado pela própria comunidade congadeira, poder público e moradores da cidade sobre sua figura, esse antigo capitão tem papel especial.

Em todos os lugares que fui e pessoas que levantei dados para a pesquisa, ao tratar da antiga história do Congado, o nome deste homem é o primeiro a ser mencionado por tudo que ele representou para a atual expressão cultural popular. Portanto, estudar o Congado de Dores e não falar sobre ele é quase que deixar a pesquisa pela metade.

Os feitos de Antônio Martins estão presentes na memória dos congadeiros, compondo o histórico dos congados dorenses cujos desdobramentos e repercussões são de fundamental importância para a temática desta dissertação. Congadeiros antigos da cidade narram diferentes versões sobre a tentativa de proibição e, assim, extinção da Festa do Congado em Dores do Indaiá em que a atuação de Antônio Martins se destaca na defesa da continuidade dos festejos em homenagem à Nossa Senhora do Rosário.

Silva (2010), destaca em sua investigação histórica, que o Congado de Dores do Indaiá no início do século XX é marcado por uma “aceitação” da elite local, como forma de entretenimento. As danças estão sob os olhos dos poderes locais, de pele branca, que permitiam o considerado por eles “tolerável”, sem as influências das religiões de matrizes africanas.

Complementa Silva (2010) que através das transcrições de entrevistas com moradores locais, que mesmo com esta “pseudo tolerância” o congado não era visto com bons olhos e considerado por muitos como “coisa de vagabundo”, subtendendo-se que tal fato se deve aos traços de cultura negra da expressão folclórica.

Enfim, esta disputa, conforme destaca Silva (2010), tornou o Congado o pivô de uma briga ideológica, de fundo político e religioso. Nas entrevistas que realizei, muito devotos contam que a elite dorense, desde a constituição da cidade, esteve ligada à Igreja Católica, fosse por devoção ou na intensão de conquistar maior espaço político no poder público local. O mesmo autor aponta a importância para a comunidade negra, neste cenário de perseguição, de afirmar seu espaço cultural, religioso e étnico.

Em 1947 a Igreja Católica, por meio da ação do bispo da diocese de Luz, Dom Manuel, a qual pertence Dores do Indaiá, e da influência de outros bispos mineiros, proibiu a realização da festa de Nossa Senhora do Rosário pelos congados na cidade.

Alguns congadeiros acreditam que isso aconteceu por uma desavença em que um congadeiro teria agredido o pároco da Igreja de Dores. E.S., antigo congadeiro e devoto, afirma que, na verdade a atitude foi tomada porque a Igreja acusava os congados de realizarem profanos rituais afro-brasileiros.

Outros congadeiros, como o neto W.M., narram que o padre de Dores chegou “até a tirar a imagem de Nossa Senhora do Rosário da Igreja e que foi preciso a intervenção de um advogado para que a imagem retornasse ao seu local de origem”.

Silva (2010), ao fazer a construção histórica da Festa de Dores do Indaiá, afirma que a festa do congado sofreu proibição da Igreja Católica no final da década de 1940. Para defender sua festa, os congadeiros da cidade guardaram consigo a imagem de Nossa Senhora do Rosário e o pároco da época foi até o local onde os congados estavam e exigiu a devolução da imagem, o que desencadeou um tapa dado por um congadeiro no rosto do sacerdote.

Essa ruptura teve, depois de alguns anos, uma solução provisória diante da manifestação religiosa. Em 1952 integrantes da Igreja Brasileira, vindos do Rio de Janeiro, instalam uma capela na cidade e abrem suas portas para as congadas que lá quisessem se apresentar. Alguns grupos assim o fizeram. Essa atitude, como bem apontou Silva (2010) pode ser compreendida como um tipo de “estratégia comercial” da ICB para angariar fiéis na pequena Dores do Indaiá.



Figura 19 - Construção da Igreja Brasileira<sup>15</sup>.  
Fonte: Divania Elias

Nessa conjuntura de conflitos, censuras e disputas é que o capitão do Congo Real, Antônio Martins passou a realizar os festejos do Congado em sua própria casa, para sua família, com direito a bandeira e levantamento de mastro, em pouco tempo o experiente capitão, de prestígio na cidade, se tornou líder da resistência do congadeira de Dores do Indaiá diante da ICR.

W.M., atual membro da “Comissão dos Congados da Comunidade Antônio Martins”, Comissão que em seu nome presta homenagem e reverência a memória de seu avô, conta que:

“Ele foi contra aquele preconceito que a Igreja da época teve com a Congada, por que era uma manifestação de tradição negra, e ele, se reconhecendo como negro, soube que era preciso enfrentar aquilo, e daí ele perpetuou com a saída do Congo em sua casa”.

Diante destes fatos, em 1956, o bispo da Diocese de Luz, Dom Manuel, autorizou a retomada da Festa na Igreja do Rosário com a participação ativa dos congados. Os grupos que passaram a se apresentar e realizar seus cortejos na ICB durante os anos de proibição, em sua maioria, retornaram a ICR, inclusive

<sup>15</sup> Acervo: <https://www.doresdoindaia.mg.gov.br/noticia.php?id=284>

Antônio Martins, porém o capitão não parou a realização das apresentações em sua casa. Até 1980 a cidade de Dores do Indaiá possuía três festas distintas: a da Igreja Brasileira, a Católica e a da casa de Antônio Martins (SILVA, 2009).



Figura 20 - Congo Real de Antônio Martins.

Em paralelo a essas ações, em 1975 surge na cidade a primeira Associação Geral dos Congadeiros da Paróquia de Dores, composta pelos congados dos bairros Juiz de Fora, São José e São Sebastião (CATAO, 2009).

Os ternos que possuíam ligação com Antônio Martins estavam ligados ao bairro São Sebastião, que era o bairro de população negra, caracteristicamente tida como mais humilde e pobre, historicamente marcada pela falta de igualdade de oportunidade de oferecimento e acesso às políticas públicas essenciais para melhoria das condições econômicas, como as políticas habitacionais, de educação e saúde pública.

Somente no ano de 2010 os membros dessa família deixam o bairro de São Sebastião e fundam a Comissão dos Congados da Comunidade Antônio Martins.



Atualmente, em todos os cinco reinos há pessoas negras compondo dos ternos, sobretudo os ternos de origem. Em geral, capitães e outros cargos de direção dos ternos originários são pessoas negras com profunda experiência na tradição congadeira, ou então, pessoas brancas que conquistaram prestígio para assumir essas posições.

Os ternos de enfeite variam suas posições hierárquicas em relação ao tema étnico, sendo as da comunidade Antônio Martins de maioria negros. A garantia da presença dos negros nas principais posições hierárquicas do Congado de Dores do Indaiá é espelho da resistência feita por Antônio Martins.

## **2.2 - Micropolítica e folclore - A Diretoria Plena dos Congadeiros e a Comissão dos Congados da Comunidade Antônio Martins**

A partir da criação da Associação Geral dos Congadeiros da Paróquia de Dores, composta pelos congados dos bairros Juiz de Fora, São José e São Sebastião e da conseqüente retomada de diálogo com a Igreja Católica Romana, na década de 1970, as decisões sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário passam a ser tomadas em conjunto por um coletivo responsável pela manutenção geral da Festa do Rosário. Algumas mudanças são significativas, como a incorporação das cavalcadas como momento integrado à festa, mudanças de trajetos que passaram a abarcar a totalidade dos ternos e grupos existentes na cidade, com participação popular, como ressaltou W.M.

Em 2007 a paróquia de Dores do Indaiá passa a ter um diálogo ainda mais estreito com a manifestação das congadas, pois é empossado um novo pároco, Padre A.C. que, para surpresa de todos, é negro e de família congadeira (SILVA, 2009).

A.C., em consonância com valores e interesses dos congadeiros, sugere novos elementos a Festa do Rosário, como a realização da missa de Ação de Graças na sexta-feira à noite, para assim encerrar o primeiro dia da festa, sugestão que foi acatada pela Diretoria Plena.

Além das mudanças na festa, a presença e atuação do pároco passa a ser compreendido como algo de importância central para as tomadas de decisão da Associação, tendo peso correlato ao da Rainha Perpétua.

Observando a necessidade de mudanças estruturais na festa, Padre A.C. faz também sugestões de estipular a quantidade de voltas que cada terno poderia dar ao redor da igreja para o pagamento de promessas, já que muitos grupos davam inúmeras voltas e os que aguardavam acabavam saindo já de madrugada para o retorno às suas sedes. Este ponto também foi considerado pela Diretoria Plena importante, portanto, limitado a oito voltas.



Figura 21 - Padre A.C. – O Padre congadeiro.

No ano de 2017 esta Associação Geral dos Congadeiros cria um estatuto e faz o registro do mesmo em cartório, oficializando assim, nos trâmites legais, a existência do movimento e de sua forma ainda tradicional de organização. Os estatutos das comunidades foram criados anteriormente, como o Estatuto da Comissão dos Congados da Comunidade Antônio Martins, que foi protocolado em cartório em 29 de julho de 2013<sup>16</sup>. Abaixo debaterei alguns pontos dos estatutos que mostram o fortalecimento das decisões micropolíticas dos congadeiros. Em anexo a este trabalho estão as cópias de ambos os estatutos.

### **2.3. Estatuto da Diretoria Plena das Associações e Comissões dos Congadeiros.**

---

<sup>16</sup> Informação obtida no próprio documento.

Segundo o estatuto, a Diretoria Plena das Associações e Comissões dos Congadeiros de Dores do Indaiá foi registrada em cartório no dia 28 de abril de 2017, contudo, como vimos em Catão (2009) essa associação existe desde 1975, após a nova permissão da Igreja Católica Romana de realizar os congados.

No documento de 2017, em seu segundo artigo, podemos ler que “O presente estatuto tem como base os estatutos das cinco associações e comissões de congadeiros (...)” (art 2º, Estatuto da Diretoria Plena das Associações e Comissões dos Congadeiros).

É importante perceber que a Diretoria Plena articula as normativas das Associações dos cinco reinos como instrumento de apoio e que estes devem, portanto, estar em consonância com a Associação Geral para manutenção das tradições da Festa. Entretanto, há um respaldo hierárquico entre a Diretoria Geral e as demais Associações.

No artigo quarto é destacado que a Diretoria Plena é a “instância superior dos cinco reinos da Festa do Congado ou Reinado” (artº 4, Estatuto da Diretoria Plena das Associações e Comissões dos Congadeiros) e, ao mesmo tempo, em que utiliza a Paróquia de Nossa Senhora das Dores como usufruto de sua sede legal essa também é um marco central na hierarquia religiosa da Associação (artº 5, Estatuto da Diretoria Plena das Associações e Comissões dos Congadeiros). As finalidades básicas da Diretoria Geral são:

“Art. 6 (...)

1 – Direcionar, orientar, nortear as e os caminhos e normativas da organização da Festa afrodescendente denominada FESTA DO ROSÁRIO, SÃO BENEDITO E SANTA EFIGÊNIA

2 – Estabelecer regras e dirimir desacordos (...)

3 – Amparar e incentivar todas as formas corretas de desenvolvimento, cultural e social dos Congadeiros de cada um dos 5 (cinco) reinos que a integram, a partir das suas manifestações de fé cristã e de tradições folclóricas relacionadas a Festa do Congado e Reinado”.

Cabe ressaltar que o artigo sexto do presente Estatuto articula a fé cristã ao reconhecimento de que a Festa do Congado possui caráter afrodescendente e, concomitantemente, de cultura popular.

Para Ferreira e Camargo (2011), o reconhecimento das culturas tradicionais como criações de uma história que vem de influências e matrizes

negras, ou seja, de identidade negra, vem do “intercâmbio entre o individual e o coletivo, desde sempre mediado por um conjunto de crenças, códigos e valores instaurados historicamente” (FERREIRA; CAMARGO, 2011, p. 384).

No caso dos congados estamos tratando de uma expressão cultural que nasce historicamente antes do período da abolição da escravatura, de dentro das senzalas e passa a incorrer no cotidiano das ruas das vilas e cidades brasileiras, majoritariamente cantada e dançada pelos negros descendentes das pessoas que foram escravizadas e forçadas a trabalhar sem ter acesso aos frutos provenientes de seu trabalho. Segundo Cezar (2015), tais festas, por serem:

“Vinculadas ao instituto do Padroado e a presença de leigos enquanto estimuladores da vida religiosa na organização de irmandades religiosas, romarias, ermidas, devoções, as congadas são tributárias da cultura material das festas barrocas que celebravam o fausto Império Português e os símbolos litúrgicos católicos em pomposas procissões e cerimônias religiosas. Essa pluralidade de manifestações entrou em relação conflituosa com o catolicismo tridentino imposto por Roma numa tentativa de privilegiar e legitimar a autoridade sacerdotal na censura das práticas populares, abolindo-as ou tutelando-as sob supervisão do clero oficial. Tais organizações de leigos mantiveram-se desde cedo através de artifícios e negociações conflituosas com os poderes instituídos, estabelecidas no nível local, mas sujeitas aos arbítrios de hierarquias superiores. Suas ações adequavam-se às pressões, dissimulando submissão às tutelas alheias impostas, como forma de tentar conservar o “núcleo duro”, enquanto princípio gerador daquela manifestação religiosa. No caso das congadas, o núcleo duro centra-se na escolha e coroação e/ou homenagem ao rei e à rainha, na articulação de uma rede social a partir de relações hierárquicas entre a realeza, o séquito e os demais membros da festa. O alcance das ações do rei e da rainha da congada certamente é pontual, localizada e visa interesses e valores específicos. A eficácia dessas ações permitia a rememoração e (re)criação de práticas religiosas ancestrais reportadas à África, que ao longo do tempo se mantiveram relativamente secretas, enquanto forma de conhecimento restrita aos membros da festa” (CEZAR, 2015, p. 364-365)

O fato dos congadeiros reconhecerem e valorizarem sua festa como importante manifestações culturais populares indica a preocupação de buscar no repertório de conceitos socialmente consagrado respaldo que, segundo Arias (2002), se remetem às raízes culturais de origem, portanto legítimas enquanto manifestação da cultura de um povo. Para os congadeiros, o reconhecimento de sua festa como expressão da cultura popular representa compreender que o fazer específico ao congado rememora uma tradição construída com o intento de contar algo, narrar uma história, e re-memorar e atualizar uma prática de fé. Cabe ressaltar, conforme explicam os diretores de Comissões, como a do reino de Antônio Martins, que o uso do terno folclore nestes estatutos pelo congadeiros é

pela compreensão dos mesmos que usar esse termo abarca tudo o que o “Congado é”: tradição, religião, cultura e história”.

O item três do artigo oitavo do Estatuto da Diretoria Plena das Associações e Comissões dos Congadeiros assegura a necessidade de: “(...) zelar pela preservação da identidade religiosa, cultural e folclórica da festa afrodescendente denominada Festa do Rosário”. Este ponto do Estatuto marca uma ação de autopreservação da cultura popular doense a partir do entendimento que os membros da Diretoria Plena são responsáveis diretos pela salvaguarda da tradição da Festa. Da mesma forma, o artigo nono do capítulo quarto, “Dos fins”, ressalta que a “ação cultural e folclórica nas manifestações de devoção aos movimentos populares tradicionais” é uma das finalidades da festa e os dividem nas seguintes categorias:

- “a) (...) vocação artística para a música (...);
- b) realizar, anualmente, festa de reinado e do Congado;
- c) oferecer condições, canalizar e mobilizar recursos humanos, materiais e financeiros, que atendam aos interesses da Igreja e das Associações e ou Comissões para o bem estar de toda a comunidade Congadeira.”

Nestes itens podemos perceber que além dos elementos culturais da Festa, a Diretoria Plena preocupa-se também com os interesses da Igreja, no topo da hierarquia da tradição, e também de todo o bem-estar da comunidade Congadeira, entendendo como os participantes diretos dos grupos culturais populares. A salvaguarda das congadas pode ser compreendida como uma das maneiras de se garantir o bem-estar da comunidade, já que ela constitui, concomitantemente, espécie de canal de conexão com o sagrado e meio de vida entranhado nos moradores de Dores do Indaiá.

A Diretoria Plena também tem como atribuição a:

- “(...) harmonização das Associações e ou Comissões e estipular as diretrizes a serem tomadas no convívio entre as Associações com vistas a manutenção da identidade religiosa, cultural, folclórica e devocional da Festa do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia”

Sobre essa harmonia, o Estatuto prevê cinco competências específicas ao pároco, sobre o papel de Presidente, de: orientar e assistir às Associações das comunidades; promover e cuidar da evangelização e formação religiosa dos Congadeiros; elaborar o calendário festivo da Igreja, estar em consonância com a

Diretoria Plena, que se encarregará principalmente das tradições congadeiras; fazer o levantamento dos custos e despesas necessários a parte religiosa e criar uma comissão responsável pelo cofre e valores doados por festeiros, devotos e pagadores de promessa.

Essa harmonização também passa pelas ações anuais da Festa do Rosário. O artigo 14 do Estatuto prevê a existência de um rodízio para a retirada da imagem de Nossa Senhora do Rosário para a procissão congadeira, um dos ápices da Festa.

Esse rodízio segue o padrão de, a cada ano, um grupo de Moçambique de um dos cinco reinos ficar responsável pelo transporte das imagens, que não está descrito no documento, porém é de conhecimento de todas as Associações e Comissões e dos congadeiros.

Além do rodízio, o carregamento dos andores com as imagens são de responsabilidade dos congadeiros também, ficando a cargo dos coroinhas, acólitos e demais voluntários da paróquia apenas o acompanhamento dos sacerdotes a frente da grande procissão.

A condução cerimonial e ritualística das imagens adornadas em seus respectivos andores também é feita conforme a hierarquia dos grupos que compõe a festa, conforme explica W.M.:

“(...) a condução da imagem de Nossa Senhora do Rosário enfeitada só pode ser feita pelos Moçambiques, São Benedito é carregado pelos Catupés e Santa Efigênia pode ser levada pelos Congos Reais ou Vilão, mas no caso destes últimos dois santos pode haver uma troca entre os Catupés e os Congos”.

Somente os ternos de origem podem carregar as imagens. Sobre o rodízio destes dois últimos grupos cada Associação de reino decide seu próprio rodízio. No caso da comunidade Antônio Martins, por exemplo, “o Congo Vilão sempre conduz a imagem de Santa Efigênia e o Catupé a de São Benedito”, conta W.M.

Além disso, ainda em relação à harmonia, segundo o artigo dezenove do Estatuto, não são tolerados entre os congadeiros as ofensas devido ao clima de paz que deve ser mantido em toda a estrutura da Festa. A harmonia, segundo o artigo 21, também deve ser entre todos os membros da Diretoria Plena e que, por sua vez, deve se estender a todos os congadeiros da cidade.

O artigo vinte e oito do Estatuto informa que tanto a Diretoria Plena como as Associações das comunidades podem aplicar punições a seus congadeiros, mas em conversa com congadeiros de todas as Associações eles explicam que isso geralmente acontece em situações muito graves. Na maioria das vezes os desentendimentos ou outros problemas são resolvidos na comunidade e sempre tentando evitar que a solução seja dada de forma punitiva.

Sobre a constituição e a organização da Diretoria Plena, seu quadro conta com o Presidente – cargo exercido pelo pároco, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, primeiro tesoureiro e segundo tesoureiro. Estes dois últimos cargos têm, segundo o Estatuto, a função de administrar as doações recebidas por devotos e pagadores de promessa, contudo, não menciona a administração dos incentivos recebidos via poderes públicos municipais ou estaduais.

Segundo me contou o congadeiro W.M. e o Secretário de Cultura E.V., os recursos financeiros repassados são recebidos pelas Associações ou Comissões, sendo que o recebimento é feito em cheque assinado pelos tesoureiros e presidentes, que posteriormente fazem, por meio do tesoureiro, a prestação de contas.

O mandato de cada composição da Diretoria Plena tem o período de três anos. Segundo o artigo dezessete, todos os membros da diretoria têm direito a voto e este tem peso igualitário a um, entretanto, o artigo dezoito prevê que as decisões devem ter metade mais um dos votos.

O artigo vinte e três prevê que, em situações festivas ou de comemoração, os demais convidados têm direito a fala, caso contrário estarão apenas como ouvintes nas reuniões.

O artigo vinte e seis garante que as falas e opiniões devem ser sempre feitas de forma democrática, o que fortalece ainda mais as ações micropolíticas dos congadores de Dores do Indaiá. A garantia do direito a fala nestes espaços é fundamental para a construção de uma manifestação que tenha a identidade dos congadeiros.

Assim como nos espaços de controle social, a não manipulação das falas somente pelos que detém chapas e cadeiras titulares, ou suplentes, é a forma dos tomadores de decisão melhorarem seus espaços a partir da fala do coletivo. W.M.

disse que somente algumas reuniões, com pautas que envolvem algum tipo de conflito de interesse e votações mais acirradas são feitas de maneira fechada, estando presente apenas a diretoria, mas em outras ocasiões cotidianas as reuniões tendem a ser abertas aos membros das distintas associações que participam rotineiramente e opinam sobre os temas em pauta.

Outro ponto importante das funções da Diretoria Geral é reger sobre as transferências de “soldados” de uma Associação para outra<sup>17</sup>. Esse fato deve ser feito por meio de pedido formal de baixa do soldado da sua respectiva Associação, via ofício entregue à Diretoria Geral. T

Todos os pedidos devem ter um período mínimo de um ano até que o soldado possa ingressar no novo grupo. Se os presidentes das Associações envolvidas na troca assim aceitarem, a mesma pode ser realizada sem este prazo.

Antes da entrega do ofício à Diretoria Geral, o soldado deve entregar um pedido formal de baixa ao capitão-mor de seu grupo que, por sua vez, deve encaminhá-lo ao Presidente da Associação do Reino. Além disso, é dever também da Diretoria Plena autorizar o “empréstimo” de congadeiros e ternos de uma comunidade para outra, bem como, permitir que os devotos paguem suas promessas em ternos diferentes dos de suas comunidades, conforme aponta o artigo trinta do Estatuto.

Sobre este último ponto, W.M. observa que esta regra não é levada tão ao “pé da letra”, pois o pagamento de promessa prediz muito do desejo do próprio devoto, que muitas vezes escolhe na hora dos giros, em volta da igreja de Nossa Senhora do Rosário qual terno irá lhe conduzir em seu cortejo para o pagamento daquela promessa.

O Estatuto da Diretoria Geral possui um capítulo que dispõe sobre as normas dedicadas à Igreja Católica. Em seu artigo trinta e dois estão descritos os temas específicos demandados à Igreja que abarca a realização da:

- “a) a missa de abertura dos ensaios;
- b) as novenas preparatórias;
- c) o levantamento dos mastros;
- d) a organização de missas dentro do período da Festa na Igreja do Rosário;

---

17 Soldado é o nome usado para os cantadores e dançadores dos congados com exceção dos capitães e fiscais. Este nome remete a proposta de que cada componente de um grupo de congado é um verdadeiro soldado a serviço de Nossa Senhora.



- e) a procissão;
- f) a Missa Conga;
- g) o passamento das coroas;
- h) o pagamento de promessas;
- i) a descida dos mastros.”

Durante meu período de pesquisa de campo no local pude observar, a partir das ações e entrevistas com os congadeiros, que em todos esses pontos do Estatuto que delimita a ação da Igreja Católica na festa há assegurada a influência e participação do coletivo de membros dos grupos, ou de um, ou outro congadeiro específico, que assume o papel de colaborar e, assim, estar presente ao longo das ações realizadas pela/ na igreja.

Cabe destacar que as decisões sobre cada um dos artigos que compõe o Estatuto da Festa foram concebidas e aprovadas coletivamente pela Diretoria Geral articulada às respectivas diretorias de cada Associação vinculada a esta.

Ainda assim, existem pontos, ações e performances pautadas pela memória e costume que são reportadas à tradição da festa e que, apesar de não estar explicitado detalhadamente no Estatuto, acontecem seguindo a lógica própria da hierarquia de saberes e fazeres do congado.

Podemos citar como exemplo o levantamento dos mastros, que tem como prerrogativa a ação do pároco que exerce a função de dar aos grupos o sinal de que os mastros já podem ser levantados, contudo, são os capitães dos Moçambiques que proferem a marcação estética e simbólica específica à festa, obedecida pelos demais congadeiros e, assim, após o sinal dado pelo pároco, organizam toda a subida.

Enquanto isso, os bandeireiros se posicionam no local específico, à beira dos respectivos buracos da fincada de mastro, para assim garantir que nada considerado impróprio ou impuro entrará nele durante a subida, garantido a segurança simbólica da própria festa.

Como tais detalhes são difíceis de apreender por meio da escrita uma vez que estão pautados nos saberes oral e performaticamente transmitidos, o Estatuto garante a função da Diretoria Geral, enquanto soberana mandatária da festa, respaldar e assegurar que os preceitos e minúcias possam acontecer segundo seus próprios critérios.

Ainda segundo o inciso segundo do artigo trinta e cinco, que todas as despesas internas como paramentos e enfeites usados como velas, vestimentas usadas pelo pároco, auxiliares e coroinhas ao longo dos dias da festa, etc., são de responsabilidade financeira da Igreja, por compreender que essa instituição possui seus próprios recursos financeiros.

Segundo o Estatuto, provém, além dos dízimos, das oferendas dadas no cofre aos pés de Nossa Senhora do Rosário. Já os congados, Diretoria Plena e Associação, são responsáveis pelos gastos externos como a instalação de gradis, segurança, show pirotécnico, etc. Esses gastos são, em sua maioria, custeados com o recurso proveniente do ICMS Cultural e de outros auxílios e doações feitas por comerciantes locais ou pelo poder público de Dores do Indaiá.

Os congados, por sua tradição histórica nascida no período escravista, traz explicitado em seu Estatuto, elementos tidos como importantes neste roteiro festivo.

O inciso primeiro do artigo trinta e dois informa que a missa de abertura deve “ocorrer sempre no mês de maio no primeiro final de semana, mais próximo da Abolição da Escravatura” (art. 32 – inciso I, Estatuto da Diretoria Plena das Associações e Comissões dos Congadeiros). O parágrafo “a” informa ainda a obrigação da presença dos ternos nesta missa e, se não for possível, pelo menos o comparecimento de suas bandeiras.

Neste momento é fundamental lembrar do papel divino das bandeiras folclóricas, conforme já dito acima por Bitter (2013), elas são a representação verdadeira do sagrado nos grupos culturais populares. Dos temas relativos do congado, ou seja, dos congadeiros, o capítulo oitavo, artigo trinta e três, informa que são composições da Festa:

- “a) a Rainha Perpétua, também é considerada como a patrona da Congada;
- b) o Reis-Guardiões do Mastro e Rainhas-Guardiãs da Bandeira do Mastro, pois eles são os responsáveis pela guarda e liberação dos Mastros;
- c) Reis e Rainhas das coroas, são também considerados por promessa ou simpatia os que alimentam os soldados com refeição forte (almoço, jantar);
- d) Príncipes e Princesas, são também considerados por promessa os que alimentam os soldados com refeição mais leve (lanche da manhã e da noite);
- e) as Cavalhadas;

f) as Alvoradas.”

Todas essas funções compõem a estrutura da Festa do Congado doense. Sem algum destes personagens a Festa não pode ser realizada da mesma maneira, pois para cada agente há uma conexão com um determinado momento da Festa. Por exemplo, sem o Rei do Mastro outra pessoa não pode confeccionar e enfeitar o mastro que será levado e, por sua vez, sem o levante do mastro não há Festa do Rosário.

Outra particularidade do congado de Dores do Indaiá é a existência da Cavalhada que no Estatuto. Segundo alguns congadeiros essa cavalhada funciona tanto como espécie de “atrativo” para os Reis e Rainhas, quanto abertura oficial feita a partir do Cortejo da Rainha Perpétua. Segundo o Estatuto, a responsabilidade pelas Cavalhadas é sempre do terno Congo Real, já que no congado esse grupo tem a função de guarda real, portanto, são eles que devem fazer a guarda do atrativo dos Reis e Rainhas. Nas comunidades onde não há Congo Real, outros grupos podem contribuir na organização da Cavalhada.

Sobre as tradições, o artigo trinta e quatro do Estatuto traz:

“Art. 34 – Como a Festa do Rosário de Dores do Indaiá, é registrada como patrimônio imaterial municipal, há que se observar que a tradição, os elementos constitutivos da sua originalidade sejam mantidos, para a preservação de sua identidade histórica, folclórica e cultural, podendo ser aperfeiçoados, mas nunca abolidos”

Este artigo é fundamental para compreendermos a discussão trazida neste trabalho sobre o uso da micropolítica articulada à macropolítica para a manutenção e salvaguarda da cultura popular. Além do registro municipal de patrimônio imaterial, o Estatuto da Diretoria Geral reforça a importância da preservação da identidade do congado, que pode ser aperfeiçoado desde que não exclua os elementos tradicionais.

Percebe-se que não há uma preocupação apenas com a manutenção dos ritos e partes constitutivas da festa, mas também com a história do congado que está marcada e pré-santificada no cotidiano de cada um dos grupos e dos próprios congadeiros. Para Ikeda (2013) a autogestão e salvaguarda de grupos tradicionais é fundamental para se desvincular de mediadores:

“(...) que estabelecem com os grupos praticantes dos saberes tradicionais inúmeras formas de relacionamento, paternalistas ou exploradoras comercialmente, quando das suas vorazes inserções (devorações, leia-se) no mundo contemporâneo da cultura como espetáculo e entretenimento (...)” (IKEDA, 2013, p. 185).

Ainda no inciso segundo do Artigo 34, o texto preocupa-se também com a manutenção das vestimentas e instrumentos dos ternos de origem, informando que:

“Os chamados Ternos de origem deverão ser realçados e valorizados em cada uma das Associações e ou Comissões e deverão manter a tradição de suas vestimentas e de seus instrumentos para que não haja a perda de sua identidade”.

Cabe lembrar que já de maneira tradicional os ternos novos têm o costume de se vestir com trajes de boiadeiro, semelhantes às usadas na região dos pampas do Rio Grande do Sul, portanto, a importância da preservação das vestimentas históricas dos ternos de origem é fundamental, como as vestimentas brancas dos Moçambiques, as saias das Contradanças, os penachos e capacetes de papel dos Congos Reais.

Os instrumentos musicais são necessários para garantir as toadas que só as Congadas e Moçambiques possuem, em especial os gungas usadas nos pés dos moçambiqueiros que trazem a toda apresentação o som ritmada tidas como semelhante às lamúrias dos antigos escravos. Outros instrumentos como tambores, zabumbas, xique-xiques e outros criam em toda a cidade o toque característico de um grupo de congado que se ouve em qualquer lugar. Assim como os instrumentos, o Estatuto ainda informa no inciso terceiro do artigo 34 que:

“As músicas, os versos cantados pelos ternos devem sempre ter características congas, não sendo permitidas letras baseadas em canções sertanejas universitárias e ou em outros ritmos que descaracterizem a identidade da Festa do Rosário”

Durante as entrevistas em campo, muitos congadeiros antigos contam que veem com maus olhos o uso de músicas modernas nas manifestações congadeiras, sejam elas as canções sertanejas universitárias, que não são muito usadas, ou seja, as canções católicos de movimento neopentecostais, como as tocadas pelos cantores da emissora de TV Canção Nova, que por sua vez

observei sua utilização por muitos grupos. Para os antigos congadeiros é preciso que se preserve as batidas originais e os pontos, principalmente os que são usados pelos moçambiqueiros. Muitos destes versos remetem as narrações dos antigos escravos da região, como, por exemplo esses versos de Antônio Martins:

"No dia 13 de maio,  
O negro sofria, sofria,  
Apanhava de chicote,  
E o couro tremia "

Da mesma forma que o Estatuto pede a preservação das vestimentas tradicionais, ele ainda define, no artigo inciso quarto do artigo 34, que:

"O fardamento dos ternos novos deverão manter a sua tradição e buscar uma identidade com a Festa do Rosário de modo a não descaracterizá-la e não ser objeto de disputa entre os ternos dos cinco reinos"

Estes ternos mais recentes seguem um costume de vestimenta diferente dos ternos originais, porém, mesmo assim devem estar em consonância de alguma forma com os demais ternos da Festa do Rosário, para que não se crie em um mesmo espaço duas festas distintas.

É perceptível durante a pesquisa de campo que há diferenças entre as roupas de ternos originais e novos, porém, a harmonia presente entre todos os grupos durante a Festa talvez seja fator principal para não haver disputas nítidas entre congadeiros.

Alguns entrevistados da cidade dizem que todos os anos os grupos novos mudam suas roupas e que guardar o segredo sobre elas são fundamental para que no primeiro dia da Festa do Rosário, com os fardamentos, seja como uma disputa de qual o terno mais bonito e mais enfeitado.

Alguns soldados de ternos novos explicam que anualmente eles devem pagar um custo para as roupas do grupo e que muitas vezes são peças caras e até importadas do Rio Grande do Sul, mantendo a característica pampa.

Alguns ternos criam mensalidades que no mês da Festa do Rosário é usado para a renovação das fardas e instrumentos. As disputas não são abertas aos devotos durante a Festa, elas são implícitas na busca constante de melhores trajes anuais.

Para além da questão da vestimenta, há uma compreensão entre todos os congadeiros de Dores do Indaiá sobre a importância, vinda da tradição mítica, dos ternos de origem.

Ninguém nega que um Moçambique tem o dever de carregar a Santa e fazer a guarda oficial da Rainha Perpétua, ou que o Congo Real deve organizar a cavalhada.

O número de ternos de enfeite tem crescido exponencialmente nos últimos anos de Dores. Como destacado por W.M., isso é fruto do número de jovens que quer começar a dançar no Congado, mas são poucos os grupos para tantos novos adeptos.

Segundo alguns jovens entrevistados o desejo de compor os ternos vêm principalmente por duas ocasiões, a primeira, conforme narra a jovem congadeira do Moçambique do reino Juiz de Fora, R.G., é principalmente por motivo religioso de acreditar nas divindades católicas para alcançar alguma graça e exercitar a fé. A jovem conta que:

“Eu tinha um problema muito sério de asma e não conseguia dançar mais na Contra-Dança, daí eu fiz uma promessa a Nossa Senhora do Rosário que se ela me curasse eu ia sair no Moçambique. Eu sempre gostei muito do Moçambique do Juiz de Fora, daí comecei a dança neles e nunca tive o problema de asma mais. E olha, vó ti fala, eu não sei explica, mas é uma coisa surreal minha ligação com o Moçambique”

O outro motivo é a transmissão de saber hereditária de antigos congadeiros para seus filhos, netos, sobrinhos e outros membros da família.

Arrebola (2016) destaca que este é em algumas expressões culturais populares um dos principais motivos pelos quais alguns jovens assumem a posição de mestres de cultura popular, como o caso do jovem G.S., que atualmente assume, com seu pai, o posto de capitão do Congo Real do bairro Juiz de Fora.

Sendo assim, a tradição congadeira em Dores do Indaiá tem conseguido alcançar a juventude dorense por estes dois principais motivos, o que cria a necessidade de ano após ano aumentar o número de soldados dos ternos ou do próprio número de ternos da cidade.

Atualmente, todos os cinco reinos possuem mais grupos de ternos de enfeite do que de origem. W.M. destaca que:

“Não há rivalidade entre um terno de enfeite e um terno de origem, porque o terno de enfeite sabe o lugar dele e sabe a importância que o terno de origem tem para a Festa. Eles podem ter rivalidades entre eles nessa questão de vestimenta, mas não entre os ternos que fazem parte da Festa”

Por fim, é possível destacar, por meio da análise do Estatuto da Diretoria Plena, que seus capítulos e artigos seguem o padrão de uma comissão, como de outro movimento associativista. As regras para votação, finanças e finalidades estão preocupadas com a manutenção tanto da Diretoria em exercício como dos congados, de maneira geral. O grande destaque do texto é o agenciamento do conceito de cultura popular visando justificar a preservação da tradição da festa do congado, no que tange aos padrões estipulados, a atribuição de lastro histórico de décadas de realização do festejo, do qual a criação da Associação Geral de Congadeiros de Dores do Indaiá assim se torna responsável.

#### **2.4 Estatuto da Comissão dos Congadeiros da Comunidade Antônio Martins.**

O Estatuto da Comissão dos Congadeiros da Comunidade Antônio Martins não possui elementos tão diferentes ao modelo da Diretoria Plena, mas, não menos importante, será fruto de análise em alguns artigos em especial.

Optei pela apresentação do Estatuto da comunidade Antônio Martins devido a minha aproximação maior com congadeiros membros dessa diretoria, que foram fundamentais nos esclarecimentos e narrativos deste trabalho. Em especial seu neto, W.M., presidente atual da Associação. O texto que será analisado é o original de fundação, em 29 de julho de 2013, e que até hoje permanece o mesmo, apenas com as modificações de sua diretoria.

O texto começa em seu primeiro artigo com a sua denominação e cunho, sendo sua principal ação voltada para as manifestações e devoções “aos movimentos populares tradicionais e religiosos”. Diferente do Estatuto da Diretoria Plena, o Estatuto da comunidade Antônio Martins não taxa os congados dentro do arcabouço dos grupos culturais populares.

Ao entrevistar os diretores da Comissão, os mesmos compreendem que o uso de termos diferentes se deu apenas por mero acaso semântico, e não pelo entendimento de que são movimentos distintos. Suas finalidades são:

- “1) desenvolver atividades culturais, sociais, esportivas e religiosas, visando o aumento e a melhoria do bem-estar social dos congadeiros e festeiros;
- 2) Promover reuniões, excursões, festas e outros para viabilizar recursos para realização da Festa de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia, bem como atividades para preservação do acervo cultural em Dores do Indaiá;
- 3) Oferecer materiais humanos e financeiros que atendam as necessidades dos congadeiros, festeiros para a realização da festa de Nossa Senhora do Rosário;
- 4) Elaborar projetos com recursos governamentais ou de pessoas físicas/jurídicas, firmar convênios, com órgãos e entidade financiadora, para o atendimento das necessidades dos festejos culturais e ou sociais da cidade de Dores do Indaiá”

Segundo W.M., a Comissão desenvolve diversas atividades anuais para a arrecadação dos fundos, já que as contribuições de devotos ou até mesmo dos membros da comissão não são o maior montante arrecadado, conforme informa o artigo sexto do Estatuto.

As excursões são, talvez, a atividade mais realizada, pois, a comunidade recebe muitos convites anuais para apresentações em festas de congado de outras cidades e também para festivais anuais, como os tradicionais Festival de Congados de Aparecida do Norte-SP, que acontece nas comemorações da Festa de São Benedito.

Participar destas apresentações é importante tanto para o prestígio dos grupos, principalmente os ternos de origem como para a motivação dos congadeiros. Em estas atividades realizadas pela Comissão deve-se sempre manter as tradições dos congados, no que diz respeito as mesmas preocupações de preservação cultural do Estatuto da Diretoria Plena: músicas, roupas e instrumentos.

Ainda segundo W.M., a Comissão tem buscado financiamentos externos para a melhoria da comunidade e seus congados. No ano passado a Comissão conseguiu a aprovação de um projeto via lei Rouanet, porém não conseguiram uma empresa disposta a financiá-los<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Lei nº 8.313/1991.



A maior parte do recurso da Festa ainda é recebida via ICMS do Patrimônio Cultural, incentivo enviado pelo Estado de Minas Gerais aos municípios conforme uma pontuação dada por seus equipamentos e políticas culturais<sup>19</sup>.

Os modelos de decisão e participação são iguais à Diretoria Plena. O direito de voto é exercido apenas pelos membros da Comissão e o direito de fala é exercido por todos os participantes da reunião, que geralmente são os capitães dos ternos e capitão-mor, além da diretoria.

Ainda é dado, via Estatuto, o direito de defesa, usado quando algum congadeiro recebe uma penalidade. W.M. explica que nunca houve uma situação em que algum congadeiro recebesse uma punição específica.

Geralmente quando algum membro comete um ato considerado grave para a comunidade ele é convidado a se retirar do seu terno ou posição hierárquica, ou então, como já ocorreu outras vezes, o mesmo opta por deixar tal função por iniciativa própria. W.M. relata que nunca aconteceu uma situação em que a diretoria pedisse a retirada de algum membro, após ato grave, e esse se recusasse a sair.

Assim como o Estatuto da Diretoria Plena, manter a harmonia entre os congadeiros é o mais importante para a manutenção tanto da comunidade como da manifestação cultural.

A composição da Comissão também é realizada a partir da hierarquia de distribuição de cargos de presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários e primeiro, segundo tesoureiros. Para estes dois últimos cargos, compete todo o controle fiscal da Associação, com o detalhe que, segundo o artigo onze do Estatuto, não há nenhum tipo de pagamento de tributo aos membros da Comissão, o que garante a aplicação total do superávit da Festa na manutenção dos congados.

A composição das chapas é de responsabilidade do “(...) capitão-mor juntamente com todos os capitães da Comunidade Antônio Martins, o vigário da Paróquia de Nossa Senhora das Dores e a Rainha Perpétua do reinado (...)” (Art. 16, Estatuto da Comissão de Congadeiros da Comunidade Antônio Martins). Diferente do Estatuto da Diretoria Plena, no da comunidade Antônio Martins o

---

<sup>19</sup> Para maiores informações e análise, ver a seção específica sobre ICMS Cultural no capítulo III dessa dissertação, pg. 84.

nome “vigário” é usado ao invés do “pároco”. Essa distinção se dá apenas por uma questão de nomenclatura, pois em Dores do Indaiá o pároco e o vigário são uma única função, já que não existem sacerdotes para cada capela e igreja das comunidades.

Para a composição das chapas para concorrer à diretoria da Comissão, os candidatos devem cumprir os seguintes quesitos (Art. 16, Estatuto da Comissão de Congadeiros da Comunidade Antônio Martins):

- “a) ser católico;
- b) pertencer ao congado ou ter simpatia pela causa dos congadeiros;
- c) não ter vínculo político de quaisquer espécies;
- d) ter disponibilidade para atender aos interesses da comissão.”

Segundo W.M., um dos desejos que ele tem enquanto diretoria é mudar o item “a” de católico para cristão, pois muitos congadeiros que são de Igrejas Pentecostais demonstram apreço pelos congados, apesar de, durante as pesquisas de campo, muitos moradores e congadeiros de Dores do Indaiá terem contado histórias de antigos membros do congado que abandonaram a festa após conversão para outras denominações cristãs.

Já para W.M., existem congadeiros de Igrejas evangélicas que saem no Congado, por compreenderem que isso não é um problema para suas tradições cristãs, assim como há outros que saem de forma “escondida”. Como em todo Brasil, houve o aumento destas Igrejas em Dores do Indaiá, mas devido à magnitude da Festa do Rosário e a importância dada tanto pelos moradores como o poder público local, não há uma tentativa de embate entre Igreja Católica Romana, e os próprios Congados, contra Igrejas de outras denominações por haver a compreensão que a Festa é grande demais para se tentar uma disputa religiosa.

O item “c) não ter vínculo político de quaisquer espécies” é considerado importante para que não se misture o congado com interesses políticos particulares. Na própria comunidade Antônio Martins, um dos ex-presidentes da Comissão, foi eleito vereador e abdicou a cargo de presidente. W.M. informa que alguns congadeiros ainda concordam que pessoas em cargos políticos permanecem em funções hierárquicas dos congados como forma de olhar pela comunidade.

Observo ainda que, conforme o item “b”, é possível pertencer à diretoria da Comissão sem necessariamente ser congadeiro, mas simpatizante da causa, o que não é algo raro. Esses componentes, em geral, são devotos que recebem os grupos em casa, na maioria reis ou rainhas da “coroa grande”, aqueles que dão almoço para mais de um terno ao longo da festa de um mesmo ano.

Ainda com relação aos trâmites eleitorais, conforme o artigo 22 é necessário a presença do pároco para deslacrar a urna de votação e o artigo 24 informa que não há aclamação caso haja apenas uma chapa, esta deve ter 50% dos votos mais um para ser eleita, caso contrário a eleição é remarcada para dali 30 dias.

O artigo 25 destaca a importância da deferência e respeito aos congadeiros mais velhos explicitados em seu texto: “em caso de mais de uma chapa, se houver empate entre dois candidatos ao mesmo cargo, considera-se eleito o mais idoso” (Art. 25, Estatuto da Comissão de Congadeiros da Comunidade Antônio Martins).

Segundo W.M., a escolha do mais velho se dá por dois fatores. O primeiro é a mesma aplicação feita nos concursos públicos, entendendo que o candidato mais velho poderá ter menos tempo ocupando a função.

A segunda é que nos congados, assim como em outras manifestações culturais populares, os membros mais velhos são considerados mais experientes e detentores de memórias e conhecimentos oralmente transmitidos entre diferentes gerações de congadeiros.

Portanto, escolher a chapa com o candidato mais velho é outra forma de garantir a salvaguarda da cultura popular dorense ouvindo as opiniões dos membros mais antigos. Petit e Cruz (2008) apontam que a presença dos mais velhos nas tradições negras é uma forma de perpetuação da conexão dos presentes via seus ancestrais. Para os autores:

“Essa visão da ancestralidade estabelece uma continuidade entre deuses, ancestrais e descendentes, continuidade essa que se manifesta através dos ritos e dos mitos, sempre reiterados mas com lugar para variações (...)” (PETIT; CRUZ, 2008, p.2)

Os membros mais velhos dos congados, além de conhecerem a tradição popular, sabem a relação dos cânticos, seus respectivos passos e cadências do

corpo, memórias de festas passadas e dos antigos congadeiros já falecidos e dos aspectos da história dos negros no Brasil que, por meio da ação das irmandades negras, conseguiram articular Santos Católicos às matrizes culturais e religiosas banto, ainda que diante do cotidiano de opressão.

Atualmente, os ternos de enfeite em Dores do Indaiá são constituídos majoritariamente por jovens e, a depender do reino (bairro) são formados por membros da elite dorense, principalmente pessoas brancas que não possuem os mesmos referenciais míticos da narrativa original do Congado. Sendo assim, os Estatutos sabiamente protegem, em especial, os ternos de origem como forma de salvaguarda.

Quando pensamos em salvaguarda cultural é importante compreender também que essa ação de “salvamento” nasce de um processo de perda, no sentido de que as mudanças históricas tendem a ser destrutivas a valores e instituições ligados a cultura e a tradição.

Gonçalves (1996) aponta que a ideia de autenticidade, buscada pelas políticas culturais, transforma os objetos das políticas em estruturas “autênticas”, que por sua vez se tornam objetos de “desejo”. Há sempre uma tentativa de se refazer e reconstruir algo que já não é mais, portanto, pensar na salvaguarda é sempre o risco de se blindar o objeto cultural com uma “redoma” de políticas que não deixaram com que ele seja verdadeiro, para assim, tentar garantir uma estrutura que ele, na verdade não tem mais.

Quando os ternos, Associações e Comissões, bem como os demais envolvidos nos Congados, buscam sua própria salvaguarda isso permite que tanto a tradição seja modificada conforme atenda suas necessidades como também garanta a manutenção da cultura popular com os parâmetros históricos e culturais que os agentes definem como essenciais para perpetuação das características congadeiras.

## **2.4 – A Rainha Perpétua**

Como vimos nos Estatutos, a Rainha Perpétua desempenha papel fundamental na manutenção das Associações e Comissões de congado.

Encontrei em pesquisa de campo, duas versões explicativas para a presença e prestígio dessa rainha.

Conforme narram os congadeiros, sua personagem seria a própria personificação da Princesa Isabel, responsável pela assinatura da Lei Áurea que decretou em 1888 a abolição da escravidão no país. Outra versão narrativa explica sua presença enquanto representação direta de Nossa Senhora do Rosário. No congado de Dores do Indaiá os papéis desempenhados pela Rainha Perpétua se assemelham aos descritos por Costa (2006), uma vez que essa personagem:

“(...) possui, portanto, uma maior centralidade, justamente por representar N. Sra. Como a santa, ela também é mãe e em momentos rituais deve acolher os congadeiros e os festeiros, oferecendo comida aos primeiros e coroando os últimos. Dessa forma, ela coordena as atividades próprias do domínio doméstico, não invadindo o domínio político, que constituem uma religiosidade popular, não oficial, sem padre e sem igreja” (COSTA, 2006, p. 60).

Importante salientar que as versões e interpretações possíveis sobre a “representatividade” da Rainha Perpétua não é algo fechado, uma vez que existem variações e distintas inflexões em outras festas do congado realizadas em diferentes cidades do Sudeste brasileiro. No caso de Dores do Indaiá, I.C., representa a Princesa Isabel.

Para Vasconcelos (2007), a Rainha Perpétua, bem como todos os outros reis e rainhas, príncipes e princesas, são os principais descendentes dos ancestrais que criaram o Congado e compõe o chamado “reino dos coroados”. A Rainha Perpétua I.C. foi convidada a assumir esse título e função, após ter sido festeira e ter pego uma coroa para pagar promessa. A rainha aceitou o cargo com a condição de passar a trabalhar efetivamente pelos congados. Na época, pouco antes de assumir seu reinado, ela já havia conseguido, junto ao poder público, verba disponibilizada para a compra de instrumentos musicais e tecidos que foram distribuídos aos grupos na praça de Nossa Senhora do Rosário.

Ao longo de seu reinado a Rainha Perpétua I.C. não se preocupou somente com a manutenção dos congados, mas também com a preservação da Festa e o fomento dos ternos de origem. Com o poder público e com os congadeiros ela tem auxiliado, disponibilizando inclusive recursos financeiros

próprios, para a manutenção dos grupos, seja com a compra de fardamento ou instrumentos.

A rainha perpétua I.C., por ser professora aposentada, idealizou e executa junto à Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal o projeto Congada Mirim. Lançando mão de estratégias e metodologias pedagógicas voltadas para crianças de 6 a 10 anos, a rainha perpétua dorense vem se dedicando a transmitir seus conhecimentos sobre a importância dessa tradição.

Por meio desse projeto as crianças, estudantes das escolas da cidade do Ensino Fundamental I, criam seus grupos de congadas mirins, semelhantes aos ternos de origem.

Todos os anos esses ternos compostos por crianças fazem apresentações em frente às suas respectivas residências, assim como fazem parte dos congados originais, participando e aproveitando de momentos de sociabilidade construídos pela própria festa, como do café oferecido no quintal da residência da rainha I.C., que passou a ser anualmente enfeitado com bandeiras estampadas com os santos de todos os ternos da cidade para receber o projeto.

Nessa mesma ocasião as crianças, organizadas em seus respectivos ternos, fazem apresentações das danças de seus grupos e depois realizam a coroação de Nossa Senhora do Rosário.

As crianças dos grupos mirins são inseridas por seus pais nos grupos originais, como pequenos congadeiros ou congadeiros mirins, e com o passar do tempo, inserem-se no cotidiano anual dos grandes ternos, a maioria, para nunca mais deixar.



Figura 22 - Rainha Perpétua I.C.  
Fonte: Ana Paula Araujo, 2019.

Rainha Perpétua I.C. vestida com trajes da Festa chega a Igreja de Nossa Senhora do Rosário para a Missa de Abertura oficial da Festa. Com auxílio de devotos e amigos a Rainha produz duas próprias roupas e adereços, que segunda ela tem “uma cara bem congadeira”.

A Rainha Perpétua I.C. disse em entrevista que, para ela, o importante é preservar a tradição do congado segundo o ponto de vista da história dos negros no Brasil. A rainha contou a importância em falar sobre a história dos congados não apenas para as crianças, mas também aos novos membros dos ternos de origem e ternos novos, narrando também sobre o mito de origem do congado como a versão histórica de suas origens dentro das senzalas e quilombos.

A manutenção das tradições dos congados depende do próprio exercício de negociação em diferentes esferas e instâncias, demonstração do prestígio, pompa e poder próprios ao papel da rainha perpétua já que, segundo as versões orais e o próprio Estatuto do congado do município, para a tradição dos

congadeiros ela é o personagem central da festa, após somente dos santos padroeiros do congado.

A partir das bênçãos da rainha perpétua é que se garante o cumprimento das regras necessárias a construção do ritual da Festa do Rosário. A rainha perpétua I.C. não só participa como peça da mais alta importância na dinâmica congadeira, mas também está preocupada com a manutenção e continuidade da Festa de Dores.

Carvalho, Lopes e Resinentti (2017), discutem a importância de ações pedagógicas que dêem visibilidade às expressões culturais por meio de estudo, realizado na cidade do Rio de Janeiro, sobre educação museal, cujo objetivo estava centrado em aproximar crianças, em idade escolar básica, de espaços de museus dedicados à cultura tradicional, ação esta que auxilia e promove o reconhecimento pertencimento à cidade. Brandão ressalta que a “cultura do folclore não é apenas culturalmente viva. Ela é também politicamente ativa” (BRANDÃO, 2006, p. 40-41).

A atuação da Rainha Perpétua na festa acontece em decorrência e reconhecimento de seu prestígio diante da hierarquia do grupo e é pautada no exercício de poder, portanto, na ação política que visa garantir a continuidade das tradições congadeiras dorenses pelo aprendizado, seja ele dos dançadores e/ou das crianças que assim podem se apropriar dessa cultura.

Especificamente o projeto Congada Mirim permite que crianças possam escolher participar (ou não) da festa oferecendo vivências formativas promovidas sobre o congado junto ao ensino fundamental de escolas de Dores do Indaiá, em conformidade com o Artigo 26A da LDB que trata da obrigatoriedade do ensino da cultura e história africana, afro-brasileira e indígena nas escolas.

Até o momento apresentei ao leitor as estruturas micropolíticas existentes entre os congadores de Dores do Indaiá que garantem que a Festa de Nossa Senhora do Rosário seja feita com e pelos participantes dos ternos, sobretudo os ternos de origem.

A institucionalização das Associações e Comissões, Geral e das Comunidades permite que decisões sejam tomadas de forma democrática, tendendo a respeitar o direito de fala e privilegiando a escolha dos mais velhos para as diretorias, garantindo assim a transmissão e manutenção dos saberes



ancestrais transmitidos entre gerações de maneira, principalmente de forma oral, como faziam no passado as pessoas escravizadas, participantes das irmandades negras.

A Rainha Perpétua também desempenha importante papel de manutenção da festa, sendo ela própria uma peça chave da existência do congado, que atua com preocupação e zelo para manter viva a história de sua festa, seja pela própria ação dos congadeiros, seja por meio do Projeto Congada Mirim.

A seguir trataremos especificamente do cotejamento das políticas culturais e da análise das micropolíticas da Festa do Congado de Dores de Indaiá segundo critério de efetividade e reprodutibilidade.

## CAPÍTULO III - A EFETIVIDADE DA MICROPOLÍTICA DE CULTURA POPULAR

*“Em Dores do Indaiá se respira três coisas:  
Ar, fé a Virgem do Rusário e Congado!”  
Declaração da devota E.M.*

Esse capítulo será dedicado a discussão, a partir do estudo de caso dos congados de Dores do Indaiá, das ações micropolíticas desenvolvidas por congadeiros questionando sua efetividade para a sua manutenção e salvaguarda desse patrimônio cultural de natureza imaterial.

Como não é possível discutir a efetividade das micropolíticas de grupos de cultura popular sem debater antes o histórico e a conjuntura das políticas culturais brasileiras, bem como, o seu conceito, passo inicialmente a descrever a construção dessas para, a seguir, tratar do ICMS de Patrimônio Cultural, enquanto critério de pontuação fixa para os bens materiais e imateriais que atua de forma direta na gestão da salvaguarda cultural, dando especial atenção ao caso do congado de Dores do Indaiá, os recursos advindos e repassados na manutenção dos grupos, Associações e Comissões dos cinco reinos.

### **3.1 – Por que falar em Políticas Culturais?**

O autor David Lowenthal (2010) fala sobre o desejo da humanidade em acessar o tempo, sobretudo o passado, local considerado ideal em um recorte específico temporal para cada pessoa, onde ela viveu ou poderia ter vivido um momento perfeito.

O autor, como justificativa de seu tema, debate principalmente sobre a nostalgia, que para ele, atualmente, mostra em diversos momentos o como a sociedade contemporânea é saudosa. Um dos exemplos usados pelo autor são as festas de anos 60 e 70, que possuem até clubes e eventos para reviver estes momentos.

Para Lowenthal, a nostalgia é a principal justificativa para o desejo do retorno no tempo. Nesse mesmo sentido, Alfred Gell (2014), afirma que a vivência de tempo de cada cultura é também uma vivência de memória e o desejo de

acessar o tempo é o desejo de se reviver memórias estruturantes para o que somos hoje.

É importante nesse trabalho compreender a importância da narrativa tradicional presente na memória tanto dos congadeiros como dos devotos. Em minhas pesquisas encontro em muitas entrevistas pessoas que receberam, ou que tiveram algum tipo de relação com os ternos de congado, as falas saudosas de como eram as danças, os cantos e as apresentações desses grupos e todo um emaranhado de histórias que estão entremeados as vivências congadeiras.

Muitas pessoas têm saudades dos grupos não mais existentes em Dores do Indaiá, como o terno de Antônio Martins. É possível encontrar muitos moradores antigos que contam suas histórias de infância sobre o antigo grupo, os suntuosos penachos de seus soldados e o jeito único do capitão de liderar seu congado.

Certamente alguns desses momentos seriam considerados para eles ideais, perfeitos, o onde viveram este momento gostoso de uma antiga Dores do Indaiá. Momentos imbricados das relações, não somente com os grupos culturais populares, mas também com as questões familiares, tradicionais, religiosas, entre outras. Este tempo-memória possui elementos distintos que precisam se manter vivos no tempo cotidiano para cumprir um dever de perpetuar vivas as tradições.

Para o autor Pierre Nora (1997), esta memória que deve ser preservada é a Memória Dever. É aquela que deve ser guardada, já que a memória do que é tradicional tem sumido, ao analisar todas essas crenças específicas dos grupos de congados, que pouco são encontradas hoje em dia no meio urbano, vemos a necessidade da preservação dessa memória estruturante de uma tradição rica, como uma forma de conhecimento do que foram os antigos congados de algumas décadas ou séculos atrás e também para que as pessoas mais jovens conheçam a tradição como ela foi feita inicialmente no seu município. Assim, possam através do desejo próprio, resgatá-la, conforme apresentado por Nora, a Memória Dever é esta que deve ser preservada e exibida a população como um “resgate”.

Baseado em Stuart Hall (2001), podemos perceber que os congados enfrentam sérios desafios em relação a sua identidade. A partir da transferência do meio rural para o urbano, na sociedade pós-moderna, e com o avanço da

comunicação e da tecnologia, as identidades se misturam, sejam elas nacionais ou sejam elas identidades características de outros locais do mundo.

Os grupos culturais populares são cada vez mais obrigados a deixar determinados rituais de lado para se adaptar e continuar existindo nos grandes centros urbanos.

No caso dos congados podemos retomar o exemplo dos cortejos. Antigamente os grupos faziam grandes caminhadas, principalmente no meio rural. Indo de uma fazenda a outra. Algumas vezes levando quase um dia para terminar tal peregrinação. Hoje está tradição é raramente encontrada.

Em geral, os grupos se locomovem dentro dos próprios bairros de origem até o local onde será realizada apresentação, deixando para trás parte importante da história mítica, que foi justamente a peregrinação dos negros até o local onde se encontrava a imagem de Nossa Senhora. Ao conversar com alguns capitães percebe-se que sentem falta dessa caminhada, por perceber que ela traz uma reflexão religiosa muito importante para os grupos.

Outros elementos que se perdem, principalmente com o nascimento de novos grupos, são as vestimentas e cantos, hoje adaptadas para canções populares e influenciadas por roupas de outras tradições, como o caso da roupa de modelo pampa gaúcho. Novamente retomo a importância das temáticas trabalhadas por Pierre Nora (1997) e David Lowenthal (2010) da necessidade da preservação da memória, lembrada com nostalgia não só por devotos, mas também os congadeiros.

Diante de todos esses desafios, principalmente da crescente perda de muitas tradições nos cenários urbanos, torna-se necessário a salvaguarda de grupos culturais populares, seja nas esferas federais, estaduais ou municipais. Principalmente a última, pois é o município que tem maior acesso ao grupo local e que pode conhecer a fundo suas demandas.

Neste sentido, Teixeira Coelho (2016) em entrevista concedida à BBC Brasil, afirma que existe lógica defender que a esfera municipal deva cuidar e estar preocupada com a cultura. Tais demandas dos grupos culturais populares até podem ser encaminhadas a órgãos estaduais, como, por exemplo, no estado de Minas Gerais, ao IEPHA, entretanto este seria um processo moroso, pois um órgão estadual teria que estudar a viabilidade de auxílio e de salvaguarda de um

único grupo local diante de outras demandas do estado todo. Graças a leis como a Robin Hood este diálogo município-estado pode ser mais estreito.

Nos municípios, as instâncias públicas de cultura têm a possibilidade de agir de forma mais direta e rápida. Entra neste meio outros desafios que os grupos enfrentam.

O da vontade política dos entes públicos municipais. Infelizmente a influência da comunicação e da tecnologia nas identidades locais, conforme apontado por Stuart Hall (2001), levam muitos gestores de cultura a dedicar-se a outros tipos de cultura de mercado, como grandes shows, festivais e outras atividades que chamam mais atenção da grande mídia e que darão mais “prestígio” imediato para o trabalho do poder público.

Como o autor Marcos Aurélio Souza (2008) trabalha em seu artigo publicado na *Le Monde Diplomatique Brasil* intitulado, “Lia de Itamaracá não conta no PIB”, problematizando como essas demandas econômicas não consideram os grupos culturais tradicionais.

Ao falar do grande espetáculo da cantora de ciranda em São Paulo, problematiza o como seu show, que desperta tanto o público para uma cultura popular tradicional tão rica, não pode ser considerada de alguma forma no mercado como um produto brasileiro, um produto de identidade, portanto, um produto que gera retorno econômico. Na esfera municipal, vemos que o mesmo acontece com os grupos culturais locais.

Eles possuem uma forte identidade nas cidades. Em Dores do Indaiá, por exemplo, muitas pessoas que recordam os congados sabem que ele é uma das marcas da população, assim como a Folia de Reis é para o morador de Muquies, os Jaraguás para o morador de Anchieta-ES, o Jongo para o morador de Quissamã-RJ, a Capoeira é para o soteropolitano, etc.

Mesmo assim, para o poder público local, esse tipo de manifestação muitas vezes “não tem retorno financeiro” e “não é um bom investimento”, como já ouvi dos gestores locais das cidades pesquisadas algumas vezes. “Investir em cultura não dá dinheiro e não leva a nada”<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Fala de um gestor público municipal de cultura de uma das cidades pesquisadas.

Muitos mestres de cultura popular recorrem aos poderes públicos municipais, solicitando apoio financeiro. Os gestores de muitas cidades pouco investem nestas manifestações culturais populares.

Na maioria das vezes, as secretarias, ou, coordenadorias de cultura, auxiliam com pouco recurso, sendo então que os próprios grupos culturais populares precisam completar os recursos de deslocamento, alimentação, materiais, instrumentos, etc, caso queiram participar.

Isso sem contar alguns municípios que nem sequer auxiliam para a participação de festivais ou apresentações e, muito menos, reconhecem a importância dos grupos, realizando atividades culturais no próprio município.

Como exemplo, cito o caso da Folia de Reis da cidade de Arraial do Cabo, a única sobrevivente de um legado de muitos grupos. Seu mestre, N.S., com mais de 80 anos, visita anualmente os gestores públicos de cultura para solicitar auxílio a sua Folia de Reis para participar do Festival Anual de Folia de Reis de Itaiva-RJ.

Grande encontro de folias no norte fluminense que mantém viva a tradição na região norte do estado e congrega prestígio as folias participantes. No ano de 2017 a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo auxiliou a Folia de Reis de N.S. com R\$500,00, sendo seu gasto, somente com transporte, de R\$2mil. Essa forma de cultura é a chamada “cultura pop”, que segundo Giddens, é uma “cultura criada para dar audiências”, então, uma cultura puramente de mercado (GIDDENS apud KHUMTHUKTHIT, 2010, p.59).

Essa fraca relação de auxílio a manutenção e salvaguarda destes grupos culturais tradicionais nos municípios acaba por favorecer o desaparecimento dos mesmos. Tornam-se apenas histórias. Para os poderes públicos isto é considerado bom, pois é mais fácil a manutenção da história do município do que dos grupos vivos.

O que se tornou história pode ser contada de formas mais simples, muitas vezes com um banner em algum espaço cultural ou a menção em um documento. No norte Fluminense, muitas cidades já entraram nessas estatísticas, como Quissamã, Campos dos Goytacazes, Dolores de Macabu, Carapebus, Cachoeiro do Macacu e São João da Barra<sup>21</sup>, isso sem contar os municípios onde haviam,

---

<sup>21</sup> Esses dados foram levantados durante minhas pesquisas de graduação e especialização, entre os anos de 2011 a 2016.

até alguns anos atrás, muitos grupos culturais populares específicos e hoje os números reduziram a dois ou até um.

Não podemos esquecer também a importância dos gestores públicos de cultural terem capacidade técnica para trabalhar nesta área. São escassos os Secretários ou Coordenadores que possuem em seu currículo e experiência com equipamentos de cultura, políticas culturais, ou, sequer alguma formação no tema. Alguns têm experiência de sucessivas gestões públicas a frente da mesma pasta, o que não significa compreendê-la como se faz necessário.

### **3.2 – Políticas Culturais Hoje**

A Declaração do México (1985), escrita após a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, pela UNESCO, aponta que as essas políticas têm o dever de serem democráticas e correlacionadas a Declaração Universal dos Direitos Humanos. É importante que governos do mundo todo cooperem para a preservação de suas culturas originárias, como a língua, e para isso são necessários investimentos em educação cultural, políticas e incentivos, sejam eles financeiros – que são imprescindíveis – ou de outros tipos.

Existe atualmente uma rica produção sobre o cenário das políticas culturais brasileiras (RUBIM, 2007; 2011; BARBALHO, 2007; CALABRE, 2009; CURY, 2002; BARBOSA, 2008; SILVA, 2014). Este trabalho não irá esgotar estas leituras, mas sim, realizar um caminho histórico no qual seja possível compreender, qual a realidade atual destas políticas no Brasil do sec. XXI.

A primeira proposta governamental de política cultural brasileira foi a criação do Departamento de Cultural e Recreação, o que seria uma primeira Secretaria de Cultural, na cidade de São Paulo, chefiada por Mario de Andrade (CALABRE, 2009).

Mesmo sendo uma experiência municipal, Mario de Andrade utiliza o departamento para desenvolver suas ricas pesquisas com os grupos culturais populares do Brasil, sobretudo nas regiões norte e nordeste, realizando um levantamento musical gravado em áudio e vídeo que atualmente são fontes primordiais de pesquisas em folclore, principalmente por um acervo de

---

manifestações não mais existentes. O trabalho, do chamado “folclorista”, é de institucionalizar as manifestações de cultura popular, aproximando-as do Estado (CHAUI, 2007).

Mesmo o projeto de Mario de Andrade sendo uma primeira revelação dos muitos brasis existentes, a era Vargas até o período da ditadura militar ainda mostra uma identidade de Brasil mestiço, mas não plural. Essa forma de ver a cultura brasileira só irá mudar na era Lula, como veremos adiante (BARBALHO, 2007).

Outros folcloristas realizavam levantamento de pesquisa semelhante ao modelo andradiano, mas somente Mario transformou um departamento municipal no que hoje seria o trabalho realizado por um Ministério ou um instituto como o IPHAN. Ainda na década de 30, Getúlio Vargas institui o Ministério da Educação e Saúde, onde em 1934, Gustavo Capanema assume o setor e inicia de forma esporádica ações voltadas a cultura do país (RUBIM, 2011).

Capanema solicita então a ajuda de Mario de Andrade para criar um setor dentro do Ministério da Educação que fosse voltado o trabalho com o Patrimônio Cultural, e principalmente histórico. Em 1937 é inaugurado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.

Este departamento passa a concentrar toda a responsabilidade pelas políticas de cultura, que na época eram sempre voltadas as políticas patrimoniais, com os tombamentos, preocupados principalmente em preservar objetos, locais, arquiteturas e obras do período colonial que já passavam a ser esquecidas com os adventos da modernidade. Neste momento as questões culturais tomam maior importância, contudo, ainda com inexpressivos aportes financeiros (CALABRE, 2009).

No período do Estado Novo quando se fala em cultura como bem de mercado, na visão do Estado, o tema é tratado como um “mercado simbólico”, como foi tratado nas décadas anteriores o rádio (ORTIZ, 1988).

Este modelo de política cultural permanece até a década de 80, conquistando no governo José Sarney o primeiro Ministério da Cultura (1985-1988).

Talvez o maior marco das políticas culturais nesta gestão foi a promulgação da Lei nº7.505, conhecida como Lei Sarney, a qual concedia concessões fiscais



no imposto de renda para pessoas ou empresas que financiassem ações no campo cultural, trazendo assim o olhar de que o Estado não era o responsável primeiro por incentivar o fazer cultura, visão que até hoje são luz para a leis de incentivos culturais (RUBIM, 2011).

O início dos anos 90 são marcados pelo primeiro retrocesso as políticas para cultura. Já no governo Fernando Collor de Mello o Ministério é extinto e com eles todas as entidades voltadas para a temática cultural, dando lugar a uma Secretaria de Cultura com o objetivo de preservar a identidade brasileira e fomentar a criatividade artística (1990-1992). Além do Ministério a Lei Sarney também foi dissolvida (CALABRE, 2009; RUBIM, 2011; SILVA, 2014).

Mas apesar do objetivo “atrativo”, a criação da Secretaria foi seguida de novo corte orçamentário, já pequeno nas décadas anteriores, o que trouxe a pasta pela primeira vez um modelo neoliberal de cultura, com a perspectiva de que o fazer cultura fosse algo rentável e, ainda, não de responsabilidade primária do Estado. (SILVA, 2014).

Essa foi a ideia da dissolução da Lei Sarney, que foi atualizada até sua republicação e também para a criação de políticas estaduais de incentivo à cultura. Para Rubim “estes governos ajudaram a consolidar no imaginário brasileiro de que o Estado não deveria ser o responsável direto pelo financiamento da cultura” (RUBIM apud SILVA, 2014, p. 202).

Este modelo segue ainda no período Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), que além do investimento em redução fiscal também se dedicou, ainda em um modelo neoliberal, a convencer a iniciativa privada a utilizar os meios de cultura como marketing e propaganda de suas empresas. Neste período vemos muitas propagandas, televisivas, impressas ou nos já muito acessados na época, sites de internet, de empresas associadas a grupos culturais tradicionais (CURRY, 2002).

Para Barbosa, o grande problema destas leis de incentivo da época é que a escolha dos agentes de cultura a ser financiados era de livre escolha das empresas, o que ainda concentrava os incentivos nos grandes centros urbanos, principalmente da região sudeste, o que também limitava o controle do Estado (BARBOSA, 2008).

Reconhecidamente o marco mais significativo de mudanças das políticas culturais no Brasil começaram a partir da primeira gestão do governo Lula, sobretudo quando Gilberto Gil é o Ministro responsável pela pasta.

O Ministério da Cultura retorna com outras secretárias específicas, como Políticas Culturais, Fomento à Cultura, Projetos Culturais, Audiovisual e Diversidade Cultural. As pautas do novo Ministério eram a reinserção da cultura na agenda política da atual gestão, o diálogo plural, democrático e a retirada da cultura apenas da cena das grandes metrópoles, levando as ações para o interior. Internamente e nos setores públicos investidores de cultura passam a ser usados editais, para tornar as decisões de financiamento mais heterogêneas e democráticas.

A partir destas mudanças de diretrizes as demais esferas públicas também começam a mudar. Nos primeiros anos da década de 2000 muitos municípios criam suas Secretarias de Culturas. Institutos e autarquias de cultura são criadas e novos agentes públicos se capacitam para as demandas locais em cultura.

Para isso foi preciso mudanças nas agendas políticas compreendendo a cultura como tema transversal. Diversas ações foram realizadas junto a educação, principalmente nos diálogos interdisciplinares de educação patrimonial, museal e tradicional (CHAUÍ, 2006; CALABRE, 2009; SILVA, 2012).

Em 2004 talvez seja o ano de uma das melhores ações deste período, que foi a criação do Programa Cultura Viva. O Programa dispõe de um arcabouço de ações: Pontos de Cultura, Agentes de Cultura Viva, Cultura Digital, Escola Viva e Mestres dos Saberes.

O principal objetivo de todas essas ações eram formas de aproximar Estado e sociedade no fazer cultural, sobretudo de mestre da cultura tradicional. Todas as formas de construção das ações culturais ainda são feitas via edital, mantendo a democracia e participação popular (CALABRE, 2009; SILVA, 2014).

Mesmo ainda dependente das leis de incentivo, o grande diferencial agora é a acessibilidade do público, principalmente dos grupos de cultura popular do interior (SILVA, 2011).

Os Pontos de Cultura talvez tenham sido a ação mais eficaz no que diz respeito a distribuição de recursos por diferentes atores em diferentes locais do país, mas é fundamental ressaltar que ainda não havia recurso disponível para a

quantidade de concorrentes, sendo assim ainda um espaço de disputa, mas agora mais democrático (TURINO, 2010; SILVA, 2014).

Entre as principais mudanças, é importante também citar os Conselhos de Cultura. Através dos conselhos há uma porta de entrada para a participação democrática dos grupos de cultura popular nas decisões. (TURINO, 2010; CALABRE, 2014). Dores do Indaiá atualmente possui dois: o Conselho Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Histórico. Os dois possuem participação do poder público e da sociedade civil de forma igualitária.

Em 2005 as ações do Ministério volta-se a construção do primeiro Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura, que visava evitar as sobreposições de políticas e leis culturais no território. Ainda neste ano é realizado a I Conferência Nacional de Cultura, com encontros preliminares nos municípios e estados onde são feitas propostas que, com as propostas da Conferência Nacional, subsidiam o Plano Nacional de Cultura. (CALABRE, 2008; TURINO, 2010; SILVA, 2014). Todos esses foram importantes passos para finalmente criar no país a tão esperada democratização cultural (CHAUÍ, 2006; SILVA, 2014).

Durante o período Michel Temer o status do Ministério da Cultura ainda não é alterado e ainda vivia os debates da gestão Dilma Rousseff que em 2015 criava o Plano Nacional de Artes – PNA, que tinha como principal objetivo diagnosticar o cenário das políticas culturais e propor novas políticas, mesmo que com baixa participação da sociedade civil. Mesmo assim, é claro que a forma de se tratar a pasta da cultura neste governo volta a ser neoliberal e tenta entregar o máximo possível a iniciativa privada.

Atualmente, em 2019-2020, vivemos um novo período de retrocessos nas políticas culturais. A partir do governo Jair Bolsonaro um novo viés ideológico toma espaço no governo federal, desta vez somente a perspectiva neoliberal com o ultraconservadorismo religioso.

No seu primeiro ano de gestão o Ministério da Cultura é extinto sob a justificativa de utilização dos recursos com outras políticas públicas, retornando a cultura para o grupo de políticas consideradas “não fundamentais e não importantes”.

As políticas de incentivo são transferidas para o Ministério da Cidadania, em um novo formato de controle conforme o viés ideológico governamental. Todo esse processo começa com cortes orçamentários e de pessoas, ainda durante os governos Dilma Rousseff e, com mais intensidade, no governo Michel Temer (MOTA; MOREIRA, 2019). O governo Jair Bolsonaro é como a pá de cal jogada sobre o caixão das políticas de cultura.

### **3.2 - O ICMS de Patrimônio Cultural**

Os municípios mineiros possuem incentivos fiscais provindos do governo estadual que são repassados mensalmente. Esses recursos compõem a chamada Lei Robin Hood, cujo nome faz alusão ao conhecido personagem de conto de fadas que roubava dos ricos para dar aos pobres.

A lei nasce da Constituição Federal de 1988, a partir do artigo 158, que estabelece as regras da distribuição do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e de 10% dos Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) entre os municípios e estados. Do valor arrecado, 25% devem ser encaminhados aos municípios (inciso IV), devendo ser repassado no mínimo, três quartos, e, o restante, como dispuser lei estadual.

Em Minas Gerais, se estabeleceu no Decreto-Lei nº 32.771, de julho de 1991, que a distribuição da cota-parte do ICMS dos municípios observa três critérios chaves: o Valor Adicionado Fiscal, Municípios Mineradores e Compensação Financeira por Desmembramento de Distrito. Com algum tempo, a distribuição do ICMS realizada com base nestes critérios mostrou um alto grau de concentração de recursos nos municípios mais desenvolvidos e com economias mais ativas.

Diante deste cenário, pouco favorável para os municípios mais pobres e que apresentam atividade econômica inexpressiva, foi publicada em 28 de dezembro de 1995 a Lei nº 12.040, também chamada de Lei Robin Hood.

Esta apontava novos critérios para a distribuição da cota-parte do ICMS dos municípios, visando desconcentrar renda e transferir recursos para regiões mais pobres; incentivar a aplicação de recursos municipais nas áreas sociais; induzir os

municípios a aumentarem sua arrecadação e a utilizarem com mais eficiência os recursos arrecadados, e, por fim, criar uma parceria entre estado e municípios, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população destas regiões.

Em dezembro de 1996 foi publicada a Lei nº 12.428 que alterou a lei anterior, melhorando a participação dos critérios: “Área Geográfica, População, População dos 50 mais Populosos, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Produção de Alimentos e Receita Própria” (Lei nº12.428, 1996).

Essa lei ainda sofreu outras alterações, porém, nenhuma delas que impactasse o objetivo da análise deste trabalho que está focado no ICMS de Patrimônio Cultural. Também não é objetivo deste trabalho centrar-se na análise pura sobre a Lei Robin Hood e seus benefícios para os municípios mineiros, mas sim, mostrar como o recurso usado pelos congados chega a Dores do Indaiá e sua importância para a manutenção da Festa de Nossa Senhora do Rosário.

Atualmente a Fundação João Pinheiro, instituição de pesquisa fundada em 1969 e vinculada a Secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, que tem como características:

“(…) a contínua inovação na produção de estatísticas e na criação de indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais”, gerando os indicadores necessários para que o Estado realize a distribuição dos recursos do ICMS aos municípios (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2019).

O Instituto ainda presta serviço a federação e municípios, além de empresas e organizações privadas, como universidades e outros institutos de pesquisa<sup>22</sup>. Em relação ao Patrimônio Cultural, o objetivo da Fundação João Pinheiro é “Estimular a preservação das obras, paisagens e conjuntos arquitetônicos importantes para a memória do município”, sendo sua periodicidade anual e a fonte de dados o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artísticos – IEPHA (BIONDINI, 2009, p. 22).

Ainda segundo definição do Conselho Estadual de Patrimônio Cultural – CONEP – é indicado que os municípios possuam Conselhos Municipais de

---

<sup>22</sup> Estatuto da Fundação João Pinheiro <  
<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47214&comp=&ano=2017>>

Patrimônio Cultural, que são responsáveis pela gestão participativa dos recursos encaminhados via Lei Robin Hood para Patrimônio Cultural<sup>23</sup>.

Dores do Indaiá, assim como outras cidades mineiras, recebe o ICMS de Patrimônio Cultural devido a seus bens arquitetônicos históricos tombados como a antiga estação de trem, hoje Centro Cultural.

Além disso, segundo critérios do IEPHA, a salvaguarda dos bens protegidos pelo município, como o caso dos congados de Dores do Indaiá, também constitui fonte de pontuação do ICMS de Patrimônio Cultural, desde que sejam comprovadas suas ações de manutenção cultural.

As regras a serem seguidas correspondem a Normativa nº20/2018 do CONEP, que divide tais normas em três quadros e cada um deles em suas subdivisões, a saber:

“Quadro I – GESTÃO

- A) Política Municipal de Proteção ao Patrimônio e Outras Ações
- B) Investimentos e Despesas Financeiras em Bens Culturais Protegidos

Quadro II – PROTEÇÃO

- A) Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural
- B) Processos de Tombamento de Bens Materiais, na esfera municipal
- C) Processos de Registro de Bens Imateriais, na esfera municipal

Quadro III – SALVAGUARDA E PROMOÇÃO

- A) Laudos técnicos do Estado de Conservação dos Bens Materiais Protegidos, na esfera municipal
- B) Relatórios de Implementação das Ações e Execução do Plano de Salvaguarda dos Bens Protegidos por Registro, na esfera municipal
- C) Programas de Educação para o Patrimônio, nas diversas Áreas de Desenvolvimento
- D) Difusão do Patrimônio Cultural”

Segundo dados da Fundação João Pinheiro, no ano de 2018 o repasse de verbas a Dores do Indaiá para Patrimônio Cultural foi de R\$ 282.039,35, sendo o repasse mensal entre R\$ 14mil, no mês de novembro, a R\$ 28mil, no mês de janeiro<sup>24</sup>. Em 2019, o município recebeu o valor total parcial<sup>25</sup> de R\$ 156.733,31,

<sup>23</sup> Dados disponíveis em <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/icms-patrimonio-cultural>> acessado em 12 de junho de 2019, as 03h40.

<sup>24</sup> Dados disponíveis em <[http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/transferencias/index.php?option=com\\_jumi&fileid=17](http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/transferencias/index.php?option=com_jumi&fileid=17)> acessado em 23 de abril de 2019, as 23h45.

<sup>25</sup> Até a data de conclusão deste trabalho, não foram disponibilizados no sítio da Fundação João Pinheiro os dados referentes aos meses de novembro e dezembro de 2019.

sendo a arrecadação entre R\$ 11 mil no mês de janeiro e R\$ 19 mil no mês de outubro<sup>26</sup>.

Segundo a Secretaria Municipal de Cultura, este recurso é dividido de forma igualitária entre as Associações dos cinco reinos que, por sua vez, administram o recurso conforme seus Estatutos. Em geral, cada Associação comunitária de congadeiros faz a divisão conforme quantidade de ternos existentes no reino. Na Comissão dos Congados da Comunidade Antônio Martins a divisão é feita de um recurso total de R\$10.000, sendo distribuídos R\$1.500 para cada terno e outros R\$4.000 usados para a manutenção logística da comunidade.

Para Botelho (2006), as mudanças nas regras de pontuação do Patrimônio Cultural têm se aproximado do patrimônio imaterial, porém ainda está a quem do ideal e da fuga do modelo tradicional voltado apenas ao tombamento. O autor ainda ressalta que há uma diferença para a proposta construída pelo IPHAN, para o autor:

“Se, para o caso brasileiro, o IPHAN construiu uma argumentação baseada na necessidade de se preservar a memória da nação e de seu povo, este discurso parece não mais funcionar. Agora, torna-se necessário dar um sentido pragmático à preservação, donde se recorre a um apelo ao futuro e não mais ao passado. Em outras palavras, não é uma identidade construída com recurso ao passado que justifica a construção de um patrimônio cultural, mas uma identidade construída com recurso às necessidades comuns de sobrevivência em um mundo que é visto com uma qualidade de vida em rápida deterioração.” (BOTELHO, 2006, p. 487)

Para Rangel (2008) a Lei Hobin Hood é uma referência como política cultural de salvaguarda de patrimônio cultural no país. A autora reconhece que são necessárias mudanças para o avanço da lei, porém não se pode cair na falácia da revogação como proposta de construção de outro projeto de lei, argumento amplamente usado por governos liberais, como o que vivenciamos atualmente.

---

<sup>26</sup> Dados disponíveis em < [http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/transferencias/index.php?option=com\\_jumi&fileid=17](http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/transferencias/index.php?option=com_jumi&fileid=17)> acessado em 03 de janeiro de 2020, as 10h32.

### 3.3 – Efetividade e Eficácia em políticas sociais culturais – Por que abordar e avaliar?

A avaliação de políticas públicas é necessária para o planejamento e verificação dos resultados das políticas de desenvolvimento, indicando custos, benefícios, consequências, impacto, e avanços ou retrocessos das políticas, de forma a tentar garantir melhores implementações nas próximas políticas públicas. (TAVARES, 2005).

Arretche (1999) diz que avaliar uma política pública é verificar toda a engenharia institucional construída para que uma ação conquiste o resultado esperado (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Ainda é preciso ressaltar, conforme aponta Faria (2005), que a avaliação de Políticas Públicas é também um instrumento de transparência na aplicação de recursos. Para Borges (2014):

“A avaliação de políticas públicas permite analisar o padrão de desenvolvimento que está sendo implantado, como vem sendo beneficiada a população-alvo, e se estão sendo alcançados os objetivos da política pública, apresentando informações relevantes sobre como está sendo seu processo de implementação” (BORGES, 2014, p. 18).

Para o autor, cada vez mais nos estados democráticos se aprimoram as ferramentas de avaliação, levando-se em conta os orçamentos cada vez mais baixos *versus* as demandas sociais cada vez mais gritantes, fruto do acirramento do mercado capitalista.

Borges (2014) ressalta ainda que a administração pública brasileira tem por costume realizar a avaliação *ex-ante*, na tentativa de antever os possíveis resultados das políticas, o que muitas vezes acaba por não possibilitar a construção de ações melhoradas.

Todas as políticas são avaliadas, conforme indica o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU), em três pontos: Eficácia, Eficiência e Efetividade, o famoso 3 E's. Esses pontos constroem parâmetros mínimos de mensuração dos objetivos, resultados alcançados, previsões e correções que devem ser feitas na política (BRASIL, 2010).

Segundos os manuais do TCU e CGU, eficiência em políticas públicas é a realização do máximo possível do objetivo usando o menor percentual de recursos. A eficácia é basicamente conseguir conquistar o objetivo que foi



proposto ao se desenhar a política e a efetividade é a capacidade de transformar o meio a partir do alcance do objetivo proposto pela política pública (ANTICO; JANNUZZI, 2008).

Para Sano e Montenegro Filho (2013), se os agentes públicos não estiverem verdadeiramente preocupados com os 3 E's não será possível conseguir impactos positivos nas políticas públicas. Além disso, buscar eficiência, eficácia e efetividade é a única forma de tornar as ações governamentais sustentáveis, mesmo que a partir dos sujeitos da ação. Atualmente, todas as leis orçamentárias brasileiras, incluindo os Planos Plurianuais - PPA, estão baseados nas premissas dos 3 E's, apesar do PPA de 2012-2015 excluir a eficácia (BORGES, 2014).

Sendo assim, este trabalho não irá considerar a avaliação da eficiência, compreendendo que para a análise de micropolíticas de grupos culturais populares não é primordial para a salvaguarda dos grupos utilizar seu recurso de maneira a obter mais bens, mas sim, garantir que as ações tradicionais acontecerão conforme a previsão e necessidades dos próprios congadeiros, enquanto principais agentes envolvidos.

Compreendemos que o poder público, no caso do município de Dores do Indaiá, tem o dever de criar políticas eficientes, porém, neste estudo de caso o recurso tratado é o ICMS de Patrimônio Cultural distribuído entre os próprios ternos para que eles mesmos coloquem ações em prática, e, estes recursos sejam totalmente investidos na manutenção dos ternos, por conseguinte, do próprio congado.

A eficácia é compreendida, segundo o manual do TCU, como a capacidade de atingir o objetivo ao qual a política se propôs, com base em metas pré-estabelecidas. Essas metas podem não ser alcançadas, mas é no processo de avaliação que elas serão repensadas de forma a garantir suas conquistas em uma próxima vez (BRASIL, 2010).

Tavares (2005) aponta que o gestor deve se preocupar em realizar uma avaliação baseada em elementos palpáveis e confiáveis, para que os diagnósticos das políticas públicas mostrem se elas realmente estão sendo eficazes ou não.

Já a Efetividade deve ser medida se, com eficácia, os objetivos forem alcançados de forma a modificar a realidade local para melhor. Para Arretche

(1999) Borge (2014), é preciso que a política pública incida e melhore a vida da população ou dos agentes beneficiados, sendo que toda ação política deve ser construída com essa intensão, caso contrário ela não passa de falácia.

Para o TCU, a efetividade é uma relação de impactos observados (já existente no local a ser implementado) *versus* impactos esperados (os objetivos que se pretende com a política pública), sendo que esses resultados devem ser analisados a curto, médio e, principalmente, longo prazo (BRASIL, 2010).

Borges (2014) enfatiza ainda que no momento da avaliação deve-se observar se a mudança local está realmente acontecendo em decorrência daquela política pública ou por ação de outros agentes externos.

Para esta pesquisa as principais fontes de medida a serem adotadas para as micropolíticas dos congadeiros são a efetividade e a eficiência. Mesmo que para realizar a Festa do Rosário as comunidades usem recursos financeiros provindos das posses das Associações e Comissões e das verbas repassadas via ICMS Cultural vale ressaltar que congadeiros, capitães, reis, rainhas, devotos e festeiros não constroem anualmente o congado visando angariar lucros.

Esses recursos provenientes do ICMS Cultural são usados apenas para cobrir os custos relativos à produção da festa e, como reforça o Estatuto da Comissão dos Congados da Comunidade Antônio Martins, todo o superávit é usado para a manutenção dos grupos.

### **3.4 – É possível medir eficácia e efetividade na esfera da micropolítica de cultura popular em Dores do Indaiá?**

O estudo de caso sobre as ações micropolíticas dos congados dorenses nos permite argumentar sobre a existência de representatividade política dos grupos entre si por meio do que acontece o acesso às medidas implementadas a partir das macropolíticas exigindo a avaliação dessas políticas públicas em sua relação com o campo micropolítico.

Os Estatutos, tanto o da Diretoria Plena como da Comissão dos Congados da Comunidade Antônio Martins, materializam e conferem visibilidade pública a intenção manifesta dessas instituições de assegurar e exigir o comprometimento de todos os membros na realização anual da Festa de Nossa Senhora do Rosário, conforme as tradições congadeiras.

Todos os artigos dos Estatutos estão presos a essa questão central que tem pôr fim a manutenção da cultura popular, que pode ser compreendida enquanto salvaguarda dos grupos. Além disso, no Estatuto da Diretoria Plena existe a preocupação com a harmonia e manutenção da vida dos congadeiros e da comunidade dorense todo.

A cidade de Dores do Indaiá possui mais de 3mil congadeiros para uma população de pouco mais de 13mil habitantes. O zelo pela segurança e harmonia entre as pessoas que integram e participam da festa diz respeito ao potencial de pessoas atraídos, nos mesmos dias e horários, para um mesmo local.

Não podemos deixar de mencionar a efetividade para os devotos, pois, em ambos os Estatutos, garante-se as regras para o auxílio as Associações e Comissões e, principalmente para os devotos, a garantia e modos de pagamento de promessas. Para os que mantêm sua fé através dos congados ter a certeza de que o pagamento de sua promessa à Virgem do Rosário acontece é a maneira primeira de perpetuar a tradição.

Não podemos esquecer que o pagar a promessa gira em torno de um ciclo de dar-receber-retribuir, portanto, de dádiva, como destaca Cezar (2020), que começa nas casas dos devotos que dão alimento aos congadeiros e esses, por sua vez cantam, dançam e tocam instrumentos para que “(...) por meio dos santos da Congada, a promessa seja cumprida e as bênçãos continuem a chegar naquela casa que foi ritualmente cantada pelo capitão do terno” (CEZAR, 2010, p. 110). Sendo assim, garantir a harmonia da comunidade congadeira é forma exemplar de tornar efetivo a micropolítica das Associações.

Pelo cotidiano da Festa de Nossa Senhora do Rosário, é possível perceber, durante a pesquisa de campo e entrevistas com congadeiros e festeiros, que a micropolítica dos grupos e dos reinos é eficaz por garantir sempre o mesmo modo de realizar a tradição.

Os congadeiros mais velhos, principalmente os capitães dos ternos de origem, como o Moçambique do bairro Juiz de Fora, são sempre consultados sobre novidades que podem tornar a Festa diferente do que é conhecida por todos.

A Rainha Perpétua também é muito requisitada e opina sobre as ações, não só nas reuniões da Diretoria Plena, mas em sua própria residência onde os congadeiros a procuram para falar sobre os ternos e as comunidades.

Os modos operantes da Festa de Dores do Indaiá são mantidos por uma espécie de contrato tácito que envolve moradores, devotos, congadeiros, Igreja e poder público, do que é ou não permitido dentro da tradição.

Durante minhas pesquisas em Dores também pude perceber a efetividade das relações micropolíticas quando, principalmente devotos e moradores, relatam suas análises de como ano após ano a cidade tem ficado cada vez mais cheia durante a festa e até o número de ternos tem crescido.

Durante a Festa de 2019, W.M. me contou que sua comunidade possuía dois novos grupos e que, no mesmo ano, mais dois novos ternos de mulheres haviam surgido na cidade. Assim, focar as relações micro e macropolíticas de Dores do Indaiá permite compreender nuances e processos de mudança na própria festa.

Do mesmo modo, a tradição congadeira é uma manutenção de cultura e de devoção que, paradoxalmente, acaba trazendo modificações para a pequena Dores do Indaiá, seja com o crescimento dos grupos, por meio das Congadas Mirins e do apoio aos ternos, seja com o alcance dos devotos que querem pagar suas promessas aos grupos de maior predileção.

Do ponto de vista dos congadeiros, o importante é agenciar as políticas disponíveis visando a própria manutenção de sua festa para as gerações futuras.

### **3.5 – Como replicar essa experiência em outros lugares?**

O modelo micropolítico dos congados de Dores do Indaiá se mostrou eficaz e efetivo na manutenção e salvaguarda da tradição cultural popular dorense, uma vez que garante e estimula a participação e visibilidade das ações dos grupos de dançadores.

Este modelo, pautado em comunidades que, tendo interesses, memórias e tradições em comum, se reúnem e, a partir de intensa relação política pautada nas necessidades de respeito às hierarquias do grupo, às tradições, busca a valorização, visibilidade e promoção da própria festa do congado.

A partir desse movimento endógeno, ganha força a própria organização comunitária do grupo a partir do reconhecimento da necessidade desse se afirmar e limitar as ações dos agentes internos e externos a partir da atribuição de papéis e funções específicas.

Os regimentos/ estatutos construídos estão concomitantemente pautados e submetidos à força da hierarquia e dos conhecimentos, numa palavra, dos fundamentos da congada.

Estimular processos de organização comunitária por meio da construção coletiva e colegiada de seus regimentos/estatutos pautados no reconhecimento de necessidades e especificidades de sua expressão cultural, pode ser um modelo a ser replicado em outros locais, a fim de auxiliar sua continuidade.

Temos assistido ao desaparecimento gradativo de grupos culturais, como o caso do Mineiro Pau fluminense, que agora minguá em poucas cidades do estado.

Em outros casos as tradições populares que desapareceram há muitos anos, como o caso da Folia de Reis dos municípios de Quissamã e Armação dos Búzios, que deixaram de se reunir entre 30 a 40 anos atrás, mesmo que seus antigos cantadores ainda estejam vivos e a população, nascida há mais de 50 anos, saudosa pelo seu retorno.

Promover a construção de estatutos/regimentos pode gerar espaços de reencontro, comunicação, discussão e negociação de possíveis conflitos passados, tomada de consciência sobre a importância dos saberes associados às expressões culturais populares para os próprios agentes.

Pensando na dinâmica territorial de algumas expressões é também possível desenhar o modelo de Associações ou Comissões regionais. Usarei como exemplo para este estudo as Folias de Reis do norte fluminense, é uma região rica em grupos de folias. Atualmente existem grupos nas cidades de São Fidélis, Miracema, Italva, Macuco, Itacoara, Cardoso Moreira, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Itaperuna e Laje do Muriaé.

Alguns destes municípios com mais de um grupo, como o caso de São Fidélis. Além das apresentações pontuais em suas comunidades de origem, muitos destes municípios realizam festivais anuais de Folia de Reis, como o caso de Italva e Macuco. Com a criação de uma Associação Regional de Folias de Reis

seria possível trabalhar sobre algumas das dificuldades que os grupos possuem hoje como o escasso recurso financeiro para custear a participação nos festivais, a manutenção de fardas e instrumentos e a pouca divulgação local de suas Folias de Reis.

Assim como o Estatuto da Diretoria Plena das Associações e Comissões de Congado de Dores do Indaiá e o Estatuto da Comissão dos Congados da Comunidade Antônio Martins, diferentes grupos de Folias de Reis poderiam buscar se reunir para criar uma espécie de fórum de negociações, troca de experiências, conhecimentos e construção de estratégias para lidar com as novas demandas que tem afetado os grupos, como a necessidade de compreensão de documentos e prestação de contas públicas sobre verbas repassadas por meio de políticas culturais e demais auxílios financeiros recebimentos.

Estimular o fortalecimento de formas associativistas e criação de grupos organizados poderia também servir de porta de entrada para a procura de financiamentos externos, mas, também, identificando devotos fiéis dos grupos que poderiam ajudar periodicamente a Associação por compreender a sua importância para a manutenção da sua fé nos Santos Reis.

Além disso, a organização comunitária e possível construção de uma associação poderia facilitar a criação de parcerias e projetos com equipamentos públicos municipais de educação e fomento a cultura, como as Secretarias Municipais de Ensino, Fundações e Casas de Cultura.

Criar um grupo organizado de foliões preocupados com a salvaguarda pode permitir que formas pedagógicas de divulgação, como projetos locais de folias nas escolas, seguindo o exemplo do projeto Congado Mirim dorense, e em outros espaços públicos com visibilidade aos grupos no período dos *giros*, como praças públicas e parques municipais<sup>27</sup>.

A divulgação local da existência das expressões culturais, dentre elas a atuação dos grupos de Folias de Reis, encontra resistência, principalmente nos grandes centros urbanos.

Uma Associação de Folias de Reis pode servir como instrumento de fortalecimento e divulgação dos grupos e dos festivais. Também é papel da

---

<sup>27</sup> Ao período de apresentações das Folias de Reis, no Rio de Janeiro entre os meses de dezembro a março, dá-se pelos foliões o nome de “giro”, representando o giro, ou percurso, feito pelos grupos em suas comunidades.

Associação tornar-se responsável pela promoção de diálogo com o poder público para a construção de festivais e apresentações públicas, debatendo e definindo local, data, divulgação, incentivo público, a partir dos interesses dos grupos.

Assim como as Associações de Dores do Indaiá, qualquer outro tipo de Associação Cultural Popular pode construir sua própria autonomia e co-responsabilização de seus membros pelas decisões e ações de manutenção dos grupos e, assim, da própria manifestação cultural.

No Rio de Janeiro existem casos como este proposto, como destacado por Abreu e Magno, sobre a existência da Associação dos Grupos de Folias de Reis de Valença (AGFORV), que tem por objetivo a manutenção do Festival de Folias de Reis de Valença e da dos grupos da cidade como todo (ABREU; MAGNO, 2017). Sendo assim, o modelo micropolítico de organização não é uma exclusividade do Congado de Dores do Indaiá e também se faz presente em outros municípios brasileiros não sendo um modelo único e irreplicável.

Alguns locais, como, por exemplo a Associação de Folclore e Manifestações Artísticas e Culturais de Lambari – MG (AFOMAC), reúne, além dos oito grupos de congado da cidade, outras expressões culturais tradicionais como festas religiosas, grupos de violeiros, repentistas e outros<sup>28</sup>.

Outro exemplo é a Associação Paraisense de Defesa do Folclore Brasileiro, que junto com a Comissão Organizadora da Festa da Congada, organizam a Festa de Nossa Senhora do Rosário em São Sebastião do Paraíso – MG (CEZAR, 2010).

Portanto, o modelo associativista de grupos culturais populares é uma forma de alcançar novos recursos, financeiros ou materiais, e de preservar as tradições culturais locais através da memória dos agentes que vivenciam aquele lugar.

---

<sup>28</sup> Informação disponível em < <https://prosas.com.br/empreendedores/26674>>, acessado dia 22/12/2019, às 14h46.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Mãe do Rosário venha ver meu povo  
O Marinheiro acabo de chegar  
Pelos caminhos eu enfrentei batalha  
Venci a guerra e consegui Chegá”  
(SILVA; SOUZA, 2015, p. 117)*

Durante estes anos de pesquisa, em minhas idas a campo no município de Dores do Indaiá, com pontos passíveis de análises relativas às políticas culturais foram observados. Vale agora sintetizar alguns apontamentos sobre o recorte das micropolíticas e seus desdobramentos relativos às manifestações culturais populares.

O primeiro ponto a destacar é a importância do reconhecimento que os próprios congadeiros construíram e conquistaram ao longo da história. Se no passado recente, os capitães decidiram manter seus ternos em ação apesar da proibição de sua Festa, imposta pela Igreja Católica Romana na década de 1940, hoje novas estratégias associativas, de organização dos grupos, e pedagógicas são agenciadas a partir dos saberes e matrizes culturais que informam interesses e práticas entabuladas na manutenção de sua tradição.

Diante de um mundo globalizado onde as discriminações acontecem a todo tempo e em qualquer lugar devido à proliferação comunicacional de referências diferenciadoras, se faz necessária a noção substantiva de justiça que diferencie, sem homogeneizar e, também, sem realizar separações de qualquer espécie. Gerar um ambiente de valorização dos diferentes aspectos culturais, cria em cada indivíduo o reconhecimento da cultura do outro e de seus próprios signos.

Em Dores do Indaiá outras expressões culturais populares acontecem junto aos congados, como o caso das cavalhadas, agregadas à dinâmica da Festa do Rosário e as Folias de Reis em que até mesmo os próprios congadeiros estão envolvidos nessas expressões.

Por isso é importante frisar que os participantes dessas Festas se reconhecem como grupos folclóricos ou de cultura popular, sem que isso torne o Congado mais ou menos importante. Diferentemente da forma de tratamento que



o Folclore vive no espaço acadêmico onde muitas vezes o ele é considerado algo menos importante e sem peso científico, os soldados e capitães de Dores do Indaiá não se veem depreciados em se reconhecer como os dirigentes do folclore regional. Pelo contrário, ser um detentor da cultura dorense é uma grande honra.

Analisando o texto dos Estatutos, tanto da Diretoria Plena como da Comissão dos Congados da Comunidade Antônio Martins, constato que os mesmos se apresentam como “grupos folclóricos”, “movimentos tradicionais e religiosos” ou “grupos culturais” e afirmam a necessidade de perpetuar e cuidar dos ternos com essa tratativa, mantendo todas as suas tradições, com especial dedicação a roupagem, músicas e instrumentos originais.

Além dos Estatutos, durante as entrevistas e em pesquisa de campo ouvi, por diversas vezes, os congadeiros nomearem seus ternos como “grupos folclóricos”.

De certa maneira, percebo pelas falas dos integrantes que a compreensão de se reconhecer enquanto expressão folclórica constitui, ao mesmo tempo, processo de tomada de consciência de si e da responsabilidade do grupo vinda da necessidade de manter e transmitir esses conhecimentos específicos sobre memórias e expressões culturais afro-brasileiras.

Também é entender que o momento da Festa, portanto, o momento de compor o terno ou o grupo de cultura popular, requer reservar um tempo-espço de suas vidas para exercitar algo prazeroso e conectado com um tipo muito específico de sagrado, seja esse de denominação cristã ou das tradições de culturas afrodescendentes.

Não há como negar que a história de resistência dos grupos, e diga-se, resistência negra, é um estudo de caso político exitoso, graças a organização micropolítica existente.

Estes atos de resistência vêm da necessidade cotidiana de fugir das instituições de controle e esferas de dominação presentes, principalmente, nas macro político. Essa dominação é fruto da sociedade patriarcal e ainda colonialista.

Essa é uma das razões que faz com que assistamos o avançar de políticas conversadoras cada vez mais fortes, principalmente no atual cenário político brasileira, sob o governo Jair Bolsonaro. Suas políticas de cultura estão

pautadas em demandas de uma bancada cristã de denominação neopentecostal que não respeita os espaços de outras religiões, principalmente as de matrizes africanas.

Desta forma, expressões culturais populares como a dos Congados não são abarcadas e políticas, sejam elas equipamentos públicos ou editais, que contribuam para a salvaguarda destas. Não podemos esquecer que essas mesmas políticas conservadoras de caráter religioso são as que perseguiram no passado os Congados mineiros. Esse modelo político atual é um retrocesso diante de avanços já vividos nas políticas culturais, de duras conquistas e do início da construção de uma democracia cultural.

Nesta pesquisa minha intenção não é a de criar parâmetros gerais a serem seguidos por todos os grupos de cultura popular, até mesmo por saber que sua dinamicidade e propostas são singulares, mesmo na mudança de estados ou até mesmo de cidade, portanto, pensar um padrão de mobilização micropolítica pode, na verdade engessar a organização dos grupos.

Entretanto, a proposta colocada é pensar a atuação voluntária dos grupos, de forma solidária, de uma maneira que consiga articular as esferas micro e macro político. Em Dores do Indaiá observo que as Associações recebem os recursos da esfera macro (ICMS Cultural) que distribuem aos ternos e que, estes, por sua vez, devolvem suas atividades com relativa autonomia sem deixar de se pautar nas especificidades dessa expressão cultural.

As ações micropolíticas observadas junto dos congadeiros, entabulada em seus pequenos núcleos (ternos) e de forma associativa, vai ao encontro do modelo proposto por Foucault que debate formas alternativas de resistência e enfrentamento diante das técnicas de governos e políticas totalitárias e individualizantes do poder em razão do Estado.

Mesmo sem usar a palavra micropolítica, o filósofo francês procura uma rota de fuga dos micro poderes individuais do jugo dos macro poderes, constituindo assim pequenas organizações políticas de enfrentamento.

As associações, e os próprios congadeiros, conseguiram se articular em um modelo de tomada de decisão onde os poderes tradicionalmente hegemônicos, Poder Público local e Igreja, estão agora a serviço do Congado,

participando de uma dinâmica de dádiva que possibilita a existência da Festa de Nossa Senhora do Rosário.

Ainda existem embates de espaço, onde cada vez mais novos grupos surgem em um cenário onde uma determinada tradição mítica é contada, em forma de canto e dança, por grupos originários.

Alguns dos grupos mais novos são liderados por representantes da elite local, seja ela social e/ou política. Contudo, é perceptível que a associação micropolítica congadeira permite que os representantes tradicionais do Congado ainda assumam as principais lideranças da manutenção dos reinos e da Festa como todo.

Sendo assim, a necessidade da dinâmica associativa dos congadeiros é também de se fortalecer como representantes dessa expressão cultural popular que a cada dia é mais e mais desejada por pessoas que veem na visibilidade do Congado de Dores do Indaiá uma oportunidade para se destacar diante das esferas de poder.

Muitos dos entrevistados narravam que, principalmente em anos eleitorais, muitas pessoas tentam se aproximar do Congado como benfeitores, de forma a ganhar prestígio diante da comunidade.

Ao buscar descrever a micropolítica do Congado de Dores do Indaiá é possível dar subsídios para a construção de um modelo focado na prática cotidiana dos grupos visando sua salvaguarda, seja enquanto cultura popular ou patrimônio cultural de natureza imaterial, feito pelos próprios integrantes da respectiva expressão cultural.

No caso do congado, a preocupação com a preservação da cultura dorense é, atualmente, pauta do poder público local que busca o registro dessa expressão junto ao Patrimônio Imaterial de Minas Gerais por meio da Secretaria Estadual de Cultura. É importante frisar que a dedicação começa dentro de cada terno quando os mesmos defendem suas memórias, existência, seu modo organizativo, seus padrões e elementos simbólicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; MAGNO, Marluce. **Desafio da patrimonialização de bens imateriais de caráter religioso: o caso das Folias de Reis Fluminenses**. Relig. soc. vol.37 no.3 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2017

ADONE, Adnoli. **Jesuitas e Selvagens – A negociação da fé no encontro catequético-ritual tupi**. Humanitas, São Paulo, 2007.

ADORNO, Theodor W. **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

AFONSO, M. R. **O reconhecimento cultural: para sociedades mais inclusivas, a partir de Charles Taylor**. Revista Sísifo, nº 9, v. 1, 30 de junho de 2019.

AMARAL, Amadeu. **Tradições Populares**. São Paulo: Editora Progresso, 1948.

ANDRADE, Mário de. **Danças Dramáticas do Brasil**. São Paulo: Martins Editora, 1959.

ARIAS, P. G. (2002). **La cultura**. Estrategias Conceptuales para comprender a identidad, la diversidad, la alteridad y la diferencia. Escuela de Antropologia Aplicada UPS-Quito. Ediciones Abya-yala.

ARREBOLA, Daniel Luiz. **Juventude e ressignificação do saber popular nas Folias de Reis**. Belo Horizonte: PPGJAMC – Faje, 2016.

ARRETCHE, M. T. S. **Tendências no estudo sobre avaliação**. In: Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate. RICO, Elizabete Melo (org). São Paulo: Cortez/IEE, 1999.

ANTICO, C. e JANNUZZI, P. M. **Indicadores e a gestão de políticas públicas**. Fundaj, 2008.

BARBALHO, A. **Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença**. In: Rubim, A. A. C.; Barbalho, A. (Org.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: Edufba, 2007, p. 37-60.

BARBOSA, F. **Ministério da Cultura no governo Luiz Inácio Lula da Silva: um primeiro balanço**. In: Calabre, L. (Org.). Políticas culturais: um campo de estudo. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008, p. 59-86.

BARBOSA, Waldemar A. **Dores do Indaiá do Passado**. Editora Santa Maria: Campinas, 1964.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAXANDALL, M. **O olha renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BIONDINI, Isabella V. F. **Lei Hobin Hood – Lei 18.030**. Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, 2009.

BITTER, Daniel. **A bandeira e a máscara: estudo sobre a circulação de objetos rituais nas Folias de Reis**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2008.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília, Universidade de Brasília, 1986.

BORGES, Marco H. **Eficiência, Eficácia e Efetividade para execução de políticas públicas sustentáveis: um estudo de caso no Ministério da Cultura**. 2014. 48 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Ambientais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BOTELHO, I. **Políticas culturais: discutindo pressupostos**. In: Nussbaumer, G. (Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: Edufba, 2007, p. 171-180.

BOTELHO, Tarcísio R. **Patrimônio Cultural e Gestão das cidades: Uma análise da Lei do ICMS Cultural de Minas Gerais**. *Habitus*. Goiânia, v. 4. n. 1, p. 471-492, jan/jun. 2006.

BRANDÃO, Carlos R. **A festa do Santo de Preto**. Goiânia: Fundação Nacional de Arte – Instituto Nacional de Folclore. Universidade Federal de Goiás – Editora, 1985.

\_\_\_\_\_. **O que é folclore?**. São Paulo: Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 4ª edição, 1984.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União**. Manual de auditoria operacional. 3 Ed., TCU, Brasília, 2010.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais em tempos de democracia: a Era Lula**. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 58, 2014, pp. 135-156.

\_\_\_\_\_. **Gestão cultural: análises e perspectivas das propostas da I Conferência Nacional de Cultura**. In: Calabre, L. (Org.). **Políticas culturais: um campo de estudos**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008, p. 117-136.

\_\_\_\_\_. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CÂMARA CASCUDO, Luis da. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Itálica, 1984.

\_\_\_\_\_. **Folclore do Brasil**. Natal: Fundação José Augusto, 1980.

CARVALHO, Cristina; LOPES, Thamiris; RESINENTTI, Priscila. **Educação infantil e Espaços Culturais**: possibilidades de apropriação na cidade do Rio de Janeiro. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 300-322, jan./mar. 2017

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

CAVALCANTI, Maria Laura V. C. **Cultura Popular e Sensibilidade Romântica**: as Danças Dramáticas de Mario de Andrade. *RBCS* Vol. 19 nº. 54 fevereiro/2004

CEZAR, Lilian S. **O velada e o revelado**: imagens da Festa da Congada. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

COELHO, Teixeira. **Ter Ministério da Cultura é fruto de mentalidade patriarcal, burocrática e centralizadora, diz ex-diretor do MASP**. BBC Brasil, 20 de maio de 2016.

CONEP – Conselho Estadual de Patrimônio Cultural – MG, **Normativa nº20/2018**, Belo Horizonte, 2018.

CORGOZINHO, Batistina M. S; CATAO, Leandro P.; PEREIRA, Mateus H. F. **Histórias e Memórias do Centro Oeste Mineiro**: Perspectivas. Ed. Crisálida: Belo Horizonte, 2009.

COSTA, F. L. e CASTANHAR, J. C. **Avaliação de programas públicos**: desafios conceituais e metodológicos. In: *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 37 n. 5, 969-992, set./out. 2003.

COSTA, Patrícia T. M. **As Raízes da Congada**: A renovação do presente pelos filhos do Rosário. Brasília, UNB/PPGAS/DA, 2006.

CURY, C. E. **Políticas culturais no Brasil: subsídios para a construção da brasilidade**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP).

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro – RJ: Rocco, 1997.

DAMATTA, Roberto. **O Ofício de Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”**. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

DECLARAÇÃO DO MEXICO. **Conferência mundial sobre as políticas culturais**. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cartas Patrimoniais*. 3 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DELEUZE, G., & GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 1995.

ESTATUTO DA COMISSÃO DOS CONGADEIROS DA COMUNIDADE ANTÔNIO MARTINS: **Dores do Indaiá-MG**: 2013.

ESTATUTO DA DIRETORIA PELNA DAS ASSOCIAÇÕES E COMISSÕES DOS CONGADEIROS. **Dores do Indaiá-MG**: 2017.

FARIA, C. A. P. **A política de avaliação das políticas públicas**. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V.20, nº 59, 2005.

FERRAÇO, C. E.; AMORIM, A. C. **Micropolítica, democracia e educação**. *Teias* v. 18 • n. 51 • 2017 (Out./Dez.).

FERREIRA, Ricardo F. CAMARGO, Amilton C. **As relações cotidianas e a construção da identidade negra**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2011, 31 (2), 374-389.

FERREIRINHA, Isabella M. N.; RAITZ, Tânia R. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas**. *RAP – Revista de Administração Pública* — Rio de Janeiro 44(2):367-83, MAR./ABR. 2010.

FERRETTI, Sérgio E. **Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182-198, jun. 1998

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** (Vol. 3). Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 1996.

FIÚZA, Rubens. **Do São Francisco ao Indaiá: Histórias e Estórias de Dores do Indaiá**. Belo Horizonte: 2003. 424p. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IBGE. v. 25. 1959.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1971.

\_\_\_\_\_. **Uma introdução à vida não facista**. *Cadernos de subjetividade* (Num. Esp.), 196-200, 1996.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUATTARI, Félix. **Políticas**. In: GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2011.

GELL, Alfred. **A antropologia do tempo**. Construções culturais de mapas e imagens temporais. Petrópolis, RJ. Vozes, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

HENNING, Patricia C. **Micro e Macropolíticas de informação**: o acesso livre à informação científica no campo da saúde no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/PPGICS/ICICT, 2013.

IKEDA, Alberto T. **Culturas populares no presente**: fomento, salvaguarda e devoração. *estudos avançados* 27 (79), 2013, 173-190.

KOSSOY, B. **Fotografia como fonte histórica**: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio Tecnologia, 1980.

KHUMTHUKHIT, Ploy. **A nova diplomacia pública do Japão**. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia, Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LEACH, Edmund R. **A diversidade da Antropologia**. Rio de Janeiro-RJ: Edições 70 LTDA, 1982.

**LEI 12.040/1995. Lei Robin Hood**. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 28/12/1995.

**LEI 12.428/1995. Lei Robin Hood**. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 27/12/1996.

LOWENTHAL, David. *Revivir el pasado: sueños y pesadillas*. In *El pasado es un país extraño*. Madrid: AKAL, 2010, pp. 27-69.

Lukács G. **Narrar ou descrever?** In: *Ensaio sobre literatura*. Konder L, organizadores. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S A; 1965.

MAGNANI, José Guilherme. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: UNESP, [1984] 2003.

MATTOSO, Guilherme Q. **A festa do fado de Quissamã**. Trabalho apresentado no Núcleo de Folkcomunicação, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.



MOREIRA, M. C. N. **Dimensões do associativismo voluntário no cenário das relações entre saúde, pobreza e doença.** Ciênc. saúde coletiva vol.15 no.3 Rio de Janeiro May 2010

MOTA, Tércio; MOREIRA, Osmar. **Política Cultural no Brasil:** retrocessos, resistências e reexistências. Pol. Cult. Rev. , Salvador, v. 12, n. 2, p. 34-49, jul./dez. 2019

MUYLAERT, C. J.; SARUBBI JR., V.; GALLO, P.; ROBIM NETO, M. L.; REIS, A. O. A. **Entrevistas Narrativas:** um importante recurso em pesquisa qualitativa. Rev Esc Enferm USP 2014; 48(Esp2):193-199.

NATHANAILIDIS, Andressa Z.; SCHIFFLER, Michele F. **Identidade em performance:** O Ticumbi de Conceição da Barra, ES. Contexto. Vitória, n. 28, 2015/2. P. 166 – 191.

NORA, Pierre. **Entre Mémoire et Histoire:** La problématique des lieux. In Les Lieux de Memoire. Paris: Quarto-Gallimard, pp. 23-43, 1997.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira:** cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PETIT, Sandra H. CRUZ, Norval B. **Arkhé:** corpo, simbologia e ancestralidade como canais de ensinamento na educação. 31º Reunião Anual da Anped, Caxambu, 2008.

PRESTES, Gabriela A. **Cultura popular e gestão municipal:** o caso do(a) Jaraguá-cabeça-de-cavalo em Anchieta, Espírito Santo. PROA|Revista de Antropologia e Arte. relatos e experiência | vol. 01 nº 03, janeiro de 2012. P. 281 – 287.

RABAÇAL, Alfredo J. **As Congadas no Brasil.** São Paulo, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Cultura, 1976.

RANGEL, Marília M. **A municipalização da proteção do patrimônio cultural de Minas Gerais.** FORUM PATRIMÔNIO: amb. constr. e patr. sust., Belo Horizonte , v .2 ,n 1, jan /abr. 2008.

REDE CIDADANIA. **Dossiê de registro do Bem Imaterial Festa de Nossa Senhora do Rosário,** Dores do Indaiá-MG. Belo Horizonte, 2010.

ROCHA, G. **Cultura popular:** Do folclore ao patrimônio. Mediações • v. 14, n.1, p. 218-236, Jan/Jun. 2009

ROLNIK, Suely. **A hora da micropolítica.** São Paulo: N-1 Edições, 2016.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão:** Veredas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- RUBIM, A. A. C.; Barbalho, A. (Org.) **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Políticas culturais: entre o possível e o impossível**. In: Nussbaumer, G. (Org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, 2007, p. 139-157.
- \_\_\_\_\_. **As políticas culturais e o governo Lula**. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.
- SANCHIS. P. **Cultura brasileira e religião...passado e atualidade...** CADERNOS CERU, série 2, v. 19, n. 2, dezembro de 2008.
- Schraiber LB. **Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica**. Rev. Saúde Pública. 1995; 29(1):63-74.
- SETUBAL, Maria Alice. **Vivências Caipiras: pluralidade cultural e diferentes temporalidades na terra paulista**. São Paulo: CENPEC/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.
- SILVA, César P.; SOUZA, Tatiane P. **Os cantos dos congadeiros: construções e reflexões para negros em sua vivência**. NEABI – UFOP - Mariana/MG, Vol. 01 N. 01 – jan/jun 2015, p 111-125.
- SILVA, Karine Resende. **Associações da Congada de Dores de Indaiá**. Centro Universitário UNA: Belo Horizonte, 2009.
- SILVA, René M. C. **Cultura popular e educação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2008.
- SILVA, Rodrigo M. D. **As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: mudanças institucionais e modelos de agenciamento**. Soc. Estado. vol.29 no.1 Brasília Jan./Apr. 2014
- SILVA, Rubens A. **A atualização de tradições: performances e narrativas afro-brasileiras**. São Paulo: LCTE Editora, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Negro católicos ou catolicismo negro? Um estudo sobre a construção da identidade negra no Congado mineiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.
- SOARES, Mariza C. **Devotos da cor**. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileiro, 2000.
- SANO, H. e MONTENEGRO FILHO, M. J. F. **As Técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua Relevância para o**

**Desenvolvimento Social e das Ações Públicas.** Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí, ano 11, nº 22, p. 35-61, 2013.

SOUZA, Marcos A. **Lia de Itamaracá não conta no PIB.** Le Monde Diplomatique Brasil. Abril de 2008

SOUZA, Marina M. **Reis negros no Brasil escravista:** história da festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

TAVARES, Everkley Magno Freire. **Avaliação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável:** Dilemas Teóricos e Pragmáticos. In: Holos – IFRN. p. 120-129. On line. Ano 21, maio, 2005.

TAYLOR, Charles. (Org.). **Multiculturalismo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura:** A construção de uma política pública. Cadernos Cenpec. V.5, n. 7, 2010.

TURNER, Victor. **O processo ritual.** Petrópolis: Vozes, 1974.

VASCONCELOS, Carolina Michaellis de. **Autos portugueses de Gil Vicente y de la Escuela Vicentina.** Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1922.

VASCONCELOS, Juliana. **Congado:** Uma celebração do hibridismo Afro-brasileiro. UNINCOR. Três Corações, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. **Pesquisas urbanas.** Desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2003.

ZOURABICHVILI, Francois. **Vocabulário de Deleuze.** Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2004.

**ANEXOS**

**ESTATUTO DA DIRETORIA PLENA DAS ASSOCIAÇÕES E COMISSÕES DOS  
CONGADEIROS**

**CAPÍTULO I - HISTÓRICO**

**Art. 1** – A DIRETORIA PLENA DAS ASSOCIAÇÕES E COMISSÕES DOS CONGADEIROS, cidade de Dores do Indaiá, Estado de Minas Gerais, fundada aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril ano de 2017 (dois mil e dezessete), com registro em cartório competente da Comarca.

**Art.2** – O presente Estatuto tem como base os estatutos das cinco associações e comissões congadeiros, fica decidido que ele terá o seguinte teor:

**CAPÍTULO II - NATUREZA- DENOMINAÇÃO- SEDE FINS**

**Art.3** – A entidade passa a denominar-se “DIRETORIA PLENA DAS ASSOCIAÇÕES E COMISSÕES DE CONGADEIROS DE DORES DO INDAIÁ-MG”.

**Art.4** – A natureza ou cunho fundamental da DIRETORIA PLENA. A DIRETORIA PLENA DAS ASSOCIAÇÕES E COMISSÕES DE CONGADEIROS DE DORES DO INDAIÁ é ser a instância superior dos cinco reinos da Festa de Congado ou Reinado.

**Art.5** – Como órgão superior, a DIRETORIA PLENA DAS ASSOCIAÇÕES E COMISSÕES DE CONGADEIROS DE DORES DO INDAIÁ-MG, terá como endereço, a sede da Paróquia Nossa Senhora das Dores, situada a Praça Getúlio Vargas, XX, Centro em Dores do Indaiá, Estado de Minas Gerais.

**Art.6** – A DIRETORIA PLENA DAS ASSOCIAÇÕES E COMISSÕES DE CONGADEIROS DE DORES DO INDAIÁ-MG terá as seguintes finalidades básicas:

§ 1 – Direcionar, orientar, nortear as e os caminhos e normativos a organização da Festa afrodescendente denominada FESTA DO ROSÁRIO, SÃO BENEDITO E SANTA EFIGÊNIA.

§ 2 – Estabelecer regras e dirimir desacordos entre os cinco reinos que compõem a festa afrodescendente denominada FESTA DO ROSÁRIO.

§ 3 – Amparar e incentivar todas as formas corretas de desenvolvimento, cultural e social dos Congadeiros de cada um dos 5 (cinco) reinos que a integram, a partir das suas manifestações de fé criativa e de tradições folclóricas relacionadas com a Festa do Congado e Reinado

**CAPÍTULO III - CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

**Art. 7** - A DIRETORIA PLENA DAS ASSOCIAÇÕES E COMISSÕES DE CONGADEIROS DE DORES DO INDAIÁ-MG será formada pelo Pároco, pela Rainha Perpétua, pelos Presidentes e Capitães Mor dos cinco reinos que organizam a Festa de Congado e ou Reinado.

§ 1- O Pároco da Paróquia Nossa Senhora das Dores será sempre o Presidente Geral da DIRETORIA PLENA DAS ASSOCIAÇÕES E COMISSÕES DE CONGADEIROS DE DORES DO INDAIÁ-MG.

§ 2- Haverá ainda as seguintes funções dentro da DIRETORIA PLENA:

1) Vice-Presidente: Que substituirá o Presidente nas suas ausências e ou impedimentos,

#### **CAPÍTULO IV - DOS FINS**

**Art. 9** - A DIRETORIA PLENA DAS ASSOCIAÇÕES E COMISSÕES DE CONGADEIROS DE DORES DO INDAIÁ-MG tem por cunho fundamental a ação cultural e folclórica nas manifestações de devoção aos movimentos populares tradicionais relacionados com a Festa do Congado e Reinado a saber:

- a) - amparar a vocação artística para a música em seu todo;
- b) - realizar, anualmente, festas de reinado e do Congado
- c) - oferecer condições, canalizar e mobilizar recursos humanos, materiais e financeiros, que atendam aos interesses da Igreja e das Associações e ou Comissões para o bem estar de toda a comunidade Congadeira

**Art. 10** - É vedada a utilização do nome da DIRETORIA PLENA DAS ASSOCIAÇÕES E COMISSÕES DE CONGADEIROS DE DORES DO INDAIÁ-MG nas ações e eventos específicos de cada uma das Associações e ou Comissões e dos ternos nela registrados.

#### **CAPÍTULO V - DA DIRETORIA**

**Art. 11** - A DIRETORIA PLENA DAS ASSOCIAÇÕES E COMISSÕES DE CONGADEIROS DE DORES DO INDAIÁ-MG será dirigida de acordo com o previsto no artigo 7 do presente estatuto e ao final de cada 03 anos haverá eleição para os cargos previstos no § 2 do artigo 7 do Estatuto.

#### **CAPÍTULO VI - DAS ATRIBUIÇÕES, FUNÇÕES E AÇÕES:**

**Art. 12** - A DIRETORIA PLENA DAS ASSOCIAÇÕES E COMISSÕES DE CONGADEIROS DE DORES DO INDAIÁ-MG tem por finalidade a harmonização das Associações e ou Comissões e estipular as diretrizes a serem tomadas no convívio entre as Associações com vistas a manutenção da identidade religiosa, cultural, folclórica e devocional da Festa do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia.

**Art. 13** - Como a Congada é, também, de caráter religioso, compete ao Pároco, que é o Presidente da DIRETORIA PLENA DAS ASSOCIAÇÕES E COMISSÕES DE CONGADEIROS DE DORES DO INDAIÁ-MG:

- a) - Orientar e assistir as Associações e ou Comissões quando solicitado;
- b) - Promover e cuidar da realização da Festa do Rosário, além da evangelização, formação religiosa e catequese dos Congadeiros ao longo do ano;
- c) -Elaborar calendário festivo da parte religiosa da Festa do Rosário, bem como das novenas preparatórias, em harmonia com os membros da Diretoria Plena que deve ser repassado a cada um dos 05 reinos.

4

d) – Fazer levantamento dos custos e programar despesas necessárias à realização dos festejos religiosos em conjunto com a Diretoria Plena;

e) – Criar uma comissão para cuidar dos cofres e dos valores doados por promesseiros, festeiros, devotos e pagadores de promessa durante todos os eventos da Festa do Rosário.

**Art. 14** - Para a retirada da imagem de Nossa Senhora do Rosário na procissão Congadeira, fica estabelecido que haverá um rodizio entre as Associações e ou Comissões,

§ 1– O rodizio segue modelo já implantado, que se tornou bastante funcional,

§ 2– Após todas as Associações e ou Comissões tiverem sido responsável pela retirada da imagem o rodizio será recomeçado e para isto será decidido em votação pela Diretoria Plena e daí em diante será reiniciado assim que a ultima Associação conduzir a imagem de Nossa Senhora do Rosário, retornando a mesma à Primeira Associação que a conduziu.

§ 3 - As imagens serão sempre conduzidas em andores carregados pelos Congadeiros e membros da Comunidade.

**Art. 15** - Para a transferência de soldados de uma Associação para outra, deverá ser respeitado o prazo de um ano após o pedido de baixa do soldado em sua respectiva Associação e ou Comissão devendo ser enviado ofício à Diretoria Plena para conhecimento da transferência.

§ **Único** – O prazo acima estipulado poderá ser desconsiderado, caso haja autorização expressa e renuncia do mesmo, pelos presidentes das respectivas Associações e ou Comissões envolvidas e dos capitães dos ternos envolvidos, devendo ser enviado ofício como previsto acima..

**Art. 16-** A baixa de um terno em uma Associação e inscrição em outra Associação, só poderá acontecer com autorização expressa da Diretoria Plena, devendo ser respeitado o prazo de um ano após o pedido de baixa do terno em sua respectiva Associação e ou Comissão..

§ **Primeiro** – O pedido de baixa deverá ser feito por escrito apresentado ao Capitão Mor, endereçado ao Presidente da Associação, e deverá ser protocolado iniciando-se assim a contagem dos prazos. Devendo esta Associação e ou Comissão enviar ofício para a Diretoria Plena

§ **Segundo** – O prazo acima estipulado poderá ser desconsiderado, caso haja autorização expressa e renuncia do mesmo, pela Diretoria plena que chamará os Presidentes das respectivas Associações envolvidas para estudo, análise e definição do tema.

**Art. 17** - Terão direito a voto nas reuniões feitas pela Diretoria Plena, todos os seus membros, sendo que o voto tem peso único, ou seja, cada membro um voto.

**Art. 18** - As votações serão abertas e casos mais complicados pode ser estipulado o voto secreto, para não prejudicar as ações da Diretoria Plena. Para validade da decisão os votos devem ser METADE MAIS UM dos votantes decidem favoráveis ou contra a proposição em questão.

**Art. 19** - Toda reunião terá por finalidade solucionar problemas ou mesmo tentar solucioná-los. As ofensas morais entre participantes, legalmente constituídos, não serão toleradas uma vez que o objetivo da Diretoria Plena é harmonização das Associações e ou Comissões; darão direito ao presidente da reunião de proceder à retirada dos manifestantes.

**Art. 20** - Na abertura da reunião, deve-se invocar o nome de Deus e em seguida ao nome da Padroeira da Festa de Nossa Senhora do Rosário.

**Art. 21** - Em reunião ou fora dela, entre os membros da Diretoria Plena deve haver uma convivência fraterna e harmônica, que dever ser estimulada nas Associações e ou Comissões que deve ser estendidas entre os congadeiros de cada um dos ternos.

**Art. 22** - No início de cada reunião far-se-á a chamada para constar número legal, ou seja, metade mais um dos membros da Diretoria Plena.

**Art. 23** - Somente em reuniões festivas (posse, inaugurações e aniversários), os convidados tomarão assento à mesa e terão direito a palavra, nas demais serão ouvintes e não terão direito a voto.

**Art. 24** - Os assuntos tratados reuniões que podem ser informativas e ou deliberativas deverão ser redigidos em ata em livro próprio.

§ 1 – As deliberações gerais das reuniões da Diretoria Plena serão informadas às Associações e ou Comissões pelos seus Presidentes e ou Capitão-Mor

§ 2 – As deliberações de assuntos de baixa de terno, de transferência para outra Associação, de transferência de congadeiro para outro terno, sempre acontecerá através de ofício assinado pelo presidente da Diretoria Plena.

**Art. 25** - Será considerado faltoso o participante que se retirar após a abertura da reunião sem a devida justificativa e sem a devida autorização do Presidente da Diretoria Plena.

**Art. 26** - Na reunião, a palavra será concedida a cada um de conformidade com o tema focalizado, por deliberação do Presidente, sempre de forma democrática e de forma a não prejudicar o andamento da reunião.

6

**Art. 27** - Todos os Congadeiros da comunidade poderão participar das reuniões gerais da Festa da Congada desde que convidados ou solicitados, porem somente terão direito a voto os relacionados no artigo 7.

**Art. 28** – A Diretoria Plena poderá aplicar advertência e ou punição a qualquer integrante dos 5 reinos, desde a Diretoria até o Congadeiro, sem contudo tirar a autonomia das Associações e ou Comissões para aplicação de advertência a todos aqueles que compõem a formação do seu reino. O objetivo da advertência é, exclusivamente, melhorar e corrigir o que está irregular dentro de cada uma das Associações ou Comissões, com vistas o aprimoramento da Congada e da Festa do Rosário..

**Art. 29** - Ocorrendo a necessidade de aplicação de punição, por parte da Diretoria Plena a qualquer integrante dos 05 reinos, a mesma ocorrerá por ofício do Presidente a Diretoria do reino para que aplique a punição, fica resguardado ainda às Associações e ou Comissões a aplicação de punição a qualquer integrante de seu reino em conformidade com o Estatuto e ou Regimento, devendo o mesmo ser feito de forma escrita para ficar registrado em cada um dos 05 reinos.

§ **Primeiro:** Se a punição for para um terno, ela será encaminhada ao Capitão-Mor para cumprimento da mesma, se for congadeiro e ou qualquer integrante de terno, o Capitão-Mor encaminhará ao Capitão do Terno específico para que a faça cumprir.

§ **Segundo:** O integrante de Diretoria, terno, congadeiro que for objeto de sanção ou punição fica impedido de integrar a qualquer outro reino até o fim da mesma.

**Art. 30** – A Diretoria Plena deverá ser comunicada através de ofício quando houver em qualquer um dos 05 reinos, Congadeiros, promesseiro temporário, que precise cumprir sua promessa em outro terno de seu reino e nos 4 reinos, ficando o mesmo submetido ao normativo da Associação e ou Comissão onde for pagar a promessa, com a garantia da não exclusão de seu terno de origem, findo o pagamento de sua promessa.

**Art. 31-** Caso alguma Associação e ou Comissão necessite de soldados e ou ternos para comporem sua guarda, e existirem alguma Associação e ou Comissão disposta a fazer o empréstimo dos mesmos, deverá primeiramente solicitar diretamente ao Presidente da Associação e ou Comissão que após a autorização expressa do Capitão do terno e do Capitão Mor assinará termo de cessão próprio.

§ **Primeiro:** A autorização tem que ser referendada pela Diretoria Plena, sob pena de nulidade da ação, uma vez que a DIRETORIA PLENA é o órgão supremo da Congada em Dores do Indaiá-MG

§ **Segundo** – Um Congadeiro ou terno registrado em uma Associação e ou Comissão e participando de outra, por empréstimo, manterá sua credencial de origem. Vencido o compromisso, o



7  
soldado ou terno deverá retornar à Associação de origem, sob pena de exclusão do reino de origem, ficando facultado à Diretoria Plena a aplicação de nova sanção ou penalidade para o integrante de qualquer um dos reinos que não cumprir o disposto neste artigo..

## CAPÍTULO VII - DA PARTE RELIGIOSA DA FESTA

**Art. 32** – São temas específicos da Igreja dentro da Festa do Rosário:

- a) - A missa de abertura dos ensaios
- b) - As novenas preparatórias
- c) – O levantamento dos mastros.
- d) - A organização de missas dentro do período da Festa na Igreja do Rosário
- e) – A procissão.
- f) – A Missa Conga
- g) – O Passamento das coroas.
- h) – O pagamento de promessa.
- i) – A descida dos mastros.

**§ Primeiro:** A Missa de Abertura dos ensaios deverá ocorrer sempre no mês de maio no primeiro final de semana, mais próximo da Abolição da Escravatura:

- a. Todas as Associações e ou Comissões devem estar presentes com os ternos de seu reino nesta celebração. Ela é de caráter obrigatório; caso haja impedimento do comparecimento de um terno, é indispensável que a bandeira do terno esteja presente
- b. Nesta Celebração, o Pároco e ou o Padre Celebrante dará a bênção do envio nas bandeiras e nos capitães e autorizará oficialmente o início dos ensaios preparatórios para a Festa do Rosário.

**§ Segundo:** A novena preparatória acontecerá nos nove dias anteriores a Festa, devendo a participação dos ternos ser efetivada até o oitavo dia da mesma, uma vez que a participação dos mesmos no nono dia causa transtornos aos mesmos, uma vez que já têm que ser preparar para a abertura da festa e muitas vezes, os ternos já começam a concentração para orações na véspera do Levantamento dos Mastros:

- a) Haverá um rodízio das Associações e ou Comissões na novena preparatória de modo a não prejudicar e nem priorizar nenhum dos reinos nesta etapa tão importante antes do início dos festejos.
- b) Poderá haver troca do dia de participação do reino na novena se houver acordo com outro reino, desde que seja referendado pela Diretoria Plena.

8

§ **Terceiro:** O início e encerramento dos festejos religiosos são autorizados pela Igreja. O início e encerramento dos festejos de reinado são feitos pela Rainha Perpétua. Conclui-se, portanto, que o levantamento e descida dos mastros, deve ser autorizado pela Rainha-Perpétua e referendado pelo Paróco, só a partir deste momento é que os mastros poderão ser levantados ou descidos.

- 1- O início e encerramento dos festejos religiosos e do reinado serão feitos no levantamento e decida dos mastros.
- 2- O início e encerramento dos festejos religiosos são autorizados pela Igreja. O início e encerramento dos festejos de reinado são feitos pela Rainha Perpétua. Conclui-se, portanto, que o levantamento e descida dos mastros, deve ser autorizado pela Rainha-Perpétua e referendado pelo Pároco, só a partir deste momento é que os mastros poderão ser levantados ou descidos.
  - a) No caso da ausência da Rainha Perpétua por impedimento ou ausência, os reis dos mastros e as Rainhas das Bandeiras das Associações e Comissões autorizarão o levantamento e descida do mastro para o início da Festa, referendado pelo Padre.

§ **Quarto:** Por ser uma Festa que alcança um grande número de fiéis, devotos, promesseiros da cidade, das cidades circunvizinhas e de dorenses ausentes há que se observar a realização de missas na Igreja do Rosário durante no domingo, em que acontece a cerimônia de Passamento de Coroas e o Pagamento de Promessas.

- a. Devido ao grande número de visitantes é preciso avaliar a necessidade de que a Igreja do Rosário fique aberta durante os 4 dias da festa, para que os devotos possam fazer suas orações e visitação às imagens na Igreja do Rosário.

§ **Quinto:** A Procissão Congadeira acontecerá sempre no sábado na parte da tarde em horário a ser estabelecido pela Igreja de acordo com o artigo 13 do presente Estatuto.

- a) O roteiro, horário e peculiaridades específicos referentes a este evento será deliberado pela Diretoria Plena que é soberana para a decisão, devendo a mesma ser levada a cada uma das Associações e ou Comissões.

§ **Sexto:** A Missa Conga é uma prerrogativa da Igreja. Em deliberação com a Diretoria Plena, a Igreja pode vir a estudar a mudança de horário da mesma neste dia, podendo haver a troca da data para o domingo. Sendo realizada após a Procissão congadeira uma benção, a coroação de Nossa Senhora do Rosário e o show pirotécnico. Esta decisão deve ser fruto de análise, discussão com as Associações e ou Comissões.

§ **Sétimo:** A cerimônia de Passamento das Coroas é uma prerrogativa da Igreja. Acontecerá sempre nas tardes do terceiro dia de festa, com a presença dos cinco reinos que participam da Festa do Rosário.

9

§ **Oitavo:** A cerimônia de Pagamento de Promessas é uma prerrogativa da Igreja com a participação das Associações e ou Comissões.

- a. Será estipulado o tempo que cada um dos cinco reinos será responsável durante a cerimônia, uma vez que este é o único momento que os fiéis, devotos, promesseiros podem prestigiar todos os ternos, não devendo ultrapassar a 45 minutos, o que tornaria a cerimônia muito longa.
- b. A ordem de entrada dos reinos no entorno da Igreja deve obedecer o mesmo critério estabelecido para a retirada do andor com a imagem de Nossa Senhora do Rosário, previsto no parágrafo segundo do artigo 14.

## CAPÍTULO VIII - DA PARTE DE CONGADO DA FESTA

**Art. 33** – São temas relativos a Festa de Congado:

- a) – A Rainha Perpétua, também considerada como a patrona da Congada.
- b) – O Reis-Guardiões do Mastro e Rainhas-Guardiãs da Bandeira do Mastro, pois eles são os responsáveis pela guarda e liberação dos Mastros.
- c) – Reis e Rainhas das coroas, são também considerados por promessa ou simpatia os que alimentam os soldados com refeição forte (almoço, jantar).
- d) – Príncipes e Princesas, são também considerados por promessa os que alimentam os soldados com refeição mais leve (lanche da manhã e da noite).
- e) - as Cavalhadas
- f) – as Alvoradas

§ **Primeiro:** A Rainha Pérpetua, devido a sua importância deverá ser visitada por todos os reinos durante os festejos, de forma a não atrapalhar a organização do reino.

- a. A organização das atividades do reino de qualquer uma das Associações e ou Comissões deve levar em conta esta obrigatoriedade, não há dispensa em nenhum caso para o não cumprimento do previsto neste inciso.

§ **Segundo:** As Alvoradas são de responsabilidade de cada uma das Associações e ou Comissões, devendo as mesmas informar à Diretoria Plena sua realização, para agenda do Pároco, caso a presença dele se faça necessária para abençoar as grutas onde são colocadas as imagens destes reinos específicos.

§ **Terceiro:** O levantamento e a descida do Mastro exige a presença do Rei do Mastro e da Rainha da Bandeira. Caso por algum motivo, não possam comparecer, fica o terno Moçambique

10

responsável pelo seu transporte, como também, pelo seu levantamento e descida, que será feita pelos soldados sempre com a presença da Rainha Perpétua.

§ **Quarto:** As cavalhadas são de responsabilidade das Associações e ou Comissões, ficando a cargo sempre do Terno Congo Real, devendo a realização das mesmas ser comunicada a Diretoria Plena.

1. Caso o reino não tenha o terno Congo Real, e a Cavalhada é um evento do Reino, ela ficará a cargo da Diretoria e comum acordo com o Capitão – Mor.

**Art. 34** – Como a Festa do Rosário de Dores do Indaiá, é registrada como patrimônio imaterial municipal, há que se observar que a tradição, os elementos constitutivos da sua originalidade sejam mantidos, para a preservação de sua identidade histórica, religiosa, folclórica e cultural, podendo ser aperfeiçoados, mas nunca abolidos.

§ **Primeiro:** Todos os reis, rainhas, príncipes e princesas de todos os reinos deverão ser conduzidos em baixo do Pálio (cortinas), uma vez que os Pálios são uma tradição intocável da Festa do Rosário, e remonta o Brasil Colonial em que eles tinham um tratamento diferenciado do restante do Reino.

I – O pálio é de responsabilidade do casal real, bem como os responsáveis para carregá-lo durante os eventos oficiais da Festa do Rosário. Fica a critério da Comissão e ou Associação a liberação ou não de soldados dos Congos para carregarem as bases dos Pálios (cortinas).

§ **Segundo:** Os chamados Ternos de origem deverão ser realçados e valorizados em cada uma das Associações e ou Comissões e deverão manter a tradição de suas vestimentas e de seus instrumentos para que não haja a perda de sua identidade.

§ **Terceiro:** As músicas, os versos cantados pelos ternos devem sempre ter características congas, não sendo permitidas letras baseadas em canções sertanejas universitárias e ou em outros ritmos que descaracterizem a identidade da Festa do Rosário.

§ **Quarto:** O fardamento dos ternos novos deverão manter a sua tradição e buscar uma identidade com a Festa do Rosário de modo a não descaracterizá-la e não ser objeto de disputa entre os ternos dos cinco reinos.

### **XIII – DAS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS:**

**Art. 35** – A festa do Rosário tem despesas fixas e despesas compartilhadas, a saber:

12  
**Art. 36** - Todas os casos omissos serão postos em votação em reunião da Diretoria Plena nos termos dos Art. 6 deste Estatuto.

**Art. 37** - Este Estatuto entrará em vigor, na data de sua aprovação e assinatura pelo Pároco, pela Rainha Perpétua e pelos presidentes de todas as Associações e ou Comissões da Congada de Dores do Indaiá/MG

Dores do Indaiá, 28 de abril de 2017

\_\_\_\_\_  
Pároco Paróquia Nossa Senhora das Dores

\_\_\_\_\_  
Rainha Pérpetua

\_\_\_\_\_  
Presidente Comissão dos Congadeiros da Comunidade Antônio Martins

\_\_\_\_\_  
Presidente Associação dos Congadeiros da Comunidade São Geraldo

\_\_\_\_\_  
Presidente Associação dos Congadeiros de Nossa Senhora do Rosário

\_\_\_\_\_  
Presidente da Comissão dos Congadeiros do Bairro São Sebastião

\_\_\_\_\_  
Presidente Associação dos Congadeiros do Bairro São José

## Anexo II – Estatuto da Comissão de Congados da Comunidade Antônio Martins<sup>29</sup>

### ESTATUTO DA COMISSÃO DOS CONGADEIROS DA COMUNIDADE ANTÔNIO MARTINS



#### CAPÍTULO I

##### Da Denominação, Sede, Objetivos e Duração

*Art. 1º* - Sob a denominação de Comissão dos Congadeiros da Comunidade Antônio Martins, fica instituído uma associação sem fins lucrativos, que tem por cunho a ação cultural, social, esportiva, e as manifestações de devoção aos movimentos populares tradicionais e religiosos da cidade de Dolores do Indaial.

##### Parágrafo Único – São membros fundadores:

- 1) José Maurílio Elias;
- 2) William Alves Monteiro;
- 3) Fernanda da Conceição Fernandes;
- 4) Ana Lúcia Alves Sousa;
- 5) Eguinaldo Costa;
- 6) Carla Aparecida Leonardo de Jesus;
- 7) Geralda Emília de Oliveira;
- 8) Policiene Lucia de Oliveira
- 9) Luciano Claudino.

*Art. 2º* - A Comissão dos Congadeiros da Comunidade Antônio Martins foi fundada em 29 de Julho de 2013 e terá duração por prazo indeterminado, com sede á Rua Rio de Janeiro, nº 547, bairro Centro, em Dolores do Indaial – MG e tem as seguintes finalidades:

- 1) Desenvolver atividades culturais, sociais, esportivas e religiosas, visando o aumento e a melhoria do bem estar social dos congadeiros e festeiros;

*Jose Maurilio Elias*

*Dr. Dayse de E. Lopes Cançado*  
OAB/MG 65.289

<sup>29</sup> Este anexo só pode ser disponibilizado pelos entrevistados no formato de imagem.

- 2) Promover reuniões, excursões, festas e outros para viabilizar recursos para realização da Festa de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia, bem como atividades para preservação do acervo cultural em Dores do Indaiá;
- 3) Oferecer materiais humanos e financeiros que atendam as necessidades dos congadeiros, festeiros para a realização da festa de Nossa Senhora do Rosário;
- 4) Elaborar projetos com recursos governamentais ou de pessoas físicas/jurídicas, firmar convênios, com órgãos e entidade financiadora, para o atendimento das necessidades dos festejos culturais e ou sociais da cidade de Dores do Indaiá.



*Art. 3º* - A Comissão terá um regimento interno que, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu desenvolvimento.

## CAPÍTULO II

### **Dos sócios**

*Art. 4º* - A associação terá número ilimitado de membros, os quais não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, financeiras e administrativas da entidade.

*Art. 5º* - Serão admitidas como membros todas as pessoas, católicas e idôneas, que estejam em conformidade com o presente estatuto, a juízo da Diretoria.

*Art. 6º* - Haverá as seguintes categorias de sócios:

- 1) Fundadores, os que assinaram a ata de fundação da entidade.
- 2) Contribuintes, mediante campanhas de "devotos", farão doações mensais, via de débitos automáticos, através de instituições financeiras ou pagarão a mensalidade na forma estabelecida pela Diretoria.
- 3) Beneméritos, aqueles que, pelos serviços prestados ou donativos, feitos à comissão, merecerem este Título, devidamente certificado e aprovado pela Diretoria.

*Art. 7º* - São direitos e deveres de cada sócio:

*José Maurício Elias*

*Dr. Dayse de L. Lopes Cançado*  
OAB/MG 65.289



- 3
- 1) Votar nos cargos de direção, desde que devidamente cadastrado para este fim;
  - 2) Participar e dar sua sugestão durante as assembleias gerais, ordinárias, extraordinárias e ou via epistolar;
  - 3) Zelar pelo nome da Comissão, dos bens, participar de tarefas, assim como campanhas que ajudem a comissão;
  - 4) Contribuir mensalmente, com o mínimo de 2,0% (dois por cento) do salário mínimo nacional;

**Parágrafo único** - Havendo justa causa, o associado poderá ser demitido ou excluído da Associação por decisão da diretoria, após o exercício do direito de defesa. Da decisão caberá recurso à assembleia geral.

### CAPÍTULO III

#### **Da Administração**

*Art. 8º* - A comissão será administrada por uma Diretoria, composta de Presidente, Vice Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro.

#### **Do Conselho Fiscal**

*Art. 9º* - O Conselho Fiscal é constituído de três membros eleitos juntamente com a Diretoria, podendo ser reeleitos por prazo de igual período.

**Parágrafo Único** - É dever do Conselho Fiscal verificar as contas da comissão, aprová-las ou não, no final de cada exercício anual.

*Art. 10º* - A diretoria será eleita por quatro anos, em Assembleia Geral, sendo obrigada a prestar contas de sua administração, anualmente, junto ao Conselho fiscal, podendo ser reeleita por um prazo de igual período.

**Parágrafo Único** - Caso as Contas da Diretoria não sejam aprovadas pelo Conselho Fiscal, será constituído uma assembleia geral extraordinária, para deliberação do assunto, inclusive para estabelecer uma nova diretoria, se necessário.

*José Maurício Elias*

*Dr. Dayse de F. Lopes Cançado*  
OAB/MG 65.289





(4)

*Art. 11º* - A Comissão não remunera nenhum membro da diretoria, Conselho Fiscal e demais dirigentes, pelo exercício de suas atividades. Não distribui lucros ou vantagens, benefícios e dividendos de qualquer espécie. Aplica integralmente o *SUPERAVIT*, eventualmente verificado no encerramento de seu exercício financeiro, na manutenção e no desenvolvimento de suas finalidades.

**Parágrafo 1º** - As despesas gerais de cunho especial de interesse da comissão, devidamente aprovadas pela diretoria, poderão ser ressarcidas, mediante comprovação legal.

**Parágrafo 2º** - Poderá contratar funcionários para a auxiliar a gestão da entidade, na forma regida pela CLT.

*Art. 12º* - Nos casos de vaga temporária, impedimentos ou ausência do Presidente, este será substituído pelo Vice-Presidente, e este pelo Secretário, nos mesmos casos.

**Parágrafo único** - No caso de vaga definitiva de qualquer membro da Diretoria, será a mesma preenchida mediante eleição da Assembléia Geral, especialmente convocada para tal fim.

*Art. 13º* - Compete ao:

- 1) **Presidente:**
  - a) o exercício das funções inerentes à administração;
  - b) convocar e presidir as reuniões e assembleias;
  - c) executar o estatuto e o regimento interno;
  - d) a representação da sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;
  - e) autorizar as despesas necessárias ao desempenho da atividade da associação;
  - f) assinar quaisquer documentos, tais como livros, cheques e outros;
  - g) dar posse ao suplente de Capitão-mor e a nomeação de seus auxiliares;
  - h) elaborar ou manter atualizado o regimento interno da entidade.
  
- 2) **Vice-Presidente:**
  - a) compete substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;

*Jose Maurilio Elias*

*Dr. Dayse de F. Lopes Camargo*  
OAB/MG 65.289



b) e auxiliá-lo, quando convocado.

3) **Primeiro Secretário:**

- a) a superintendência da escrituração e da correspondência da sociedade.
- b) lavrar as atas das reuniões e Assembléias,
- c) dirigir os serviços da secretaria;
- d) elaborar relatório anual da diretoria;
- e) expedir documentos e assina-los;
- f) organizar o fichário dos associados e registro dos congadeiros e termos.

4) **Segundo Secretário:**

- a) substituir o Primeiro Secretário em suas eventuais faltas e impedimentos;
- b) exercer funções delegadas pela diretoria.

5) **Primeiro Tesoureiro:**

- a) arrecadar as taxas e contribuições para a Comissão e responsabilizar-se por elas, enquanto não lhe der o destino regulamentar;
- b) fazer despesas, quando o Presidente autorizar, por escrito, e com ele assinar;
- c) confeccionar e assinar os cheques;
- d) escriturar e fechar o livro Caixa, nas reuniões ordinárias apresenta-lo à Diretoria;
- e) apresentar balancetes mensais e o balanço anual das finanças para os sócios na Assembléia Geral ordinária.

**Parágrafo Único** – Para auxiliar nos trabalhos, poderá a diretoria contratar um profissional ou escritório contábil.

6) **Segundo Tesoureiro:**

- a) substituir o Primeiro Tesoureiro em suas eventuais faltas e impedimentos;
- b) exercer funções delegadas pela diretoria.

**Art. 14º** - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) examinar, mensalmente, a escrita da tesouraria, opinar sobre as contas e verificar a exatidão delas;

*José Maurício Elias*

*Dr. Dayse de F. Lopes Cançado*  
OAB/MG 65.289



- 6
- b) fiscalizar os documentos e apresentar à Diretoria as irregularidades, se constatadas, e sugerir providências cabíveis;
  - c) reunir-se ordinariamente, ou, quando necessário for, deliberando de acordo com regulamento próprio, nas questões urgentes;
  - d) no final de cada exercício deverá reunir-se para julgar as contas prestadas pela Diretoria, apresentando o parecer conclusivo sobre a análise realizada;
  - e) deliberar sobre atos individuais ou em grupos da administração;
  - f) dar posse ao novo Conselho, e o novo Conselho dará posse ao Presidente do Conselho Diretor;
  - g) qualquer situação que vier a provocar alterações no caminho de uma eleição compete ao Conselho Fiscal à decisão final, a pedido da Diretoria em exercício.

#### CAPÍTULO IV

##### **DO PROCESSO ELEITORAL**

*Art. 15º* - As eleições para preenchimento de cargos eletivo realizar-se-ão até 30 (trinta) dias antes do vencimento dos mandatos dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da Comissão, ou quando deliberado pela assembléia geral.

*Art. 16º* - Compete ao capitão-mor juntamente com todos os capitães da Comunidade Antônio Martins, o vigário da Paróquia de Nossa Senhora das Dores e a Rainha Perpetua do reinado, organizar a(s) chapa(s), que por sua vez, poderão ser representadas somente pelos componentes do reinado que pertencem a Comunidade Antônio Martins, que preenchem os seguintes requisitos:

- a) ser católico;
- b) pertencer ao congado ou ter simpatia pela causa dos congadeiros;
- c) não ter vínculo político de quaisquer espécies;
- d) ter disponibilidade para atender aos interesses da comissão.

*José Maurício Elias*

*Dra. Dayse de F. Lopes Cançado*  
OAB/MG 65.289



*Art. 17º* - Terão direito a voto o Pároco, a Rainha Perpétua, o rei-guardião do Mastro e a rainha-guardiã da bandeira, todos os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, em exercício, todos os candidatos em nomes registrados nas chapas concorrentes, o capitão-mor e suplente, todos os capitães dos ternos, suplentes e todos os fiscais.

*Art. 18º* - A Diretoria não poderá prorrogar data da eleição, data de registro de chapa ou data de posse da nova diretoria, exceto quando houver votação favorável na Assembléia. A ampla divulgação será colocada com o intuito de atingir a todos os capitães do reino.

*Art. 19º* - A eleição para cargos de Diretoria será dirigida por uma Comissão Eleitoral composta por membros da Comissão de Apoio, num total de até 04 pessoas que dividirão entre si as atribuições, especificamente, designadas pela Diretoria em casos de eleição geral da Entidade.

*Art. 20º* - A data das eleições será marcada com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias e divulgada entre os votantes.


*Art. 21º* - O prazo para o registro da (a) chapa(s) será de até 30 (trinta) dias antes das eleições junto à Comissão Eleitoral, sendo a mesma constituída com até 60 (sessenta) dias de antecedência.

*Art. 22º* - Ao encerramento da eleição, a(s) urna(s) será (ao) lacrada(s) e mantida(s) na sala de votação até a presença do pároco ou seu representante, para a contagem dos votos e proclamação do resultado, com a lavratura do relatório, o qual será passado à Diretoria.

*Art. 23º* - Qualquer situação que vier a provocar alterações no caminho de uma eleição compete ao Conselho Fiscal à decisão final, a pedido da Diretoria.

*Art. 24º* - Havendo chapa única, a mesma deverá obter o resultado de Metade mais Um dos votos validos desde que a eleição atinja a um mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais um dos eleitores em primeira convocação. Caso não haja quorum suficiente, a eleição será prorrogada por um prazo mínimo de 30 dias, e será realizada após este período, com qualquer número de membros quites presentes.

José Maurício Elias

  
Dr. Dayse de F. Lopes Carrado  
OAB/MG 65.289



Art. 25º - Em caso de mais de uma chapa, se houver empate entre dois candidatos ao mesmo cargo, considera-se eleito o mais idoso.

## CAPÍTULO V

### DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 26º - A Assembléia Geral, que se comporá de membros quites, reunir-se-á todos os anos, no primeiro semestre do exercício seguinte, para deliberar sobre negócios sociais, financeiros e administrativos. A sua convocação se fará mediante aviso aos sócios, com antecedência de quinze dias, e presidida pela Diretoria.

Art. 27º - Havendo matéria urgente e mediante convocação do Presidente ou a requerimento dos sócios quites, poderá ser realizada a Assembléia Geral Extraordinária, em dia previamente designado, na forma do artigo anterior.

Art. 28º - A Assembléia Geral funcionará com a presença de, no mínimo, metade mais um dos sócios quites, em primeira convocação.

**Parágrafo único** – Se não houver quorum, a Assembléia, reunir-se-á trinta minutos após, com qualquer número de sócios quites presentes.

Art. 29º - À Assembléia Geral compete:

- a) Eleger a Diretoria;
- b) Tomar conhecimento dos negócios sociais, financeiros e administrativos e do relatório da Diretoria;
- c) Examinar as contas, tomar providências sobre irregularidades da Administração, demitir Diretores por falta do não cumprimento de seus deveres e eleger novos membros.
- d) Deliberar sobre reforma do estatuto e do regimento interno;
- e) Decidir sobre a alienação ou aquisição de bens, ou quaisquer outras questões fundamentais a existência da associação.

*José Maurício Elias*

*Dr. Dayse de F. Lopes Cançado*  
OAB/MG 65.289

9



**Parágrafo único** – Para demissão da Diretoria ou de membros desta, será necessária a presença de dois terços dos membros quites, no mínimo, em primeira convocação.

**Parágrafo único** – Se não houver quorum, a Assembléia, reunir-se-á trinta minutos após, com qualquer número de membros quites presentes.

**CAPÍTULO VI**

**Do Patrimônio Social**

*Art. 30º* - O Patrimônio social será constituído:

- a) de subvenções, donativos e contribuições dos sócios;
- b) dos bens móveis e imóveis que a sociedade possua ou vier a possuir;
- c) de quaisquer outros valores adventícios.

**CAPÍTULO VII**

**Disposições Gerais**

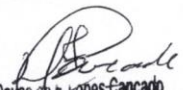
*Art. 31º* - O presente estatuto só poderá ser reformado em reunião da Assembléia Geral, convocada especialmente para esse fim, em caráter extraordinário, e com a presença de, de mínimo, dois terços dos membros quites em primeira convocação.

**Parágrafo único** – Se não houver quorum, a Assembléia, reunir-se-á trinta minutos após, com qualquer número de membros quites presentes.

*Art. 32º* - A comissão será extinta quando assim deliberar a Assembléia Geral Extraordinária, para esse fim especialmente convocada e com a presença de, pelo menos, dois terços dos membros em pleno gozo de seus direitos sociais.

**Parágrafo único** – Extinta a comissão, o seu patrimônio será revertido, em favor de uma instituição congênere igualmente sem fins lucrativos.

*José Maurício Elias*

  
Dr. Dayse de F. Lopes Cançado  
OAB/MG 65.289